

A importância da criação de registos de autoridade arquivística para entidades produtoras de arquivos. O caso das entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal.

Cátia João Matias Trindade

Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Arquivística

Setembro de 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Arquivística, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, Professora Associada com Agregação do Departamento de História da FCSH da UNL e do Dr. João Manuel Santos Vieira, Assistente Convidado do Departamento de História da FCSH da UNL.

A todos aqueles que me apoiaram, motivaram e contribuíram, de algum modo, para
que este trabalho pudesse acontecer.

Os meus agradecimentos poderiam preencher várias páginas, pois acredito que tudo aquilo que somos e fazemos é fruto das nossas vivências e, além disso, das nossas convivências.

Agradeço...

Aos meus pais, pela dedicação e esforços feitos para a minha formação pessoal e académica. Aos meus avós e irmã, presenças constantes na minha vida e em tudo aquilo que faço. À minha sobrinha, Madalena, pela motivação que, sem saber, me transmitiu e por todos os desenhos que deixou nos meus apontamentos e rabiscos. Ao Gonçalo, pela sua presença e paciência.

Às minhas mestres, conselheiras, confidentes e sempre amigas: Paula Meireles e Madalena Ribeiro.

Aos grandes colegas, parceiros e amigos em diversos espaços, momentos e circunstâncias: Miriam Agostinho, Ana Marta Guerreiro e Pedro Casquinha dos Santos.

A todos os professores, nas diferentes instituições de ensino por onde passei. Agradeço especialmente à professora Leonilde, que me ensinou a ser rigorosa e exigente comigo mesma; aos professores Luísa Diogo, Fernando Évora e Fernando Almeida, que me incutiram o espírito de querer aprender sempre mais; à professora Helena Carvalhão Buescu, pelo marco que representou e ainda representa em todos os estudos que faço; aos professores Paulo Tremoceiro, Judite Paixão e Alexandra Lourenço pelos primeiros ensinamentos de Arquivística, pela amizade e pela disponibilidade que sempre demonstraram.

A todo o corpo docente do curso de Ciências da Informação e da Documentação – Arquivística, da FCSH-UNL e à simpática e unida turma (2010 – 2012), com a qual tive o prazer de partilhar salas de aula, muitas questões e momentos de boa disposição.

Ao Professor Pedro Penteado, pela cedência de bibliografia e pela disponibilidade demonstrada.

À Dra. Lucília Runa, pela sua disponibilidade e pelo seu grande contributo. A partilha de experiências, conhecimentos e as recomendações bibliográficas permitiram enriquecer este trabalho.

Além-fronteiras, no Brasil, à Professora Doutora Georgete Rodrigues e, sobretudo, à Professora Doutora Cynthia Roncaglio que, sem me conhecer pessoalmente, aceitou contribuir, partilhando o seu vasto conhecimento científico e alargada experiência profissional.

Por último, os meus maiores agradecimentos. Aos meus orientadores, Professora Doutora Maria Fernanda Rollo e Dr. João Manuel Santos Vieira. Agradeço a orientação científica, a motivação transmitida, os conhecimentos partilhados e alguns divertidos mas exigentes comentários.

RESUMO

A importância da criação de registos de autoridade arquivística para entidades produtoras de arquivos. O caso das entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal.

Cátia João Matias Trindade

PALAVRAS-CHAVE: Descrição, Entidades produtoras, Registos de autoridade arquivística, Arquivos de política científica.

Parece-nos indiscutível que a ausência de informação sobre os arquivos e as entidades que os produziram constitui, em muitos casos, razão para a inexistência de um compromisso e responsabilidade perante a sociedade. Tal situação representa, igualmente, um entrave no conhecimento da história e preservação da memória e impulsiona lamentáveis situações de voragens, abandonos e destruições totais ou parciais de arquivos.

É necessário compreender-se os documentos de arquivo, as entidades responsáveis pela sua produção e as actividades no âmbito das quais estes foram produzidos como indissociáveis. Propomos, por isso, o estabelecimento de uma ligação lógica e intelectual que perdure no tempo e não apenas durante o período de actividade da entidade produtora. Nesse sentido, consideramos fundamental não só o estudo e a descrição dos documentos de arquivo mas também o estudo e a descrição das entidades suas produtoras, tornando-se assim possível identificar a proveniência dos arquivos e compreender o seu contexto de produção.

Assim, para a descrição dos produtores, devem ser elaborados *Registos de Autoridade Arquivística (RAA)*, na medida em que estes permitem a sua identificação de forma unívoca e registam a sua história e evolução, relacionando-os com factores externos, como o contexto de criação e actuação, outras entidades e outros *recursos*, nomeadamente, arquivos e funções.

No presente trabalho, defendemos a descrição de diferentes *objectos* em diferentes registos de descrição, em separado, já que cada um deles representa um registo autónomo e porque, através de *pontos de acesso*, todos podem ser acedidos a partir de todos, estabelecendo-se assim uma teia de informação. Com base nesta perspectiva e no contexto de desenvolvimento de políticas de Ciência em Portugal, enquanto produto da reflexão teórica e como contributo visível, apresentamos uma proposta de *RAA* para entidades colectivas públicas contemporâneas (extintas e activas), criadas na segunda metade do século XX e produtoras de arquivos de política científica em Portugal.

Os *RAA* foram elaborados de acordo com princípios, critérios e metodologias explicitados no trabalho, todavia, cumprindo as directrizes estabelecidas pela Norma Internacional *ISAAR(CPF)*, sobre a qual também se apresenta uma reflexão crítica.

As entidades reflectem a identidade, a história e a evolução social, económica, política e cultural de um país. Não só enquanto produtoras de arquivos mas também pelos valores anteriormente identificados, importa perpetuar as suas memórias e registar as suas histórias, tornando a informação pública e colocando-a nos circuitos da investigação nacionais e internacionais.

ABSTRACT

The importance of creating archival authority records for archives creators. The case of public legal entities, created in the second half of the twentieth century, which produce science policy archives in Portugal.

Cátia João Matias Trindade

KEY-WORDS: description, producing entities, archival authority records, science policy archives.

It seems undeniable that the absence of information about archives and the entities that produced them is frequently the reason for a lack of commitment and responsibility towards society. Such a situation also stands for a barrier to the knowledge of history and preservation of memory and promotes regrettable situations of yawning, abandonment and total or partial destruction of archives.

The archival documents, the entities responsible for their production and the activities within which they were produced must be understood as inextricably linked to each other. Therefore, we propose the establishment of a logical and intellectual link that can stand the test of time and doesn't only last for the period of activity of the producing entity. In this sense, we consider it not only crucial to study and describe the archival documents but it is also vital that we study and describe their producing entities, thus making it possible to identify the origin of the archives and understand its context of production.

Thus, for a description of the creators, Archival Authority Records (*Registo de Autoridade Arquivística* / RAA) should be created, since they allow their identification and record unequivocally its history and evolution, relating them to external factors such as the context of creation and performance, other entities and other resources, namely archives and functions.

In this paper, we endorse the description of different *objects* in different registers of description, one by one, since each represents an independent record and because, through access points, every one of them can be accessed by the other, thus establishing an information "web".

Based on this perspective and on the context of the science policy development in Portugal, as a product of theoretical reflection and as a visible contribution, we present a RAA proposal to the contemporary public legal entities (active and extinct) that were created in the second half of the twentieth century and to creators of science policy archives in Portugal.

The RAA have been prepared according to principles, criteria and methodologies that are clarified in the paper, still complying with the guidelines established by the International Standard ISAAR (CPF), about which we also convey a critical analysis.

The entities reflect a country's identity, history and its social, economic, political and cultural evolution. Not only as archival producers, but also due to the values identified above, it is important to perpetuate their memories and record their stories, making information public and placing it in the circuits of national and international research.

Índice

Capítulo I: Introdução	1
I.1 Formulação do problema	1
I.2. A motivação e os objectivos	4
I.3. A metodologia	7
I.4. A estrutura do trabalho	8
Capítulo II: Sobre as teorias, práticas e políticas de descrição arquivística	10
II.1. A descrição arquivística	10
II.2. A descrição arquivística em Portugal: do Instituto Português de Arquivos à Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas	16
Capítulo III: Sobre as técnicas de criação e gestão de registos de autoridades arquivísticas (RAA) para entidades colectivas produtoras de arquivos	22
III.1. A importância da criação de RAA	22
III.2. A aplicação da Norma ISAAR (CPF)	30
III.3. A criação e o modelo de gestão do FNAA	35
Capítulo IV: Sobre a elaboração dos RAA	44
IV.1. Proposta de princípios, critérios e metodologia	44
IV.2. O exemplo das entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal	56
Conclusão	58
Bibliografia	61
Lista de Quadros	69
Apêndice: Proposta de ficheiro de autoridades arquivísticas para entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de gestão e execução da política científica em Portugal	i
Apêndice A: Instituto de Alta Cultura	ii
Apêndice B: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica	ix
Apêndice C: Instituto Nacional de Investigação Científica	xviii
Apêndice D: Observatório das Ciências e das Tecnologias	xxiv
Apêndice E: Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional	xxx
Apêndice F: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.	xxxvii
Anexos:	xlvi

LISTA DE ABREVIATURAS:

AN / TT - Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

AP - Administração Pública

APBAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas

DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos

DGLAB - Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

EAC - Encoded Archival Context

EAD - Encoded Archival Description

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FNAA - Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas

IAN/TT - Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

ICA - International Council on Archives

ICCTI - Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional

INIC - Instituto Nacional de Investigação Científica

IPA - Instituto Português de Arquivos

ISAAR (CPF) - International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families

ISAD (G) - General International Standard Archival Description

ISDF - International Standard for Describing Functions

ISO - International Organization for Standardization

JNICT - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

MARC-AMC - Machine Readable Cataloguing - Archival and Manuscripts Control

MEF - Macroestrutura Funcional

NP - Norma Portuguesa

PNDA - Programa de Normalização da Descrição em Arquivo

RAA - Registo (s) de Autoridade (s) Arquivística (s)

RPA - Rede Portuguesa de Arquivos

Capítulo I: Introdução¹

I.1 Formulação do problema

Dependendo do contexto em que é referido, o **arquivo** pode ser entendido em diferentes acepções: 1) um conjunto orgânico de documentos; 2) uma instituição ou serviço; 3) um edifício. No âmbito do presente trabalho, interessa-nos explicitar o entendimento 1), ou seja, o arquivo enquanto *«conjunto orgânico de documentos independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação»*².

Interessa, igualmente, explicitar os conceitos de **entidade produtora** e de **actividade**. Assim, *«entende-se por entidade produtora, ou produtor, a pessoa colectiva, pessoa singular ou família, que produz, acumula, conserva e utiliza documentos de arquivo, no decurso da sua actividade»*.³ Por *actividade*, genericamente, entendemos uma sucessão de várias acções e/ou tarefas tendo em vista um determinado fim. Das diferentes definições possíveis, escolhemos aquela que nos parece mais completa, tendo em vista os objectivos do presente trabalho, portanto, *actividade* corresponde a: *«tarefas desempenhadas por uma entidade coletiva para realizar cada uma das suas funções. Pode haver várias atividades associadas a cada função. Em certos casos, algumas atividades podem ocorrer sob diferentes funções. Atividades abarcam transacções que, por seu turno, produzem documentos...»*⁴

Considerando as definições supra citadas, acresce referir que a relação do arquivo com a entidade que o produz e com as actividades que esta desempenha é

¹ Introduzimos alguma terminologia arquivística no presente capítulo, para a qual não apresentamos, desde logo, as respectivas definições. Considerámos que nem todos os termos representam, nesta fase do trabalho, a matéria em análise, pelo que a apresentação das suas definições não se justificaria. Optámos, pois, por apresentar as definições nos capítulos em que os conceitos constituem a matéria em análise.

² Definição clássica de *Arquivo*, sustentada por várias correntes e tradições ao longo de mais de um século. Cf. ALVES, Ivone [et al.] - **Dicionário de terminologia arquivística**, p.7.

³ Cf. DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – **Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)**. [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/fnaa.pdf>](http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/fnaa.pdf), p.8.

⁴ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - **ISDF: Norma Internacional para descrição de funções**. [Em linha]. Disponível em [WWW:<URL:www.ica.org/download.php?id=1152>](http://www.ica.org/download.php?id=1152), p. 10

incontornável para o entendimento do contexto de produção e reconhecimento da proveniência do arquivo.⁵ Consideramos, pois, que os arquivos, as entidades responsáveis pela sua produção e as actividades no âmbito das quais eles são produzidos são indissociáveis, isto é, apresentam uma relação lógica e intelectual que deve perdurar para além do tempo de existência e actividade das entidades.⁶

De um modo geral, a ligação entre as entidades produtoras, as suas actividades e os seus arquivos não sofre abalos ou rupturas enquanto a entidade se encontra em actividade (no caso de uma entidade colectiva pública, sobretudo se se mantiver sem alterações no seu regime jurídico, nas suas funções e atribuições). No entanto, as rupturas e perdas de ligação podem surgir quando é imposta alguma mudança na entidade, nomeadamente por reestruturação, fusão, privatização, extinção, ou outra, o que resulta, normalmente, em alterações orgânico-funcionais na entidade ou no seu desaparecimento.⁷

Como consequência directa das mudanças supra citadas, os arquivos acabam por se encontrar, em muitos casos, dispersos por várias entidades detentoras. Entendemos que, muitas vezes, a dispersão arquivística é um fenómeno necessário e natural e não representa, necessariamente, uma desvinculação lógica e intelectual entre o arquivo e o seu produtor. Todavia, se não forem tomadas as devidas precauções arquivísticas, que garantam a continuidade da ligação entre o arquivo e a entidade que o produziu, a identificação da proveniência do arquivo, realizada *a posteriori*, pode ser dificultada.

Existem outros fenómenos, para além da dispersão física, que podem repercutir-se negativamente na correcta identificação e descrição de um fundo e que também se prendem com a falta de registos de autoridade para a entidade produtora, como por exemplo, as alterações de nome de uma mesma entidade e as relações de sucessão e de complementaridade funcional.

⁵ Entende-se por proveniência: «*Relações entre os documentos e as organizações e/ou indivíduos que os produziram, acumularam e/ou mantiveram e usaram no curso de suas atividades pessoais ou corporativas. Proveniência é também a relação entre os documentos e as funções que geraram a necessidade dos documentos.*». Cf. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – **ISDF**, cit. 4, p.10.

⁶ Para fundamentação da relação que aqui se defende, ver: HEREDIA HERRERA, Antonia - **Archivística General Teoría y Práctica**, p. 227. Sugerimos, também, a consulta do *Quadro 3*, no presente trabalho, representativo das relações citadas entre os elementos: arquivos, entidades produtoras e actividades.

⁷ Ver Decreto-Lei nº 200/2006. **D.R. I Série**. 206, que determina o enquadramento procedimental relativo à extinção, fusão e reestruturação de serviços da AP e à racionalização de efectivos.

As mudanças que ocorrem nas entidades, a par de abandonos e frequente ausência de conhecimento, tornam-se tanto mais graves, quanto maior for a necessidade de contextualização para o desenvolvimento de estudos e alcance de objectivos, sejam estes académicos, profissionais, pessoais.

Por conseguinte, importa pensar e repensar o estudo e a descrição dos arquivos, propondo novas abordagens (mais abrangentes) e práticas que incidam não só sobre os arquivos e os documentos de arquivo mas, também, sobre as entidades produtoras de arquivos e sobre as funções desempenhadas nas entidades, realçando as relações que existem entre si. Além disso, entendemos como necessária a elaboração de diferentes registos de descrição, atendendo às especificidades e particularidades dos diferentes objectos – utilizamos o conceito *objectos* em sentido lato, designando por *objectos* em análise, os elementos específicos sobre os quais incidem as descrições.⁸

Defendemos a importância da criação e gestão de registos de autoridade arquivística (doravante designados RAA) para as entidades produtoras, como forma de combater e contrariar a tendência de separação lógica e intelectual, como condição preponderante para o conhecimento e correcto entendimento dos fundos documentais e, acima de tudo, pela sua importância na promoção do acesso à documentação.

No que respeita à escolha do caso de estudo – as entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, ligadas à execução e gestão de políticas científicas em Portugal –, esta não surge ao acaso. Identificamos, pois, as principais razões da nossa escolha: 1) o crescente número de estudos, trabalhos, encontros e discussões desenvolvidos no âmbito da História e memória da Ciência em Portugal⁹,

⁸ No âmbito deste trabalho, pensamos, especificamente, na descrição documental e na descrição de entidades produtoras. No entanto, a separação de registos é aplicável, também, por exemplo, à descrição de funções.

⁹ Referimos a título de exemplo, a realização de alguns eventos dedicados inteiramente ou em parte à História da Ciência em Portugal: ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - *O Arquivo de Ciência e Tecnologia. Da JNICT à FCT. CICLO DE SEMINÁRIOS EM HISTÓRIA & CIÊNCIA*. HETSCI | GRUPO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA E CIÊNCIA, Lisboa, 19 Abril 2012. Fundação para a Ciência e a Tecnologia; RIBEIRO, Madalena; MEIRELES, Paula - *Arquivos de Ciência: O Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia*, IP. COLÓQUIO HETSCI ESPAÇOS E ACTORES DA CIÊNCIA EM PORTUGAL (SÉC. XVIII-XX), Lisboa, 24-25 de Fevereiro 2012. Instituto de História Contemporânea FCSH/UNL e Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da universidade de Évora; CONGRESSO ANUAL DE HISTÓRIA

torna premente a identificação, o estudo e o registo das entidades produtoras dos variados e, em alguns casos, dispersos fundos documentais existentes¹⁰; 2) a inexistência de trabalhos desta índole para o caso de estudo escolhido, até à presente data, bem como a sua possível transposição e aplicação a outros sectores da Administração Pública (AP) e não apenas ao da execução e gestão de políticas científicas; 3) o conhecimento desenvolvido e o trabalho realizado nesta área, desde há alguns anos.

1.2. A motivação e os objectivos

Se a temática confere uma identidade própria ao presente trabalho, também a razão pela qual esta é eleita lhe atribui características que justificam a motivação e os objectivos da escolha.

Objectivamente, pretendemos apresentar uma abordagem diacrónica e síncrona, através de um enquadramento teórico geral (não exaustivo) da *descrição arquivística*, bem como das práticas e políticas implementadas em Portugal para o desenvolvimento desta actividade. Pretendemos, igualmente, evidenciar objectos sobre os quais a actividade pode incidir e salientar a importância da delimitação da informação para os registos de descrição dos mesmos.

Atendendo aos objectivos gerais definidos no *Plano de projecto de dissertação de mestrado*, pretendemos, também, que o presente estudo contribua para a reflexão acerca da importância da identificação e descrição do contexto de produção dos

CONTEMPORÂNEA, I, Lisboa, 18 E 19 DE MAIO 2012.CEIS (20) e IHC, no qual destacamos a comunicação proferida pelo investigador BRANDÃO, Tiago – *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974)*; Referimos ainda o surgimento de um grupo de trabalho específico, criado para promover e desenvolver a investigação em História da Ciência em Portugal: **HISTÓRIA E CIÊNCIA: Grupo de Estudos em História da Ciência – HETSCI**. [Em linha]. [Consult. 3 Agosto 2012]. Disponível em [www.<URL:http://www.hetsci.org/>](http://www.hetsci.org/).

¹⁰ Para uma maior e melhor contextualização ver, entre outros: CARAÇA, João – Ciência e investigação em Portugal no século XX In *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, Vol. 1; FIOLEAIS, Carlos - *A ciência em Portugal*; GAGO, José Mariano – *Ciência em Portugal*; GAGO, Mariano - *O estado das ciências em Portugal*; ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, [Em linha]. Disponível em [www.<URL: http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478>](http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478), p. 233-261; PORTUGAL. Ministério da Cultura e Educação. *Fundação para a Ciência e Tecnologia - FCT* [Em linha]. Disponível em [www.<URL:http://www.fct.pt/>](http://www.fct.pt/).

fundos documentais. Aspiramos, igualmente, que possa vir a ser um estímulo para a discussão em torno da utilidade da criação de RAA para as entidades produtoras de arquivos, nomeadamente 1) na identificação e salvaguarda do património arquivístico nacional; 2) na preservação, organização, acesso, recuperação e compreensão da informação; 3) no estudo e registo do contexto de produção dos arquivos; 4) na normalização da nomenclatura das entidades; 5) e, por último, no estabelecimento de relações entre entidades produtoras e entre estas e outros recursos, ou seja, entre diferentes objectos.

Sendo a *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Entidades Colectivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF)*¹¹ – o documento internacional normativo que fornece as directivas para a elaboração de RAA para as entidades produtoras, propomos 1) reflectir acerca das fontes que se consideram necessárias consultar para o levantamento da informação relacionada directa ou indirectamente com a entidade em estudo; 2) concluir acerca da pertinência de alguns *campos* da *ISAAR(CPF)*, percebendo se são suficientes para compreender a criação e acompanhar todas as mudanças que ocorrem numa entidade; 3) concluir acerca da consistência científica e clareza semântica da meta-informação no RAA e da importância da descrição das autoridades arquivísticas de forma unívoca, com recurso a vocabulário controlado.

Para além do já referido, algumas reflexões sobre a política de criação e de gestão de um ficheiro nacional de autoridades arquivísticas é, igualmente, um objectivo geral. Para a sua concretização, apresentam-se algumas considerações sobre a criação e o modelo de gestão do *Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas* (doravante designado *FNAA*)¹².

¹¹ Ver CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. Disponível em [www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>](http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf).

¹² De referir que após a entrega do Plano de projecto de dissertação de mestrado (em Fevereiro de 2012), o *Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)* foi formalmente lançado e apresentado publicamente pela Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ) (em 26-04-2012). No Plano de projecto estava prevista a análise crítica da política de criação e gestão de um ficheiro de autoridades de entidades produtoras de arquivos, no abstracto. Contudo, com o lançamento do *FNAA*, esta abordagem passa para a esfera do concreto, no que respeita ao modelo criado, gestão e manutenção pensadas. A criação de um Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do *FNAA*, na DGARQ, data de 2007, dando cumprimento ao estipulado no Artigo 2.º, alínea f), PORTARIA n.º 372/2007. *D.R. I Série*. 64.

Como contributo prático, é elaborada uma proposta de RAA para entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos no âmbito da gestão e execução de políticas científicas em Portugal. Ordenadas cronologicamente, por data de criação, as entidades que cumprem as características estabelecidas no *Plano de projecto de dissertação de mestrado*¹³ são identificadas no quadro infra.

Quadro 1: Entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de gestão e execução de políticas científicas em Portugal

Entidades	Datas de existência
Instituto de Alta Cultura	1952 – 1976
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica	1967 – 1997
Instituto Nacional de Investigação Científica	1976 – 1992
Observatório das Ciências e das Tecnologias	1997 – 2002
Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional	1997 – 2002
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.	1997 -

As propostas de RAA visam elucidar acerca da forma como se entende ser necessário descrever as entidades colectivas produtoras de arquivos, isto é, garantindo o registo da informação de forma clara, objectiva e entendível para o cidadão.

Importa referir que para o cumprimento de todos os objectivos propostos, surgiram, como comumente acontece, alguns constrangimentos. Informamos, desde já, acerca dos que causaram maior impacto no desenvolvimento do trabalho: a escassez de suporte teórico produzido sobre a matéria, que representou, em muitos casos, um bloqueio para maiores e melhores desenvolvimentos; e o tempo útil para a elaboração do presente estudo, o qual considerámos demasiado limitado.

¹³ Definiu-se no Plano de projecto de dissertação de mestrado, que as entidades estudadas seriam as colectivas públicas, formalmente criadas entre 1950 e 2000, que tivessem por missão a execução e/ou gestão de políticas científicas nacionais. Estes “requisitos” são aplicados e cumpridos cumulativamente.

I.3. A metodologia

Com a consciência de que «*é muito difícil, mesmo para um investigador profissional e com experiência, produzir conhecimento verdadeiramente novo que faça progredir a sua disciplina*»¹⁴, o presente trabalho surge, como já foi referido, enquanto um esforço para evidenciar a pertinência da criação de RAA para entidades produtoras de arquivos e como proposta de metodologia a aplicar na sua elaboração.

Para o alcance deste propósito são cumpridas as seguintes etapas: 1) a construção de um *Plano de projecto de dissertação de mestrado*; 2) a pesquisa e recolha de fontes bibliográficas para a sustentação teórica do trabalho; 3) o apuramento do estado da arte; 4) a exposição dos factos e o acompanhamento da sua evolução com recurso a contextualizações históricas; 5) a análise crítica do estado da arte e, concomitantemente, a apresentação de uma metodologia de trabalho; 6) a elaboração de uma proposta prática, a qual implicou a repetição do passo 2), supra identificado, porém, apenas com vista à recolha de dados necessários para a história das entidades em estudo.

Assim, no que concerne à metodologia, seguimos como orientação o modelo aplicado ao método arquivística, por Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, isto é, o modelo quadripolar de Paul de Bruyne, desenvolvido por Léssard-Hébert, que contempla quatro pólos distintos: o *epistemológico*, o *teórico*, o *técnico*, e o *morfológico*.¹⁵ A sua aplicação traduz-se do seguinte modo: o pólo epistemológico está reflectido no *Capítulo I*, através da identificação do objecto de estudo, da formulação da problemática e da definição da motivação e objectivos do estudo; o pólo teórico está presente nos capítulos II e III, através da exposição de conceitos, da caracterização do objecto de estudo e do estado da arte; o pólo técnico está presente no *Capítulo III*, através do contacto com a realidade; o pólo morfológico está, também, presente no *Capítulo III*, através da produção de reflexões e apresentação de conclusões,

¹⁴ Cf. QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van - *Manual de investigação em ciências sociais*, p.19.

¹⁵ Cf. BRUYNE, P. de - *Dynamique de la recherche en sciences sociales*; LÉSSARD-HÉBERT, M. - *Investigação qualitativa. Fundamentos e técnicas*; SILVA, Armando Malheiro da - *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, p. 217-226; SILVA, Armando B. Malheiro da - *A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico*. [Em linha]. Disponível em [www.<URL:http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf>](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf), p. 1-31.

transitando para o *Capítulo IV*, com a apresentação dos princípios, critérios e metodologia aplicados à elaboração de RAA, e para a conclusão do trabalho.

Como contributo prático, em apêndice, encontra-se a proposta de RAA para as entidades colectivas públicas criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos no âmbito da execução e gestão de políticas científicas em Portugal. Entende-se que este contributo também é representativo do pólo morfológico, na medida em que os RAA elucidam acerca das conclusões apuradas nos capítulos III e IV.

I.4. A estrutura do trabalho

O presente trabalho apresenta uma estrutura que se divide em quatro capítulos: *Introdução* (Capítulo I); *Sobre as teorias, práticas e políticas de descrição arquivística* (Capítulo II); *Sobre as técnicas de criação e gestão de registos de autoridade arquivística (RAA) para entidades colectivas produtoras de arquivos* (Capítulo III); e *Sobre a elaboração de RAA* (Capítulo IV).

Optou-se pela divisão de todos os capítulos em subcapítulos, de maneira a criar-se uma estrutura e encadeamento da informação que facilite o acompanhamento e compreensão da investigação realizada.

Assim, no *Capítulo I – Introdução* – explica-se a problemática e os objectivos gerais e específicos do trabalho. Muito embora não seja recomendado no modelo de apresentação de tese, cedido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, opta-se por apresentar, em conjunto com os objectivos, também as motivações para a escolha do tema.

O *Capítulo II*, não previsto no *Plano de projecto de dissertação de mestrado*, é consequência de algumas leituras e revisões bibliográficas. Na fase de investigação considerou-se necessária uma contextualização histórica, espacial e temporalmente alargada; o mesmo sucedeu na fase de redacção.

Os capítulos III e IV são aqueles que, apesar da sua extrema importância no trabalho, levantaram maiores dificuldades. No entanto, apresentam-se, contextualizam-se e analisam-se os dados e factos.

A importância da criação de *RAA* para entidades colectivas produtoras de arquivos, a utilização da *ISAAR(CPF)*, bem como a apresentação de uma proposta de princípios, critérios e metodologia para a sua elaboração, são questões que marcam a identidade deste trabalho, na medida em que representam os nossos principais objectivos.

A análise do *FNAA* acontece pela pertinência que se considera ter no âmbito do presente estudo (com as devidas notas justificativas no seu desenvolvimento) e encontra-se no *Capítulo III*.

O *Capítulo IV* é, claramente, aquele em que se tenta reflectir a grande componente prática do estudo. Nele identificam-se os princípios, critérios e metodologia para a elaboração dos *RAA* para as entidades colectivas públicas. Exemplifica-se através da sua aplicação a *RAA* para entidades colectivas produtoras de arquivos de gestão e execução de políticas científicas em Portugal, criadas na segunda metade do século.

De referir, também, que as notas de rodapé (ao longo de todo o trabalho) são notas de citação e, para além disso, notas de carácter justificativo e explicativo. Quer as citações, quer as referências bibliográficas encontram-se de acordo com os critérios estabelecidos pela *NP 405*.

As referências bibliográficas foram separadas em cinco grupos. No primeiro grupo encontram-se os documentos normativos, técnicos e orientadores. No segundo grupo, a bibliografia que nos permitiu a realização do enquadramento teórico, no âmbito da Arquivística. No terceiro grupo, a bibliografia que nos permitiu a recolha de dados históricos que justificam a escolha das entidades e os respectivos contextos de actuação. No quarto grupo, a legislação citada e/ou recomendada, que não inclui a consultada para a elaboração dos *RAA*, já que essa é identificada no próprio registo. No quinto grupo a fonte *Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia*.

A *Bibliografia* é composta por referências bibliográficas citadas e, também, por apenas consultadas. Apesar de não citadas no presente trabalho, foram complementares e constituíram fontes de informação relevantes para a elaboração do estudo.

Capítulo II: Sobre as teorias, práticas e políticas de descrição arquivística

II.1. A descrição arquivística

«Aunque la operación de describir es única, las acepciones del término son tan numerosas como manuales, estudios, léxicos y diccionarios se han ocupado de su significado.»

BONAL ZAZO, José Luis ¹⁶

Antes de mais, importa clarificar que a abordagem diacrónica e sincrónica realizada para a *descrição arquivística*, embora não prevista inicialmente, justifica-se não apenas na perspectiva do interesse histórico, como também pelo contributo epistemológico que se considera poder ter. Ao olhar para o passado e ao traçar um percurso evolutivo da actividade em análise, foi possível compreender melhor o momento presente.

Importa-nos expor o conceito genérico de *tratamento de arquivo*, pois, tradicionalmente, a descrição é entendida como sendo uma das suas fases. Assim, quando falamos sobre o *tratamento de arquivo*, pensamos num conjunto de actividades que se concretizam através de tarefas específicas. As actividades são: a organização (física e/ou intelectual), a classificação, a avaliação, a selecção, o reacondicionamento, a aplicação de medidas de preservação e conservação e, entre outras, a descrição arquivística.¹⁷ Algumas das actividades citadas implicam a realização de tarefas que intervêm exclusivamente no suporte do documento, por exemplo, a aplicação de medidas de preservação e conservação, outras, porém, implicam a identificação, contextualização e análise de conteúdo e estrutura do

¹⁶ Cf. BONAL ZAZO, J. L. - *La descripción archivística normalizada, origen, fundamentos, principios y técnicas*, p. 155.

¹⁷ O *Dicionário de Terminologia Arquivística* identifica dois tipos de tratamento: o *Tratamento Arquivístico* e o *Tratamento Documental*. Fornece, para o primeiro, a seguinte definição: «Conjunto de procedimentos técnicos que têm por objectivo a conservação, organização, descrição e comunicação dos arquivos». Para o segundo: «Conjunto de procedimentos técnicos que têm por objectivo a conservação, organização, descrição e comunicação de documentos e dos dados e informações neles contidos. Cf. ALVES, Ivone [et al.], cit. 2, p. 97.

documento, assim como o estabelecimento de relações entre este e outros recursos, por exemplo, a descrição arquivística.¹⁸

A propósito de *tratamento* documental em Arquivística, a autora Fernanda Ribeiro refere, evidenciando a *décalage* existente entre a Biblioteconomia e a Arquivística: «No campo da Biblioteconomia, as técnicas de tratamento documental estão suficientemente estudadas e têm uma aplicação generalizada (...). No campo da Arquivística, porém, as técnicas de tratamento documental não estão devidamente aprofundadas, nem as normas que existem têm aplicação consensual».¹⁹

De seguida, tenta-se, pois, clarificar o conceito de *descrição*, um dos mais relevantes no presente trabalho. Assim, a **descrição arquivística** consiste na «elaboração de uma representação exacta de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que o produziu. Este termo também se aplica ao resultado desse processo».²⁰

Importa sublinhar que apesar do termo se aplicar à actividade e ao resultado da actividade, conforme descrito no parágrafo anterior, no âmbito do presente estudo, o nosso enfoque recai sobre a *descrição* enquanto actividade. Importa, igualmente, referir que embora a actividade de descrição seja desenvolvida em qualquer estágio de gestão de um arquivo (corrente, intermédio ou histórico), conforme refere a especialista brasileira Georgete Rodrigues, a prática actual está longe do cenário ideal, pois, a *descrição* acaba por ser, ainda, «uma tarefa típica dos arquivos permanentes».²¹ No que concerne ao nosso escopo de análise, este está focado nos arquivos históricos.

¹⁸ Para uma visão mais alargada e detalhada da questão, veja-se, a propósito dos tipos de análise documental, os propostos pelo Conselho Internacional de Arquivos: a análise formal, a análise dos conteúdos, a análise de contexto e a análise externa.

¹⁹ Cf. RIBEIRO, Fernanda - **Indexação e controlo de autoridade em arquivos**. [Em linha]. Disponível em [www.<URL:http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721?mode=full>](http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721?mode=full). p. 9.

²⁰ Cf. DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - **Programa de Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo - Orientações para a Descrição Arquivística**. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>>. p. 300.

²¹ Cf. RODRIGUES, Georgete Medleg, orgs - **Organização e representação do conhecimento**. [Em linha]. Introd. - A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. Disponível em

Durante décadas, quer na prática, quer no discurso teórico, privilegiou-se a descrição enquanto *a)* resultado de uma actividade concreta, *b)* e os seus objectivos, o acesso à informação. No entanto, ao longo destes mesmos anos, alguns autores chamavam já a atenção para a importância da *descrição* enquanto actividade.

Iniciamos a nossa abordagem diacrónica e sincrónica na década de 60, quando o arquivista norte-americano, Theodore Schellenberg, embora atento à actividade subjacente à *descrição*, dava maior enfoque aos instrumentos de descrição, facilitadores do acesso aos arquivos. Também Antonia Heredia, arquivista espanhola e sua discípula, defendeu a *descrição* como o conjunto das actividades necessárias para produzir instrumentos que facilitassem o acesso aos fundos, ou seja, focando-se em *b)* os seus objectivos, o acesso à informação.²²

Na década de 80, o Conselho Internacional de Arquivos (doravante designado ICA) manteve o entendimento de Schellenberg, isto é, considerou que a descrição arquivística era o produto resultante da actividade de descrever arquivos e não, propriamente, uma actividade.²³ Assim, no seguimento do que temos vindo a referir, acresce explicitar que antes do surgimento de normas e segundo o especialista Bonal Zazo, o entendimento de *descrição* estava assente numa das seguintes definições: 1) o desenvolvimento da actividade; 2) o resultado da actividade, isto é, os instrumentos de descrição; e 3) o objectivo da descrição, isto é, facilitar o acesso à informação contida nos documentos de arquivo.²⁴ Apesar da existência de três definições, as aplicadas comumente durante várias décadas, como já expusemos, foram as duas últimas, ou seja, a *descrição* entendida enquanto resultado final, materializado em instrumentos de descrição, e a *descrição* entendida como o objectivo de comunicar o conteúdo dos documentos.

Independentemente dos vários entendimentos, os arquivos não descritos, conforme afirmou Michel Duchein: são como o «*cofre do tesouro sem chave*»²⁵, na medida em que assim se tornam inacessíveis e desconhecidos para os cidadãos.

www.<URL:http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1442/1/CAPITULO_RepresentacaoInformacaoArquivistica.pdf>, p.212.

²² Cf. HEREDIA HERRERA, Antonia, cit. 6, p. 215.

²³ Cf. BONAL ZAZO, José Luis, cit. 16, p. 156.

²⁴ Cf. BONAL ZAZO, José Luis, cit. 16, p. 155.

²⁵ Cf. DUCHEIN, M. cit. por HEREDIA HERRERA, Antonia, cit. 6, p. 216.

Cruz Mundet acrescentou: a *descrição* é a «*parte culminante del trabajo archivístico [...] encaminada a poner los documentos en servicio, es decir, hacer de ellos un útil disponible para la sociedad*»²⁶ e a sua principal missão é informar, tal como os próprios documentos de arquivo.²⁷

Podemos concluir que durante anos predominou uma certa indiferenciação entre o que são os instrumentos de descrição documental²⁸ e a actividade que permite a sua produção. Porém, a partir de finais dos anos 90, a descrição arquivística passou a ser entendida e desenvolvida também numa outra perspectiva, como uma prática, uma actividade necessária para a produção de instrumentos e ferramentas que permitem o conhecimento, o acesso, a recuperação e a divulgação da informação. Na medida em que se trata de uma actividade que implica técnicas e procedimentos específicos, deu-se, então, início à criação, tradução e ao desenvolvimento de normas internacionais que orientam, regulam e normalizam a actividade.

Para a apreciação da actividade de descrição arquivística orientada e normalizada em Portugal, construímos o quadro infra (*Quadro 2*). Importa referir que para a sua elaboração, partimos do entendimento da descrição arquivística enquanto *actividade* (Linha A); a partir da qual se realizam outras actividades que ocorrem ligadas a objectos específicos, devendo estes ser descritos separadamente (Linha B); tendo por base normas internacionais e documentos técnicos e normativos nacionais, específicos para a elaboração dos registos (Linhas C e D); e sendo criados, enquanto produtos resultantes da actividade de descrição, instrumentos de descrição específicos (Linha E). São ainda identificados os documentos técnicos e normativos nacionais existentes para a organização, armazenamento, pesquisa e recuperação dos registos (Linha F); e os produtos finais resultantes da organização, em repositórios, onde são armazenados os registos e a partir dos quais é possível realizar pesquisas e recuperar a informação (Linha G) – são apresentados em abstracto, para o caso dos *Arquivos* e em concreto para as *Entidades Produtoras de Arquivos*.

²⁶ Cf. CRUZ MUNDET, José Ramón – *Manual de archivística*, p. 255.

²⁷ Cf. CRUZ MUNDET, José Ramón, cit. 26, p. 255.

²⁸ Definição de *instrumento de descrição documental*: «Documento segundo elaborado para efeitos de controlo e/ou comunicação, que descreve as unidades arquivísticas, acervos documentais ou colecções factícias. Os principais instrumentos de descrição são: roteiros, guias, inventários, catálogos, registos e índices.» Cf. NP 4041. 2005, Informação e documentação - *Terminologia Arquivística*, p. 18.

Foi nosso objectivo registar os dados recolhidos de forma sintetizada, evidenciando, por um lado, como a aplicação das normas deve ser regida em função do objecto a descrever e, por outro lado, constatando a existência/não existência, até ao presente, de normas internacionais e instrumentos técnicos e normativos nacionais, que apoiem a actividade no contexto nacional. Constitui, ainda, informação de interesse relevante, as datas em que surgiram as primeiras edições, quer das normas internacionais, quer dos documentos técnicos e normativos nacionais (Linhas C, D e F), na medida em que estes reflectem o modo como a actividade tem vindo a desenvolver-se, bem como a preocupação e o enfoque que tem suscitado na comunidade arquivística.

Quadro 2: A actividade de descrição arquivística orientada e normalizada em Portugal

A	Actividade de primeiro nível	Descrição arquivística			
B	Objecto de descrição arquivística	Arquivo	Entidades produtoras de arquivo	Funções das entidades	Entidades detentoras de arquivo
C	Normas internacionais aplicadas na descrição arquivística	<i>ISAD(G): General International Standard Archival Description (1994)</i> <i>EAD: Encoded Archival Description (1998)</i>	<i>ISAAR(CPF): International Standard Archival Authority Record for Corporate bodies, Persons and Families (1996)</i> <i>EAC: Encoded Archival Context (2004)</i>	<i>ISDF: International Standard for Describing Functions (2007)</i>	<i>ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings (2008)</i>
D	Documentos técnicos e normativos nacionais para a elaboração de registos de descrição arquivística	<i>Orientações para a Descrição Arquivística – ODA (1999)</i>	<i>Orientações para a Descrição Arquivística – ODA (1999)</i>	-	-
E	Instrumentos resultantes da actividade	Registos de descrição documental	Registos de autoridades arquivísticas para entidades produtoras	Registos de autoridades arquivísticas para funções	Registos de autoridades arquivísticas para entidades detentoras

F	Documentos técnicos e normativos nacionais para a organização de registos	-	<i>Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (2008)</i>	-	-
G	Produtos	Inventário de arquivo Guia Catálogo, entre outros	<i>Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas</i>	-	-

Relacionada com a actividade de *descrição*, apresentamos mais um conceito e respectiva definição, em torno do qual o presente trabalho se desenvolve, e, por isso, essencial para a sua compreensão – o **registo de autoridade arquivística para as entidades produtoras**: «*forma autorizada do nome de uma entidade combinada com outros elementos de informação que identificam e descrevem a entidade, podendo remeter para outros registos de autoridade relacionados*». ²⁹

Os autores Pedro López Gómez e Olga Gallego (teóricos de referência da Arquivística espanhola) afirmaram, acerca da questão da proveniência e do contexto de produção (*onde? quando? porquê? e por quem?* se produzem os documentos), que «*a descrição dos fundos de arquivo é uma enumeração dos seus atributos, que se obtém analisando a sua proveniência, o tempo e o lugar da sua produção, as suas origens funcionais, os assuntos a que se referem e os seus tipos de composição*». ³⁰

Também o autor Luis Carlos Lopes escreveu que os documentos não podem ser considerados isoladamente. A ligação ao seu produtor deve ser mantida, na medida em que a informação arquivística é produzida dentro de um contexto específico, no seio de uma entidade, no âmbito das suas funções e actividades. ³¹

Bonal Zazo foi ainda mais longe e acrescentou que o nível de detalhe e profundidade da *descrição* depende de alguns factores, entre eles, a complexidade da

²⁹ Cf. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – **ISAAR (CPF)**, cit. 11, p.13.

³⁰ Cf. GALLEGO, Olga; LÓPEZ GÓMEZ, Pedro cit. por BONAL ZAZO, José Luis, cit. 16, p. 159.

³¹ Cf. LOPES, Luís Carlos cit. por BELLOTO, Heloísa Liberalli - **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. [Em linha]. Disponível em [www:<URL: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_17_Como%20fazer%20analise%20diplomatica%20e%20analise%20tipologica.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_17_Como%20fazer%20analise%20diplomatica%20e%20analise%20tipologica.pdf) > , p. 23.

estrutura do fundo documental, determinada pela estrutura da entidade produtora e pelas suas competências.³²

Conclui-se que são vários os autores que atribuíram à entidade produtora um papel determinante na compreensão, descrição e comunicação do respectivo arquivo.

Parece, pois, que a obrigatoriedade de contemplar as entidades produtoras e os contextos de produção no estudo e na descrição dos arquivos é indiscutível. Porém, importa questionar de que forma estes registos de descrição devem ser criados e geridos e de que modo devem comunicar entre si. Assim, se por um lado, se acredita que a necessidade de conhecer a entidade para o estudo do arquivo surge naturalmente e é, por conseguinte, mais do que evidente, por outro, importa reflectir sobre a melhor forma de registar e transmitir a informação que se tem acerca da entidade.

Mais adiante reflectiremos sobre a forma como entendemos ser necessário procurar, separar e estruturar a informação utilizada para a descrição das entidades colectivas produtoras; quais as vantagens que podem advir da separação dos registos de descrição, em função do objecto descrito; e que outros interesses e propósitos (para além dos arquivísticos) podem ser atingidos com a criação e gestão de RAA independentes, para as entidades colectivas produtoras.³³

II.2. A descrição arquivística em Portugal: do Instituto Português de Arquivos à Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

É nosso objectivo apresentar uma pequena síntese do percurso evolutivo da descrição arquivística, relacionando-a com a criação de RAA para as entidades produtoras, isto é, não pretendemos escrever a história das práticas e políticas de descrição arquivística, mas sim olhar para os últimos vinte anos da actividade em Portugal e procurar compreendê-la, relacionando-a com a realidade actual.

³² Cf. BONAL ZAZO, José Luis, cit. 16, p. 184.

³³ Relativamente a esta questão, ver o *Subcapítulo III.1* do presente trabalho.

Remonta-se, pois, ao início da década de 90, quando o Instituto Português de Arquivos (doravante designado *IPA*)³⁴ desenvolveu e testou a primeira aplicação informática de tratamento automático de documentação histórica, a *ARQBASE*.³⁵ Dando cumprimento às suas atribuições e competências, nomeadamente na aplicação de técnicas de normalização e tratamento informático da documentação de arquivo, o *IPA* não só utilizou e validou a *ARQBASE* no tratamento dos arquivos à sua guarda, como cedeu a aplicação a outras entidades e publicou o respectivo manual para a sua utilização³⁶.

O lançamento de uma aplicação informática pensada e desenvolvida especificamente para a descrição arquivística, tendo por base o modelo teórico de Michael Cook³⁷, representou, no nosso entendimento, o primeiro grande passo dado em Portugal, no âmbito da descrição de documentação histórica, de forma normalizada e automática.

Anos depois, após a extinção do *IPA*, por fusão de meios humanos, financeiros e da gestão dos serviços dependentes, a entidade sucessora, Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (doravante designada *AN/TT*)³⁸ teve por missão dar continuidade ao trabalho iniciado e estudar, criar, desenvolver e aplicar práticas de descrição arquivística, tendo como objectivo contribuir para o progresso, equiparação e normalização das técnicas de tratamento, concretamente de descrição, aplicadas aos arquivos nacionais. Deste modo, pretendeu-se propiciar e potenciar a normalização, troca, partilha e disseminação da informação.³⁹

³⁴ O *IPA* foi a primeira instituição autónoma com atribuições no âmbito da salvaguarda do património cultural do Estado e foi criada no seguimento da extinção das Divisões de Arquivos e de Serviços de Documentação, do Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação do Instituto Português do Património Cultural. Para uma contextualização mais alargada, ver: DECRETO-LEI n.º 152/88. **D.R. I Série.** 99; DECRETO-LEI n.º 106-G/92. **D.R. I-A Série.** Suplemento.

³⁵ Ver FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena; ANTÓNIO, Rafael - *ARQBASE* - Tratamento Automatizado de Documentação Histórica In ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS - **2º Encontro Nacional de Arquivos Municipais.**

³⁶ FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena, cit. 35.

³⁷ O modelo teórico dos britânicos Michael Cook e Margaret Procter, defende que existe uma hierarquia entre as *entidades arquivísticas* e, além disso, que a cada uma delas deve corresponder uma *unidade de descrição*. Cf. COOK, Michael; PROCTER, Margaret - **Manual of Archival Description.**

³⁸ Ver DECRETO-LEI n.º 106-G/92. **D.R. I-A Série.** Suplemento (relativo à criação do AN/TT) e DECRETO-LEI n.º 42/96. **D.R. I-A Série.** 106 (que prevê a extinção do AN/TT).

³⁹ Para uma síntese diacrónica dos principais momentos, ver: RUNA, L.; PENTEADO, P. – Surfando de sigla em sigla. A DGARQ e a normalização da descrição em Portugal. CONGRESO DE ARCHIVOS DE CASTILLA Y LEÓN – ACAL, p. 87-88. Agradecemos aos autores a cedência do texto.

Foi também na década de 90 que surgiu a primeira edição da *Norma Internacional de descrição arquivística – ISAD(G)*⁴⁰, que aprovada pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) em 1994, foi traduzida para português logo no ano seguinte, pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD). Importa sublinhar, o facto desta versão portuguesa ter sido elaborada por uma associação de profissionais – a APBAD – e não pela entidade que seria expectável, dadas as suas competências e atribuições – AN/TT. Não obstante a constatação, entendemos que tal ocorrência não teve consequências negativas na aceitação e seguimento da *ISAD(G)*, até porque a sua chegada já vinha sendo anunciada à comunidade arquivística. É disso exemplo o artigo de apresentação e divulgação da primeira edição, publicado em 1994, na revista da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – APBAD, intitulado *Chegaram as ISAD(G)*⁴¹, de Ana Franqueira.

Em 2007, a Direcção-Geral de Arquivos (doravante designada DGARQ), enquanto órgão coordenador da política nacional de arquivos⁴², deu prossecução ao trabalho desenvolvido pelas entidades suas antecessoras (AN/TT e IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo).

Assim, entendemos que, se por um lado o IPA é um marco na história da descrição e normalização em Portugal, na medida em que enceta os trabalhos e discussões em torno das práticas de descrição e necessidade de normalização, por outro, o AN/TT, o IAN/TT e a DGARQ são, no nosso entendimento, as entidades que assinalam a viragem, nomeadamente, através da transposição das tendências e práticas internacionais à realidade nacional.⁴³

Em 2000, por exemplo, foi criado o *Programa de Normalização da Descrição em Arquivo* (PNDA), dentro do IAN/TT, o qual implicou a constituição de um Grupo de

⁴⁰ Cf. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - *ISAD(G): General international standard archival description*. [Em linha]. 1ª ed. Disponível em WWW: <URL: <http://web.mclink.it/MD1431/sito/isaargrp/isad%28g%29e.html>.

⁴¹ Cf. FRANQUEIRA, Ana – *Chegaram as ISAD(G)*. *Cadernos BAD*, p. 47-52.

⁴² Ver Decreto-Lei n.º 93/2007, que aprova a orgânica da Direcção-Geral de Arquivos.

⁴³ Ver todo o trabalho desenvolvido e publicado pela DGARQ no âmbito da normalização da descrição arquivística, nomeadamente: *Orientações para a descrição arquivística-ODA* (várias versões); Tradução da *ISAD(G)* – excepto a 1ª versão; Tradução da *ISAAR (CPF)*; Tradução da *ISDIAH*; Tradução da *ISDF*. Ver ainda, para contextualização internacional: BONAL ZAZO, José Luis, cit. 16; Para observação dos objectos da descrição arquivística e as respectivas normas do Conselho Internacional de Arquivos a utilizar, ver o *Quadro 2* do presente trabalho; ver: RUNA, L.; PENTEADO, P., cit. 39, p. 87-88.

Trabalho, cujos principais objectivos eram: «1) *Elaborar orientações para a descrição arquivística*; 2) *Desenvolver acções de formação e divulgação das orientações para a descrição em arquivo, no âmbito do IAN/TT e da comunidade arquivística em geral*; 3) *Elaborar pareceres relativos à consistência e coerência das descrições no âmbito da Rede Nacional de Arquivos*; 4) *Desenvolver o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas, a partir da criação de registos de autoridade propostos pelos serviços dependentes*». ⁴⁴

No mesmo ano, foi oficialmente apresentada a segunda versão da *ISAD(G)* ⁴⁵, cuja tradução portuguesa surgiu em 2004, elaborada por um Grupo constituído pelo IAN/TT e composto por arquivistas com experiências diversificadas.

A realidade demonstra que a *normalização da descrição arquivística* conquistou uma posição de destaque na agenda da comunidade arquivística internacional e, naturalmente, da nacional, a partir do início do milénio. Por ela e para ela produziram-se estudos, artigos, documentos técnicos e normativos, proferiram-se comunicações em eventos nacionais e internacionais. ⁴⁶

É visível a necessidade de normalizar a descrição de arquivos com a aplicação da *ISAD(G)* e com as normas *ISO* relativas à meta-informação descritiva ⁴⁷. Porém, é igualmente notória a associação e relação de dependência da *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas colectivas, Pessoas Singulares e Famílias – ISAAR(CPF)* à actual *Rede Portuguesa de Arquivos (RPA)*. ⁴⁸

⁴⁴ Cf. Despacho n.º 54/GD/2004, de 11 de Junho, criado pelo IAN/TT.

⁴⁵ Ver CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - **ISAD (G): Norma internacional de descrição arquivística**: [Em linha]. Disponível em [www: <URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf>](http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf) (consulta em 10-05-2012).

⁴⁶ Veja-se, a título de exemplo, a realização de eventos internacionais com a participação portuguesa: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. XV, Viena, 23 a 28 de agosto de 2004 - Arquivos, memórias e saberes; CONGRESO DE ARCHIVOS DE CASTILLA Y LEÓN – ACAL, V, León, 2008. (participação de RUNA, L.; PENTEADO, P. – “Surfando de sigla em sigla. A DGARQ e a normalização da descrição em Portugal”).

⁴⁷ Para informação relativa às normas *ISO* ver: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - **ISAAR (CPF)**, cit. 11, p. 9.

⁴⁸ A Rede Portuguesa de Arquivos é uma rede da qual qualquer entidade, pública ou privada, poderá fazer parte, num processo comum de gestão, difusão e acesso dos seus documentos. Assim, tem como principal missão a divulgação do património arquivístico, tornando-o acessível ao cidadão, de forma rápida e eficaz. Através da sua articulação com outras redes de informação internacionais, como a EUROPEANA ou a APENET, a adesão a este repositório permite a crescente divulgação e reconhecimento do património arquivístico. Para uma contextualização diacrónica, veja-se: REAL, M. L. – A Rede Nacional de Arquivos: um desafio no século XXI. **Cadernos BAD**, p. 36-59; CONSELHO SUPERIOR DE ARQUIVOS – **Para a Concepção e Planeamento da Rede Nacional de Arquivos. CSA/Doc.03/1999**. [Em linha]. Disponível em [www.<URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/csa_03.pdf>](http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/csa_03.pdf); DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - **Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e**

Relativamente ao surgimento da *ISAAR(CPF)*, importa referir que em 1996 foi lançada a primeira versão e em 2004 a segunda versão, cuja tradução para português surgiu no mesmo ano e foi da responsabilidade do *IAN/TT*.

A aplicação da *ISAAR(CPF)* parece ter ficado consignada à sombra permanente das grandes mudanças de procedimentos e técnicas que se impunham com a aplicação da *ISAD(G)*. Outra razão que pode justificar a marginalização da *ISAAR(CPF)* face à *ISAD(G)*, parece-nos ter que ver com o facto da segunda contemplar informação, tais como os campos constituintes da *Zona de Contexto*, que estão cobertos também na *ISAAR(CPF)*.⁴⁹

Actualmente, a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (*DGLAB*), que resulta da fusão da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direcção-Geral de Arquivos, tem, entre outras atribuições, a de assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos⁵⁰, o que garante a continuidade da actividade da sua antecessora, *DGARQ*.

Para a Biblioteconomia, a elaboração de registos de autoridade bibliográfica é uma prática com mais de quarenta anos de existência, imprescindível, desenvolvida e normalizada.⁵¹

gestão. Módulo 1: Modelo Conceptual. [Em linha]. Disponível em [www.<URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_mc.pdf>.](http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_mc.pdf); DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - **Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 2: modelo lógico.** [Em linha]. Disponível em [www.<URL: http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_ml.pdf>](http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_ml.pdf); RUNA, Lucília; SOUSA, Joana Braga - Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar. **Cadernos A&B**, p.80-108.

⁴⁹ Relativamente às hipóteses levantadas, trata-se de meras ilações de nossa parte. Não foi possível validar ou contrariar estas ideias, mesmo assim, optámos por lançar as questões e especular sobre elas. No âmbito deste trabalho é-nos particularmente pertinente tentar perceber as razões que levaram (e ainda levam), no cenário nacional, à maior aceitação e utilização de uma Norma – *ISAD(G)* – em relação a outra – *ISAAR(CPF)*.

⁵⁰ Ver DECRETO-LEI n.º 103/2012. **D.R. I Série**. 95, que aprova a orgânica da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

⁵¹ Estamos cientes de que os princípios, metodologias e instrumentos de controlo de autoridade desenvolvidos e aplicados na actividade biblioteconómica poderiam constituir uma matéria de elevado interesse no âmbito do presente estudo, nomeadamente através da realização de uma análise comparativa face à realidade Arquivística. Porém, optámos por não entrar neste domínio, dada a ausência de conhecimento científico sobre a matéria e para benefício e salvaguarda da economia do trabalho. Enquanto fonte citada e para uma melhor contextualização, veja-se: Cf. CAMPOS, Maria Fernanda - **Controlo de autoridades: novos contextos e soluções.** [Em linha]. Disponível em: <http://www.google.com/url?sa=t&rct=i&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CGYQFiAA&url=http%3A%2F%2Fpurl.pt%2F331%2F1%2Fdocs%2Fcomunicacao%2F12manha%2Fcontrolodeautoridade.doc&ei=QswSUNe9Jsy8iAeJwoGYAQ&usg=AFQjCNF9nIj2RRKekequBNalpr7co5RYmQ&sig2=GUj7jb0-JzOqTdJLU056Wg>>

Necessário será aguardar para saber se a aproximação formal e orgânica estabelecida entre as bibliotecas e os arquivos, representará algumas mudanças nas políticas e práticas arquivísticas, concretamente no que respeita à descrição de entidades produtoras, através de *RAA*, ou se, pelo contrário, se vão manter como até ao momento presente, pouco desenvolvidas e aplicadas.

Aguardar-se-á, igualmente, pela contribuição e participação do órgão coordenador, junto da comunidade arquivística, para a clarificação, reflexão e aprofundamento do conceito de *tratamento* de arquivo⁵², particularmente no que se relaciona com a descrição de entidades produtoras de arquivos e com a criação de *RAA* de forma independente (face aos registos de descrição documental) para as mesmas.

⁵² Ver a citação da autora Fernanda Ribeiro, no *Subcapítulo II.1* (p.11) do presente trabalho.

Capítulo III: Sobre as técnicas de criação e gestão de registos de autoridades arquivísticas (RAA) para entidades colectivas produtoras de arquivos

III.1. A importância da criação de RAA

Não obstante a sua importância no cômputo do trabalho, o presente capítulo foi aquele que nos levantou maiores dificuldades. Se para a Arquivística, enquanto área científica, as bases teóricas são poucas e ainda frágeis, para a temática específica dos RAA pudemos contar apenas com parca bibliografia, na sua maioria artigos, que tocam a questão sem a analisar em profundidade. Por outro lado, o facto de se ter constatado a escassez de suporte teórico, motivou-nos e levou-nos a pensar que podemos estar a contribuir, modestamente, para a problematização da questão e, *quiçá*, para a discussão em torno da mesma.

No presente trabalho analisamos a descrição arquivística, sobretudo, enquanto actividade, mas já demos conta, no capítulo anterior, que a mesma existe enquanto actividade e, simultaneamente, como resultado da actividade. Identificámos e explicitámos, igualmente, que a descrição arquivística contempla vários tipos de descrição, dependendo do objecto/elemento a descrever, e que para orientar e normalizar na elaboração dos registos, existem normas internacionais e, em alguns casos, documentos técnicos e normativos nacionais.

Entendendo-se o RAA para as entidades produtoras como um instrumento resultante da actividade de descrição, especificamente aplicado a este *objecto* – entidades produtoras – importou-nos reflectir sobre o RAA em conjunto com as práticas e políticas de descrição documental, tentando entender a sua evolução ao longo dos anos, a atenção e preocupação que têm suscitado na comunidade arquivística internacional e nacional e o modo como estas práticas e políticas se reflectem na criação de RAA independentes (em relação aos registos de descrição documental aplicados a unidades arquivísticas).

Consideramos, pois, o estudo das entidades e a criação de RAA de inegável importância para o conhecimento e compreensão dos arquivos, das actividades no âmbito das quais estes foram produzidos e, em última análise, para a afirmação e

valorização da Arquivística, enquanto área científica responsável por práticas de tratamento e difusão da história e memória, pela produção e disponibilização de instrumentos que possibilitem a identificação dos arquivos e o acesso à informação, por parte do cidadão.

A entidade é observada neste trabalho como “produtora de arquivos” mas, fora deste âmbito, defendemos ser muito mais. A entidade é *per si*, em nossa opinião, a causa e a consequência da história, intervindo na mesma de forma activa. A entidade é representativa de momentos e épocas, sendo que a elaboração do RAA de forma independente face a outros tipos de registo, para além de poder perpetuar a história e memória da entidade, pode servir diferentes áreas do saber e não, somente e isoladamente, a Arquivística. Entendemos que a elaboração do RAA para as entidades produtoras não deve circunscrever-se ao contexto arquivístico, ao invés disso, deve ser assumida e preconizada pela sua multiplicidade de interesses e possíveis utilizações. A título de exemplo, se considerarmos a elaboração de RAA para as entidades de gestão e execução das políticas científicas nacionais – entidades produtoras em estudo, no âmbito do presente trabalho – para além da finalidade arquivística, de identificação e descrição da entidade produtora e do estabelecimento das relações entre esta e outras entidades e entre esta e outros recursos, podemos ainda considerar o seu interesse em possíveis utilizações para estudos na área da Gestão Pública, particularmente, da Gestão da Ciência, e da História das políticas de ciência, do progresso científico e desenvolvimento tecnológico, no contexto nacional.

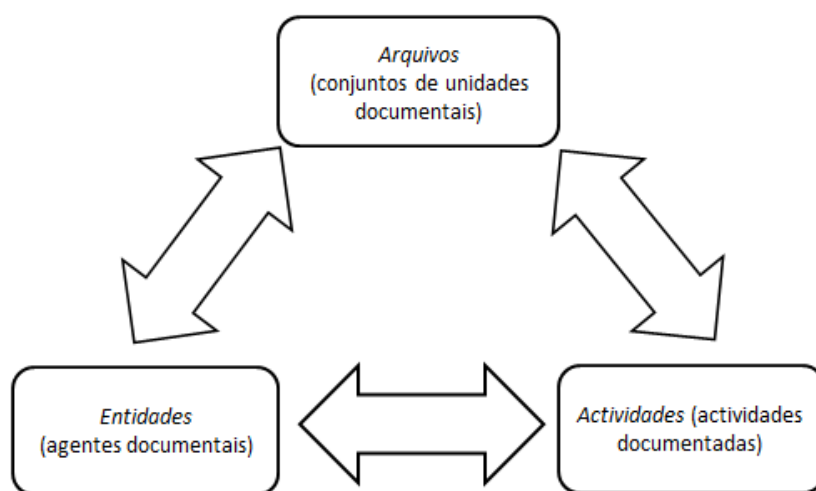
No que respeita à relação *entidade produtora – arquivo*, como já referimos anteriormente, não é possível estudar e compreender documentos de arquivo sem o conhecimento devido do seu contexto de produção, nomeadamente da sua proveniência.⁵³ Do mesmo modo que defendemos não ser possível ter um conhecimento completo (orgânico e funcional; formal e informal) de uma entidade sem o conhecimento devido dos documentos de arquivo por esta produzidos, que

⁵³ Definição de *proveniência*, trata-se do «*princípio fundamental segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de outra proveniência e devem ser conservados segundo a ordem primitiva, se esta existir. É em virtude deste princípio que cada um dos documentos deve ser colocado no fundo do qual provém e, nesse fundo, no seu lugar de origem.*» Ver, para contextualização mais aprofundada: ROUSSEAU, JEAN –YVES; COUTURE, CAROL – ***Os fundamentos da disciplina arquivística***, p.52-293.

atestam e provam acções, decisões e, também, tramitações internas de documentos e relações hierárquicas e funcionais, de outro modo não identificáveis.

Partimos, pois, do pressuposto de que qualquer trabalho arquivístico deve contemplar e analisar os três elementos já referidos: *arquivo*, *entidade produtora* e *actividade*, para os quais apresentámos definições no capítulo introdutório e apresentamos, agora, um esquema representativo do modo com se relacionam entre si:

Quadro 3: Relação entre arquivos, entidades produtoras e actividades



Estamos igualmente convictos de que os esforços desenvolvidos na normalização da descrição de documentos de arquivo⁵⁴ e na disseminação e disponibilização dos arquivos em rede⁵⁵, que permitem o acesso à informação de forma eficaz e eficiente, têm dado resposta às principais necessidades do utilizador mas não são ainda suficientes para dar resposta a todas as suas exigências, nomeadamente no que respeita à identificação, estudo e acompanhamento da evolução das entidades produtoras de arquivos, às suas alterações de nome, e /ou às

⁵⁴ Para uma maior contextualização, ver: PENTEADO, Pedro – ***A normalização em arquivos. Panorâmica nacional e internacional.*** [Em linha]. Disponível em [www: <URL:http://www.culturadigital.pt/docs/dgarq_ppenteado.pdf>](http://www.culturadigital.pt/docs/dgarq_ppenteado.pdf); RUNA, Lucília – ***Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar.*** [Em linha]. Disponível em: [www: <URL:http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM98.pdf>](http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM98.pdf).

⁵⁵ Existem vários estudos e documentos produzidos neste âmbito, que permitem uma abordagem diacrónica da questão em Portugal. Veja-se os que destacamos: REAL, M.L., cit. 48, p. 36-59; CONSELHO SUPERIOR DE ARQUIVOS, cit. 48; DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS, cit. 48.

suas relações de sucessão e de complementaridade funcional, entre outras que se repercutem na correcta identificação e história da entidade.

No presente trabalho, a razão principal que nos levou a reflectir acerca da criação de *RAA* para as entidades produtoras de arquivos e a circunscrever esse estudo às entidades colectivas públicas, tem que ver com a dificuldade em acompanhar e identificar, no universo das entidades da Administração Pública, as alterações de denominação, as transferências de tutela, as extinções e fusões de funções desempenhadas⁵⁶ e as relações que estas entidades mantêm com outras entidades (produtoras e/ou detentoras) e outros recursos, tais como, funções e arquivos. Este exercício representa sempre um desafio e é, ao mesmo tempo, incontornável para a salvaguarda e garantia dos direitos dos cidadãos⁵⁷ e para a concretização de várias acções desencadeadas pelos mesmos, nomeadamente a necessidade de se informar e documentar acerca de um arquivo, de uma entidade, sua(s) antecessora(s) e sucessora(s), e/ou de uma função específica. Por outro lado, se pensarmos concretamente no arquivista e no desempenho da sua actividade, enquanto profissional ao serviço da informação, realçamos a necessidade que este tem de identificar e delimitar um fundo para a concretização de tarefas como, por exemplo, a avaliação e/ou a descrição documental.⁵⁸

Contudo, apesar da importância e das mais-valias que advêm da elaboração e difusão dos *RAA*, entendemos haver ainda muito trabalho a desenvolver para melhorar a qualidade destes registos. Assim, tão importante quanto a aceitação da sua importância e a prática da sua criação, é fazê-lo com recurso a fontes credíveis e que permitam uma descrição das entidades de maneira não comprometida ou equivocada face à realidade.⁵⁹

⁵⁶ Ver, para um melhor enquadramento: Decreto-Lei nº 200/2006, cit. 7.

⁵⁷ Ver, para um melhor enquadramento e desenvolvimento: CASTELO, Cláudia - Os arquivos como instrumento de controlo democrático. **APBAD**. [Em linha]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso9.htm#Tema2>>.

⁵⁸ O estudo e o entendimento da entidade produtora são necessários não só para a descrição documental, como também para a avaliação. A aplicação dos critérios gerais para a conservação permanente ou eliminação de documentação depende disso. Os autores portugueses Fernanda Ribeiro e Malheiro da Silva também o defendem, através da identificação de tipos de indicadores para a avaliação e com os parâmetros para a avaliação. Ribeiro, Fernanda - **Novos caminhos da avaliação da informação**. [Em linha]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9821.PDF>.

⁵⁹ Ver subcapítulos III.2 e IV.1, onde reflectimos sobre a questão e propomos um conjunto de fontes a consultar.

Remonta há séculos, conforme afirma a arquivista Fernanda Ribeiro, a prática de elaboração de instrumentos para o acesso à informação: «*Ao longo da Idade Média e do Antigo Regime tinham, essencialmente um carácter interno, em estreita ligação com a função serviço que lhes era inerente [...] Com o despertar do interesse pelos arquivos enquanto repositórios de fontes históricas, começa-se a assistir à elaboração de índices*».⁶⁰ Através de índices⁶¹ (onomásticos ou por outras vias), dava-se resposta à preocupação e missão de «*facilitar as buscas a bem do serviço público, ou do interesse de Partes*».⁶² Por conseguinte, não estamos perante uma novidade dos tempos modernos. Pensando especificamente nos índices onomásticos, antes como agora, foram pensados para listar e identificar produtores, de acordo com critérios de ordenação e agrupamento pré-definidos, para efeitos de controlo, pesquisa e recuperação de informação.

Contudo, conforme já referimos anteriormente, julgamos que não existe ainda uma prática regular de elaboração de RAA.⁶³ Em nosso entendimento, duas das razões que o podem justificar são: 1) a ideia generalizada, ainda presente, de que estamos perante uma prática tradicional aplicada à Biblioteconomia e não à Arquivística, e 2) a fraca adesão e utilização da ISAAR(CPF), dada a existência de uma *Zona de Contexto*, que prevê a descrição do produtor, na ISAD(G).

Sharon Thibodeau, no seu artigo intitulado “*Archival Context as Archival Authority Record: The ISAAR(CPF)*”, começa precisamente por distinguir os propósitos e objectivos da ISAD(G) dos propósitos e objectivos da ISAAR(CPF). Afirma peremptoriamente: «*The ISAD(G) establishes expectations for the description of the archival material; the ISAAR(CPF) – among other things – provides guidance in describing the records-creating context*».⁶⁴

⁶⁰ RIBEIRO, Fernanda – **O acesso à informação nos arquivos**. Vol. I, p. 436.

⁶¹ Definição de *Índice*: «*Documento que regista, de acordo com uma ordenação pré-estabelecida (sequencial ou sistemática), os descritores, designações ou títulos de um documento, acompanhados das correspondentes referências de localização ou cotas*.» Cf. ALVES, Ivone [et al.], cit. 2, p.57.

⁶² RIBEIRO, Fernanda, cit. 60, p.437

⁶³ De acordo com o autor Thibodeau, os arquivos do Canadá eram, à data de produção do artigo, os arquivos melhor preparados para a aceitação da ISAAR(CPF). Cf. THIBODEAU, Sharon - Archival Context as Archival Authority Record: The ISAAR(CPF). **Archivaria** [Em linha]. Disponível em [www:<URL:http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/search/authors/view?firstName=Sharon&middleName=&lastName=Thibodeau&affiliation=&country=>](http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/search/authors/view?firstName=Sharon&middleName=&lastName=Thibodeau&affiliation=&country=>), p. 80.

⁶⁴ Cf. THIBODEAU, Sharon, cit. 63, p. 76.

Graças ao trabalho deste autor, foi-nos possível retroceder um pouco no tempo e apurar alguns factos sobre a actividade de descrição para as entidades produtoras de arquivo, a sua aceitação na comunidade de arquivistas, bem como os seus desenvolvimentos.

A descrição de entidades, conforme a percebemos e discutimos presentemente (na forma de *RAA*), surgiu pela primeira vez documentada nos anos 60, quando o arquivista Peter Scott descreveu as práticas do *Commonwealth Archives Office*, Camberra (Austrália).⁶⁵ Com a apresentação de um repositório criado para manter registos de entidades produtoras de arquivos, nomeadamente organizações, agências e famílias, às quais os registos de descrição ao nível das séries documentais estão ligados, a questão da descrição das entidades produtoras e do contexto de produção dos fundos documentais afirmou-se perante a comunidade arquivística. O método australiano consistia num sistema em que os registos de descrição das unidades arquivísticas incluíam um *ponto de acesso*⁶⁶, utilizado para estabelecer a ligação com os respectivos registos das entidades suas produtoras.

A partir da experiência australiana, o reconhecimento do potencial dos ficheiros de autoridades arquivísticas, criados a partir de um conjunto de *RAA*, para a troca e recuperação de informação sobre arquivos, foi rapidamente aceite pela comunidade arquivística internacional. Porém, os formatos então disponíveis – aqueles que eram utilizados em bibliotecas –, não respondiam às necessidades de informação para as entidades produtoras de arquivos, nomeadamente os dados contextuais que deveriam estar associados à forma autorizada do nome de uma entidade. O *MARC-AMC* (Machine-Readable Cataloging – Archival and Manuscripts Control) representa um exemplo de novo formato para o registo de informação relacionada com entidades produtoras de arquivo, nos finais da década de 80, pensado para a troca de informação automatizada.⁶⁷

⁶⁵ O *Commonwealth Archives Office*, Camberra, surgiu nos inícios da década de 60, na Austrália. O seu surgimento aconteceu após a separação formal das bibliotecas e dos arquivos nacionais, passando as bibliotecas a denominar-se *National Library of Australia* e os arquivos de *Commonwealth Archives Office*.

⁶⁶ Definição de *ponto de acesso*: «Nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser utilizado para pesquisar, identificar e localizar descrições arquivísticas, incluindo registos de autoridade.», Cf. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - **ISAAR (CPF)**, cit. 11, p. 13.

⁶⁷ Cf. CAMPOS, Maria Fernanda, cit. 51.

Passados alguns anos, em 1986, David Bearman e Richard Lytle desafiavam os leitores da revista *Archivaria* a aproveitar as mais-valias da aplicação do princípio da proveniência, nomeadamente para a delimitação dos fundos e estudo dos mesmos, tratando a descrição de entidades produtoras como RAA, nos seus sistemas de informação de arquivo.

Também Cook se pronunciou, considerando a criação destes RAA como a solução para vários problemas postos aos arquivistas, no que concerne à definição e demarcação dos fundos documentais. Valorizou, do mesmo modo, a potencialidade da criação de RAA enquanto *pontos de acesso*, através dos quais era possível estabelecer-se ligações e relações permanentes. Afirmava a este propósito: «*The creator is described, and all the records in all media... are described, and then the two are linked. The result of this global or holistic linkage – ultimately, one hopes, across archival institutions – is the fonds, physically and conceptually*». ⁶⁸

Cremos, por conseguinte, que a aceitação da importância da criação de RAA para as entidades produtoras não é questionada, já que depois de Scott, outros arquivistas se pronunciaram, apoiando e reafirmando a ideia deste precursor. Cook (como já referimos), Bearman, Evans, Lytle, Roe, Stibbe e Szary são alguns dos nomes que aqui identificámos. ⁶⁹

Na década de 90, precisamente em 1993, o Grupo *Ad Hoc Commission on Descriptive Standards*, criado pelo Conselho Internacional de Arquivos em finais da década de 80, com a missão de elaborar as normas aplicáveis à descrição arquivística, considerou o RAA para as entidades produtoras um *ponto de acesso* essencial para a recuperação de registos documentais. ⁷⁰ Poucos anos depois, em 1996, surgiu a primeira versão da *ISAAR(CPF)* e em finais de 2003 era publicamente apresentada a segunda, cuja edição se concretizou em 2004.

Perante objectos diferentes e normas de descrição que assumem essa mesma diferença, sublinhamos novamente, que a descrição de documentos e de entidades produtoras deveriam gerar registos de descrição distintos mas relacionáveis entre si

⁶⁸ Cf. COOK, Terry cit. por THIBODEAU, Sharon, cit. 63, p.78.

⁶⁹ Cf. COOK, Terry cit. por THIBODEAU, Sharon, cit. 63, p.78.

⁷⁰ Para a recolha de factos, nomeadamente, posições assumidas pelos autores, datas e trabalhos desenvolvidos optámos por resumir e traduzir o artigo de Sharon Thibodeau. Cf. THIBODEAU, Sharon, cit. 63, p.75-79.

através de *pontos de acesso*. Ambos os registos são necessários para que haja reciprocidade de correctos entendimentos aplicados aos objectos em análise, isto é, às entidades produtoras de arquivo, aos respectivos arquivos e, ainda, às relações estabelecidas entre estes dois grupos.

A par da definição já explanada anteriormente⁷¹, olhamos para o RAA para a entidade produtora (independentemente de se tratar de uma *entidade colectiva*, *entidade singular* ou *família*), como para um cartão do cidadão. No caso, identifica e distingue a entidade de outras entidades, não só através da informação registada no campo *Forma autorizada do nome* mas, pelas demais informações existentes em campos propostos pela ISAAR(CPF), como por exemplo: as *Datas de existência*; a *História*; os *Locais*; o *Status Legal*; as *Relações* (possíveis entre entidades ou entre entidades e outros recursos), entre outros.⁷²

Importa-nos sublinhar a independência e autonomia que ambos os registos devem ter, um face ao outro. Deve existir uma relação de complementaridade entre ambos, sem que isso obrigue à constituição de um registo único ou a dois com replicação de informação.⁷³

Justificamos a criação de RAA para as entidades produtoras de forma independente por razões várias, relacionadas com: 1) os vários tipos de objectos passíveis de serem descritos, na medida em que para tipos de objectos diferentes, devem elaborar-se registos de descrição diferentes; 2) a estruturação, organização e apresentação da informação, pois objectos distintos representam e levam à criação de informação distinta; 3) a responsabilidade social, nomeadamente na identificação, salvaguarda e comunicação dos arquivos produzidos pelas entidades colectivas públicas⁷⁴, na medida em que, conhecendo-se os arquivos existentes e reconhecendo-

⁷¹ Para consulta da definição de RAA já citada, ver *Subcapítulo II.1* do presente trabalho.

⁷² Optámos por enumerar, nesta fase do trabalho, os *campos* conforme propostos na ISAAR(CPF), porém esta questão será desenvolvida no *Subcapítulo IV.1*, onde apresentaremos os princípios, critérios e a metodologia para a elaboração de RAA, que sugerem algumas alterações ao aqui referenciado.

⁷³ Qualquer replicação de informação acaba por causar redundância e pode causar ruído na recuperação e compreensão da informação.

⁷⁴ Para melhor entendimento, veja-se a definição de arquivo público: «1 - *produzido por uma pessoa de direito público*; 2- *propriedade de uma pessoa de direito público, não podendo ser transmitido ou onerado pelos modos do direito privado. São imprescritíveis, inalienáveis e impenhoráveis*; 3 *consultável pelo público. Nesta acepção, opõe-se a arquivo reservado*; 4 -*de uma pessoa de direito público*». Cf. ALVES, Ivone [et al.], cit. 2, p.10.

se o seu valor enquanto património histórico e cultural, mais facilmente poderão ser desenvolvidas medidas que visem a sua protecção, tratamento e difusão.

Acreditamos, pois, que a elaboração de *RAA* para as entidades produtoras permite a concretização das seguintes oportunidades:

- 1) Identificação e inventariação das entidades produtoras dos arquivos, o que permite o estabelecimento de mais e melhores medidas com vista à salvaguarda e comunicação dos arquivos;
- 2) Recolha e compilação da história das entidades, não só enquanto produtoras de arquivos, como também enquanto marcos representativos da e para a história;
- 3) Organização da informação de forma estruturada e criação de *pontos de acesso*, que, a partir dos arquivos remetam para as entidades suas produtoras, e através das entidades produtoras remetam para os arquivos por estas produzidos;
- 4) Identificação e reunião lógica e intelectual de partes de um mesmo arquivo, independentemente do número de entidades detentoras dessas mesmas partes;
- 5) Normalização da denominação das entidades (extintas e activas) e partilha da informação com as demais entidades produtoras e/ou detentoras de acervos, de maneira a que a mesma entidade seja identificada de um modo normalizado e unívoco;
- 6) Criação de hiperligações entre *RAA* para entidades produtoras e *RAA* para outros tipos de recursos, através de *pontos de acesso*, construindo-se assim uma teia de informação.

III.2. A aplicação da Norma ISAAR (CPF)

Antes de mais, achamos conveniente clarificar que pretendemos analisar, genericamente, os objectivos e estruturação da *ISAAR (CPF)* – segunda edição, ao mesmo tempo que reflectimos acerca do modo como entendemos dever ser interpretada e aplicada na elaboração dos *RAA*. Assim, o texto que se segue demonstra

quais os objectivos assumidos pela *ISAAR (CPF)*, dos quais destacamos o principal: a normalização da descrição arquivística das entidades produtoras de arquivos e do respectivo contexto de produção desses arquivos.

Demonstra, igualmente, a estrutura que a Norma apresenta, bem como algumas considerações nossas em relação a pontos específicos da mesma.

O presente subcapítulo é complementado com o *Subcapítulo IV.1.*, onde apresentamos a nossa proposta de princípios, critérios e metodologia para a elaboração de registos, tendo como pedra basilar a *ISAAR(CPF)*, porém propondo algumas alterações para a mesma.

De acordo com a *ISAAR(CPF)*, é expectável que o *RAA* para a entidade produtora de arquivo, seja capaz de: 1) identificar a entidade de forma unívoca e normalizada; 2) documentar as relações existentes entre entidades produtoras de arquivos e entre estas e outros recursos; e 3) controlar a criação e utilização de *pontos de acesso* em descrições arquivísticas.⁷⁵

Aos pontos acima enumerados, acrescentamos um outro que entendemos ser igualmente relevante, e que consiste em reconstituir, compilar e registar a história da entidade. No caso das entidades colectivas, através da contextualização da sua criação, evolução e extinção, tendo em conta factores externos de ordem política, económica, social, cultural. No caso das entidades singulares e das famílias, aplica-se, igualmente, a ideia de poder reconstituir, compilar e registar a história da entidade. Permite, também, relacionar a sua produção/obra, e/ou a sua acção/intervenção com factores que estão para além do nascimento e morte, tais como as condições externas, particularmente as acima já referidas: políticas, económicas, sociais, culturais.

No que respeita, concretamente, à *ISAAR (CPF)*, sua estrutura, denominação de campos e selecção de informação que deve constar no *RAA*, iniciamos, de seguida, o levantamento e análise de alguns pontos, evitando, porém, a problematização exhaustiva da questão, na medida em que esse não é o nosso objectivo.

⁷⁵ Cf. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR (CPF)*, cit. 11, p. 9 (Âmbito e Objectivo); Cf. DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - *Orientações para a descrição arquivística*, cit. 20, p. 211 (2ª Parte, referem os pontos 1), 2), 3)).

A *ISAAR (CPF)* estabelece orientações para a organização da informação no *RAA* para a entidade produtora e fornece, também, alguns exemplos da aplicação prática das suas directrizes em diferentes países.

Distribuída por quatro áreas/zonas, pretende-se que o registo para a entidade descrita compreenda a seguinte informação: 1) *Identificação*, que tem por objectivo registar a identificação da entidade descrita de forma unívoca e definir um *ponto de acesso* normalizado; 2) *Descrição*, onde deve ser registada a informação considerada relevante e pertinente sobre a entidade descrita, nomeadamente no que respeita à natureza, contexto e actividades da mesma; 3) estabelecimento de *Relações* entre a entidade descrita e outras entidades; 4) o *Controlo*, onde devem constar elementos de identificação unívocos do *RAA*, bem como a informação relacionada com a elaboração e manutenção do mesmo, nomeadamente quem (pessoa e/ou instituição), quando e como foi criado e mantido o registo.⁷⁶

Para o registo da meta-informação de acordo com a organização, ordenação e objectivos supra citados, a Norma propõe a seguinte estrutura:

- 1) A *Identificação* deve fazer-se através do registo de informação nos campos destinados ao reconhecimento do i) *tipo de entidade*, isto é, identificando se esta é colectiva, singular ou família; ii) do nome, nas suas *formas autorizadas, paralelas, normalizadas, e outras formas* para além das já referidas; e, por último, apenas aplicado às entidades colectivas, iii) os *identificadores* (códigos numéricos ou alfanuméricos que sejam identificadores unívocos da entidade).⁷⁷
- 2) No que respeita à *Descrição*, esta deve fazer-se através do preenchimento dos campos destinados a registar i) as *datas de existência* da entidade; ii) a sua *história*; iii) os *lugares* onde desenvolveu a sua actividade; iv) o seu *estatuto legal*; v) as *funções, ocupações e actividades* desempenhadas durante a sua existência; vi) os *mandatos / fontes de autoridade* consultados, que permitiram o estudo e compilação da história da entidade; vii) as *estruturas internas / genealogia*, para a descrição da estrutura interna e das mudanças, através de, por exemplo, organogramas, para as

⁷⁶ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR (CPF)*, cit. 11, p. 14.

⁷⁷ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR (CPF)*, cit. 11, p. 17 – 20.

entidades colectivas ou de, por exemplo, árvore genealógica, no caso das entidades singulares ou famílias; *viii) o contexto geral*, através do fornecimento de informação significativa sobre o contexto político, económico, social e cultural em que a entidade foi criada/nasceu; desempenhou a sua actividade/viveu; e foi extinta/morreu.⁷⁸

- 3) Relativamente ao estabelecimento de *Relações*, as relações estabelecidas entre a entidade descrita e outras entidades, que possam ser também descritas através de *RAA*, a informação a registar deve *i) identificar as entidades com as quais se pretende estabelecer as relações, através do nome e identificador*, bem como *ii) o tipo de relação mantida*; *iii) a descrição da relação* e *iv) as datas da relação*.⁷⁹
- 4) Quanto à última área/zona prevista na *ISAAR(CPF)*, a de *Controlo*, contempla o registo das seguintes informações: *i) o identificador do registo de autoridade* criado, no contexto em que o mesmo será usado; *ii) os identificadores da instituição* responsável pela elaboração, manutenção, difusão do *RAA*; *iii) a identificação das regras e/ou convenções* utilizadas para a elaboração do *RAA*; *iv) o estatuto* em que o registo se encontra, no que respeita à fase de elaboração ou conclusão em que se insere (preliminar, revisto, concluído); *v) o nível de detalhe* que apresenta, que pode ser *mínimo, parcial* ou *integral*, de acordo com a terminologia apresentada na Norma, ou *baixo, médio, alto*, como proporemos mais à frente; *vi) as datas de criação, revisão ou obsolescência*; *vii) a língua e escritas* usadas; *viii) as fontes* consultadas para a sua elaboração e, por último, *ix) a identificação dos responsáveis – pessoa e/ou instituição – pela elaboração do registo, em notas de manutenção*.⁸⁰

Acresce referir que, embora não considerado enquanto área/zona conforme as supra citadas, a *ISAAR(CPF)* prevê, igualmente, a existência de uma zona para o estabelecimento de relações entre a entidade descrita e outros recursos, como por

⁷⁸ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR (CPF)*, cit. 11, p. 20 – 27.

⁷⁹ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR (CPF)*, p. 28 – 29.

⁸⁰ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR (CPF)*, p. 31 – 35.

exemplo, arquivos e funções.⁸¹ Aqui deve registar-se *i) os identificadores e títulos dos recursos relacionados*, bem como *ii) os tipos de recursos relacionados*, *iii) a natureza da relação* e *iv) as datas dos recursos relacionados e/ou dos relacionamentos*.⁸²

Assim, a organização da informação que deve constar no RAA para a entidade produtora é representada através de áreas/zonas, que se dividem em campos, nos quais deve constar a meta-informação que lhes respeita e, para a qual, a Norma fornece esclarecimentos e, conforme já referido, exemplos práticos.⁸³

No que concerne às técnicas de elaboração de RAA, idealmente, a descrição arquivística relevante acerca da entidade, incorpora quaisquer referências a mandatos, funções, esferas de actividade, estruturas e relações que contribuam para a compreensão do significado da entidade e do material de arquivo que pode ser ligado à entidade, através de *pontos de acesso*.⁸⁴ Porém, é nosso entendimento que a Norma não está suficientemente apetrechada e desenvolvida, de maneira a incluir-se, por exemplo, a informação referente às mudanças que ocorram na entidade, através de campos específicos para esta finalidade. Qualquer referência a mudanças ocorridas, nomeadamente a ocorrência de fusões, reestruturações ou privatizações; as orgânicas decorrentes das mesmas; as alterações de entidades tutelar ou superintendente; é, forçosamente, explicitada no campo *História* e/ou, eventualmente, em *Estruturas internas / Genealogia*.

Não obstante o campo *História* ser suficientemente lato e abrangente, para nele poder ser introduzida toda a informação relacionada com a criação, existência e situação actual / extinção da entidade, consideramos ser vantajoso para o conhecimento e acompanhamento da evolução da entidade, uma área reservada à identificação/enumeração das mudanças relevantes durante o seu período de actividade.⁸⁵ Para além disso, consideramos que a divisão de um campo lato e

⁸¹ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR (CPF)*, p. 14.

⁸² CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR (CPF)*, p.36.

⁸³ Optámos por incluir neste subcapítulo as denominações dos campos, conforme definidos na *ISAAR (CPF)*. Mais à frente, no *subcapítulo IV.1*, encontra-se o *Quadro 4*, onde constam as áreas/zonas e campos definidos pela *ISAAR (CPF)* com as respectivas alterações, inclusões e exclusões, de acordo com a nossa proposta.

⁸⁴ Cf. THIBODEAU, Sharon, cit. 63, p. 78-79.

⁸⁵ As questões relacionadas com o apetrechamento da Norma e os campos que a mesma propõe encontram-se desenvolvidas no *Subcapítulo IV.1*.

abrangente em subcampos específicos e objectivos permite uma melhor gestão dos conteúdos informativos e, também, uma maior normalização dos RAA.

Como já referimos, qualquer tentativa de acompanhar e identificar as alterações de denominação, as transferências de tutela, as extinções e fusões de funções desempenhadas e as relações que estas entidades mantêm com outras entidades e outros recursos, representa um desafio. Não menos desafiante é conseguir-se definir quais as fontes de informação a consultar, como recolher e compilar os dados e como produzir informação clara, precisa e objectiva para o utilizador. Se por um lado consideramos que a recolha de dados para a elaboração do RAA não deve estar circunscrita aos campos previstos na *ISAAR(CPF)*, por outro, estes devem guiar o arquivista (ou equipa de investigação) na sua pesquisa e consulta de fontes. Queremos com isto dizer que o preenchimento dos *campos* não deve delimitar as fontes a consultar, porém, a informação imprescindível e insubstituível para o seu preenchimento deve fornecer as coordenadas para a identificação e selecção, *à priori*, das fontes primárias e secundárias a consultar. Também para a clarificação desta questão, detectámos a ausência de instrução na Norma, pelo que consideramos ser necessário um maior desenvolvimento e uma melhor orientação no que respeita à pesquisa, recolha e tratamento dos conteúdos informativos.

Acresce sublinhar, que entendemos ser útil uma revisão geral dos esclarecimentos fornecidos pela Norma, bem como da terminologia usada. Esta revisão é por nós entendida como necessária, pois acreditamos que é possível conseguir-se melhorar a *ISAAR(CPF)*, sintáctica e semanticamente, clarificando-a e tornando-a mais objectiva e de fácil entendimento para o seu utilizador.

III.3. A criação e o modelo de gestão do FNAA

Ao contrário da tradição biblioteconómica, que assumiu desde sempre a necessidade e as vantagens da criação, gestão e disponibilização de registos de autoridade independentes, integrados em ficheiros de autoridades bibliográficas, que

os agregasse numa plataforma única e que a partir desta permitisse a sua difusão⁸⁶, as práticas nacionais no domínio da Arquivística só presentemente começam a romper com a tradicional descrição de entidades. Esta tem estado baseada no aproveitamento da descrição arquivística do arquivo, para a inclusão de informação relacionada com a sua proveniência, isto é, sobre a entidade produtora e o contexto de produção. Embora a tradição ainda se mantenha, em detrimento da criação e gestão de RAA em separado, saliente-se que a descrição das autoridades arquivísticas em conjunto com a descrição documental já foi questionada e assumida como insuficiente e desvantajosa pela anterior entidade coordenadora das políticas arquivísticas nacionais, a *DGARQ*.⁸⁷

Como factores impulsionadores para a mudança, salientamos, num primeiro momento (em 2008), a constituição de um grupo de trabalho na *DGARQ*, que tem vindo a definir os modelos e requisitos adoptados para a construção do *FNAA* e, recentemente, o lançamento oficial do *FNAA* (em Abril de 2012), que implica a criação e gestão de RAA de forma autónoma e independente da descrição arquivística documental.⁸⁸

Debrucemo-nos, pois, tão sumariamente quanto possível, sobre o *FNAA*, o que este representa e quais os seus objectivos, enquanto parte integrante da *Rede*

⁸⁶ A prática ligada à biblioteconomia é aqui referenciada por considerarmos pertinente estabelecer uma comparação entre a criação de registos de autoridade, em bibliotecas, e a criação de registos de autoridade, em arquivos, para as entidades produtoras. Ambos os registos devem permitir a criação de *pontos de acesso* normalizados nas descrições, conforme referido na *ISAAR (CPF)*, p. 10. Contudo, no âmbito deste trabalho, pelas razões já referidas, esta questão não vai para além da referenciação. Para um melhor entendimento, leia-se a citação: "*Para o bibliotecário, o uso de formas consistentes nos cabeçalhos existem há várias décadas (consagrado pelos Princípios de Paris, em 1961) proporcionavam às bibliotecas a possibilidade de, ao mesmo tempo, evitar informação inconsistente para o utilizador e facilitar o trabalho do catalogador. Os resultados eram tanto ou mais apreciados quanto, para além das entradas propriamente ditas, os registos de autoridade continham notas sobre as fontes utilizadas para estabelecer a forma autorizada ou para explicar a identidade de determinada pessoa de forma a poder distingui-la de outras com nome semelhante. Em 1991 a IFLA publicou o UNIMARC/Authorities: Universal Format for Authorities, seguindo-se em 1994 o UNIMARC/Authorities: List of Errata. Em 2001 foi publicada a 2ª edição revista e alargada.* Cf. CAMPOS, Maria Fernanda, cit. 51. Ver a citação da autora Fernanda Ribeiro, no Subcapítulo 2.1 do presente trabalho.

⁸⁷ Cf. DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - **Orientações para a descrição arquivística**, cit. 20, p. 211.

⁸⁸ Sugerimos a consulta da apresentação pública feita pela DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS org. - **Apresentação do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)**. [Em linha]. Disponível em: [www.<URL:http://prezi.com/uj8vtdadqbum/ficheiro-nacional-de-autoridades-arquivisticas-apresentacao-publica/>](http://prezi.com/uj8vtdadqbum/ficheiro-nacional-de-autoridades-arquivisticas-apresentacao-publica/). Sugerimos, igualmente, a consulta de: REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS - **Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas**. [Em linha]. Disponível em: [www<URL:http://autoridades.arquivos.pt/simpleSearch.do>](http://autoridades.arquivos.pt/simpleSearch.do).

Nacional de Arquivos ⁸⁹, apresentando algumas considerações sempre que considerarmos adequado.

O *FNAA* é «uma estrutura de informação [...], com o propósito de gerir diversas entidades lógicas e concretas previstas na Rede Portuguesa de Arquivos (RPA)». ⁹⁰ Por essa razão, o *FNAA* é composto por diferentes módulos. Num total de cinco, representam os diferentes recursos informativos que o repositório alberga: 1) Módulo de Entidades Produtoras; 2) Módulo de Entidades Detentoras; 3) Módulo de Entidades Aderentes; 4) Módulo de Funções; 5) Módulo de Registo Patrimonial de Classificação. ⁹¹

Apesar da sua divisão em módulos, importa salientar que actualmente o *FNAA* está a ser alimentado apenas com *RAA* para entidades produtoras de arquivos que cumpram um conjunto de requisitos pré-estabelecidos. ⁹²

O *FNAA* destina-se a ser utilizado por diferentes perfis de utilizadores e servir propósitos vários, como por exemplo, apoiar a realização de trabalhos de investigação académica; dar resposta a eventuais necessidades de pesquisa e consulta no âmbito da actividade profissional, nomeadamente aos actuais produtores da administração pública; enquanto actividade de lazer; e, em última análise, contribuir para o conhecimento, desenvolvimento e formação dos cidadãos. ⁹³ Para o cumprimento desses propósitos, o *FNAA* foi criado de modo a responder às funções básicas que, em nosso entendimento, devem caracterizar um ficheiro de autoridades para entidades produtoras, isto é, contém registos de autoridades em separado, ou seja, um registo distinto para cada entidade; os registos estão armazenados, organizados e ordenados no *FNAA*, sendo pesquisáveis, de maneira a tentar dar resposta às necessidades do utilizador.

⁸⁹ Relativamente à *Rede Nacional de Arquivos*, o seu objectivo estratégico «deve residir na criação de condições para que cada Arquivo adopte procedimentos uniformes na criação de bases de dados descritivas ou na divulgação de instrumentos de pesquisa, colabore com o IAN/TT na elaboração de registos de autoridade arquivística relativos aos fundos que detém e disponibilize a sua informação na W.W.W.». (P.5) Ver: CONSELHO SUPERIOR DE ARQUIVOS, cit. 48.

⁹⁰ DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – **Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)**, cit. 3, p. 4.

⁹¹ DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – **Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)**, cit. 3, p. 6 - 7.

⁹² DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – **Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)**, cit. 3, p. 8 - 9.

⁹³ Sugerimos, novamente, a consulta da apresentação pública: DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS org. - **Apresentação do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)**, cit. 88.

O *FNAA* é apresentado como um contributo para que a estruturação da informação seja possível e para que haja uma crescente possibilidade de se atingir a interoperabilidade entre sistemas/repositórios de informação.

Em suma, a sua existência visa cumprir um vasto leque de objectivos, dos quais optámos por apresentar apenas os que consideramos vitais e genéricos (remetendo para consulta os objectivos específicos).

São objectivos genéricos do *FNAA*⁹⁴:

- ✓ Criar e desenvolver um repositório de referência;
- ✓ Potenciar a identificação e localização de recursos informativos, sobretudo os arquivísticos, mas também os não arquivísticos;
- ✓ Permitir a contextualização da produção e utilização da documentação de arquivo.

No que respeita às suas potencialidades e funcionalidades, o *FNAA* é apresentado (pela *DGARQ*) como uma plataforma agregadora, vista como o *pilar estruturante* para toda a informação disponibilizada na rede, com o qual o utilizador pode⁹⁵:

- ✓ Pesquisar e recuperar a informação de forma facilitada, independentemente do objecto em estudo se prender directamente com o espólio documental, o seu contexto de produção ou outro recurso;
- ✓ Aceder a registos de descrição normalizados e unívocos;
- ✓ Reconstituir intelectualmente os espólios documentais dispersos por várias entidades detentoras;
- ✓ Identificar a localização física de acervos documentais, nomeadamente dos que tendo sido produzidos pela mesma entidade, se encontram dispersos e à guarda de diferentes entidades;
- ✓ Aceder à informação através de *pontos de acesso* normalizados;

⁹⁴ DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*, cit. 3, p. 4 - 6.

⁹⁵ DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*, cit. 3, p. 4 - 6.

- ✓ Aceder a diferentes repositórios e poder navegar entre estes, através de hiperligações que permitem a articulação entre diferentes tipos de recursos;
- ✓ Identificar e recuperar acervos documentais através da descrição das respectivas entidades produtoras / do seu contexto de produção e /ou de outros recursos;
- ✓ Aperfeiçoar a gestão documental dentro das instituições e a normalização da comunicação estabelecida entre estas, fornecendo dados normalizados para o registo de entidades produtoras, entidades detentoras e outros recursos.

No que concerne ao modelo de gestão aplicado ao *FNAA*, a *DGARQ* propõe que este seja centralizado (gerido pela actual *DGLAB*). Propõe, pois, um modelo em que o órgão coordenador seja responsável pela definição e normalização de critérios para a elaboração dos *RAA*, por efectuar «o teste, avaliação e controlo de qualidade dos respectivos conteúdos, da pertinência e da coerência das ligações estabelecidas entre os *RAA*, entre estes e a documentação de arquivo e os outros recursos, entre os *RAA* e a descrição das funções»⁹⁶ e que decida, inclusivamente, acerca da sua disponibilização ou não disponibilização no *FNAA*. Este modelo não pressupõe uma centralização no que respeita à elaboração dos *RAA*, pois estes podem ser elaborados e propostos pelas entidades produtoras e ou detentoras de fundos. Porém, a sua gestão, isto é, aceitação, validação e disponibilização dependem exclusivamente da apreciação e decisão da *DGLAB*. A instituição justifica a escolha do modelo por se tratar de um sistema de informação de âmbito nacional (acessível *em linha* a partir de Portugal e do exterior), no qual é necessário assegurar o cumprimento dos critérios e requisitos estabelecidos, da veracidade dos factos e informações contidos nos registos, e da normalização das descrições.

Face ao exposto, consideramos que o modelo de gestão a adoptar deve ser, efectivamente, centralizado para a gestão da plataforma tecnológica onde é submetida e armazenada toda a informação/todos os *RAA*. Todavia, entendemos e defendemos um modelo colaborativo do ponto de vista conceptual.

⁹⁶ DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*, cit. 3, p.15.

Assim, nos casos específicos do *Módulo de Entidades Produtoras* e do *Módulo de Entidades Detentoras* defendemos a seguinte gestão: as entidades produtoras de arquivos ainda activas / vivas (sejam entidades colectivas, singulares ou famílias) e as entidades detentoras de arquivos (para as entidades já extintas / não vivas) devem ser, futuramente, formalmente responsabilizadas pela criação e actualização do (s) seu (s) RAA, disponibilizando-o (s) a partir da própria instituição e submetendo-o (s), para efeitos de difusão através do FNAA, à actual DGLAB.

Consideramos que um modelo de gestão colaborativo, do ponto de vista conceptual, é vantajoso pelas seguintes razões:

1) As entidades produtoras e detentoras não dispõem apenas de legislação – como fonte primária – contam, também, com o arquivo produzido, o que, no nosso entendimento, constitui uma fonte de informação insubstituível, na medida em que os arquivos permitem um conhecimento integral das entidades e das actividades por estas desempenhadas. Assim, entendemos ser possível potenciar-se a elaboração de registos mais detalhados e completos, se estes forem criados pelas próprias entidades produtoras, ou no caso de estas já terem sido extintas, pelas detentoras dos arquivos que produziram, sobretudo, no que respeita à identificação das relações funcionais existentes na entidade e no estabelecimento das relações da entidade descrita com outras entidades e com outros recursos.

2) À semelhança de outros instrumentos e ferramentas criados e implementados nas entidades após aprovação do órgão competente, como é o caso do *Relatório de Avaliação de Massas Acumuladas*, do *Plano de Classificação*, da *Tabela de Seleção*⁹⁷, também os RAA para as entidades produtoras e detentoras deveriam ser elaborados pelas próprias entidades e submetidos para aprovação. Entendemos que as entidades produtoras e detentoras devem não só ser formalmente responsabilizadas pelo tratamento dos seus arquivos e pela criação de instrumentos de descrição documental, como também pela criação de ficheiros de autoridade para os produtores dos seus arquivos.

Consideramos, por outro lado, que um modelo de gestão colaborativo, do ponto de vista conceptual, pode ser desvantajoso por razões que se relacionam com a

⁹⁷ Para a definição de cada um dos instrumentos de gestão arquivística aqui referidos, meramente a título de exemplo, ver: ALVES, Ivone [et al.], cit. 2, p. 12, 74 e 94.

normalização de elaboração dos RAA. Apesar da *ISAAR(CPF)* fornecer normas e exemplos, a escassez de normalização, dado o universo possível de autores dos RAA, nomeadamente no que respeita ao nível de detalhe da informação registada, no modo como esta é estruturada e representada, na utilização de vocabulário controlado, entre outros aspectos, poderia ser desvantajosa. Porém, acresce dizer que, como já várias vezes referimos, a normalização da descrição é uma questão já bastante discutida e aplicada, maioritariamente, à descrição documental. Parece-nos, por conseguinte, que do mesmo modo que têm vindo a ser feitos esforços no sentido de conseguir normalizar a descrição documental, também poderiam ser desenvolvidas ferramentas e orientações de apoio, com vista à crescente normalização de RAA.

Para o *Módulo de Entidades Aderentes*, defendemos, igualmente a criação do RAA pela própria entidade. Como condição para a adesão, poderia estar a criação e submissão de RAA a ser integrado no *FNAA*, elaborado (s) de acordo com os requisitos estabelecidos.

Para o *Módulo de Registo Patrimonial de Classificação*, que compreende registos patrimoniais arquivísticos e outros (inicialmente não pensados mas actualmente previstos), como por exemplo, património material classificado (monumentos) e património imaterial classificado (eventos), entendemos que a gestão deve ser, igualmente, colaborativa do ponto de vista conceptual.

Para o *Módulo de Funções*, porventura o caso mais complexo de gerir, a proposta avançada, até à data de elaboração do presente trabalho, visa a utilização do levantamento, identificação e caracterização das funções do Estado, através do projecto denominado *Macroestrutura Funcional* (doravante designada *MEF*)⁹⁸, para a criação de RAA para funções. Esta solução pode servir como ponto de partida mas entendemos que está longe de ser suficiente. Na eventualidade da *DGLAB* avançar com esta hipótese, entendemos que a mesma entidade deverá, também, desenvolver o levantamento e a história das funções extintas. Assim, com o recurso à *MEF*,

⁹⁸ A *MEF* propõe um esquema de organização das funções da Administração Central do Estado, com uma sintaxe e semântica que pretende ser entendível por todos os serviços públicos. Trata-se de um instrumento que visa ser adoptado em todos os organismos da Administração Central do Estado no desenvolvimento dos respectivos planos de classificação, de maneira a que haja maior e melhor comunicação e interoperabilidade. A primeira versão foi publicada em Dezembro de 2011. Para consulta de informação mais detalhada, ver: Cf. DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - **Macroestrutura funcional (MEF)**. [Em linha]. Disponível em [www:<URL:http://dgarg.gov.pt/files/2012/06/2012-05-31_MEF-v1_0.pdf>](http://dgarg.gov.pt/files/2012/06/2012-05-31_MEF-v1_0.pdf).

entendemos ser necessária a centralização da gestão (obviamente, aberta a eventuais sugestões e colaborações externas). Sem recurso à *MEF*, entendemos ser possível, à semelhança dos casos anteriores, aplicar-se um modelo de gestão colaborativo, em que a responsabilidade de criação de *RAA* para as funções, seja atribuída às entidades nas quais as funções se desenvolvem ou, para o caso das funções já extintas, às entidades detentoras dos arquivos produzidos no âmbito dessas funções.⁹⁹ Porém, é inevitável fazermos referência à dificuldade que entendemos existir para definir *como* e *quem* deve criar e gerir os *RAA* para as funções que decorrem ou tenham decorrido em diferentes entidades. Trata-se, pois, em nossa opinião, de uma matéria delicada que despoletará, com certeza, alguma discussão mas que deverá avançar e desenvolver-se com a adopção de soluções de compromisso a curto/médio prazo.

Evitando alongarmo-nos na abordagem e considerações ao *FNAA*, nomeadamente ao seu actual modelo de gestão, entendemos que o mesmo não poderia deixar de ser analisado, dada a relação directa que estabelece com o objecto em análise no âmbito do presente trabalho, o *RAA*.

Destacamos apenas mais um aspecto incontornável nesta reflexão, que se prende com o estabelecimento das relações entre os diferentes tipos de registo. As relações não representam, para já, uma preocupação, na medida em que o seu estabelecimento não é contemplado nesta primeira fase do funcionamento do *FNAA*¹⁰⁰, no entanto, o estabelecimento de relações é algo absolutamente necessário e enriquecedor para o *FNAA*, na medida em que através destas será possível estabelecer *pontos de acesso* e hiperligações cruciais para o estabelecimento de uma teia de informação.

Entendemos que também aqui deverão ser estabelecidos critérios e prioridades, de maneira a serem estabelecidas as relações mais evidentes e significativas, deixando de fora as demais relações que não acrescentem valor ou conhecimento aos registos e, em última análise, ao contexto de produção dos arquivos.

⁹⁹ Cf. RUNA, L.; PENTEADO, P., cit. 39, p. 87-88. Veja-se a consciência de que a aplicação da *MEF* ao módulo de funções do *FNAA* representa uma possibilidade questionável e delicada.

¹⁰⁰ Relativamente às fases de implementação do *FNAA*, ver DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – **Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)**, cit. 3; RUNA, L.; PENTEADO, P., cit. 39, p. 87-88.

Importa ainda pensar e escrever acerca da actualização dos registos armazenados no FNAA. Entendemos que o compromisso de actualização dos registos é tão importante quanto a criação e disponibilização para consulta. Defendemos, por esse motivo, que deve ser assumido um compromisso, pela *DGLAB*, que envolva a própria, enquanto entidade gestora do repositório e as demais entidades (considerando o modelo de gestão actual do *FNAA*). A fixação de momentos e acontecimentos, uma validade definida a contar da data de criação, ou aplicação de reformas, novos programas governamentais, podem ser um bom ponto de partida. É essencial assumir-se um compromisso de revisão dos *RAA* para que o *FNAA* possa, efectivamente, ser um repositório e um serviço de referência para todos os cidadãos.

Capítulo IV: Sobre a elaboração dos RAA

IV.1. Proposta de princípios, critérios e metodologia

O acesso à informação representa um direito para a cidadania, consignado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)¹⁰¹, sendo este um dos marcos de uma democracia aberta e transparente. Todavia, para que o acesso à informação seja possível, não basta existirem documentos legais que a isso obriguem, é imprescindível que se realizem estudos que incidam sobre a informação existente, que produzam novo conhecimento e que este seja registado e difundido.

Procurámos, ao longo de todo o trabalho e com maior enfoque no *Subcapítulo III.1*, apresentar argumentos que justifiquem a importância da elaboração de RAA para as entidades produtoras, particularmente para as entidades colectivas públicas, dada a sua vulnerabilidade à mudança, ao mesmo tempo que sublinhámos a importância de o fazer através de registos de descrição autónomos, isto é, em separado da descrição documental, na medida em que, com recurso a *pontos de acesso*, todos os registos podem ser acedidos a partir de todos. Pretendeu-se, igualmente, evidenciar que muito embora a descrição da entidade seja determinante para o correcto entendimento do seu arquivo, importa descrevê-la de forma unívoca, com base em princípios e critérios previamente definidos, aos quais o cidadão possa ter acesso, que sejam claros para este, e que possam dar resposta às suas necessidades.

Consequência de diferentes contextos políticos, económicos, sociais e culturais e do natural desenvolvimento das actividades, as entidades colectivas públicas vão sendo alvo de mutações várias, tais como: extinções, fusões, reestruturações (o que numa só palavra designamos *mudanças*).¹⁰² Por conseguinte, conhecer, compilar, registar e tornar acessível a história das entidades, podendo assim perpetuar as suas memórias, são os nossos objectivos primordiais. É necessário estudar as entidades e os seus arquivos, tornar esse conhecimento público e acessível, colocando-o nos circuitos de investigação nacionais e internacionais.

¹⁰¹ Em Portugal, o direito do acesso à informação está igualmente consignado na Constituição da República Portuguesa, Artigo n.º 37 – *Liberdade de Expressão e Informação*, e na *Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA)*, Lei n.º 46/ 2007. D.R. I Série. 163.

¹⁰² Ver Decreto-Lei nº 200/2006, cit. 7. Enquadramento procedimental relativo à extinção, fusão e reestruturação de serviços da AP e à racionalização de efectivos.

Importa, desde já, referir que ao analisarmos as características das entidades colectivas públicas, para as quais nos propusemos apresentar os RAA, verificámos que as mesmas vão ao encontro daquilo que Duchein estabelece como características dos produtores de fundos públicos: 1) possuem nome e existência jurídica, estabelecida por lei ou decreto precisos e datados; 2) apresentam atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto de carácter e valor legal; 3) têm poder de decisão para a resolução de assuntos e questões que sejam da sua competência; 4) são detentoras de uma posição precisa numa hierarquia administrativa; 5) apresentam uma orgânica definida.¹⁰³

O autor exclui a possibilidade de divisões, departamentos e núcleos internos de uma entidade poderem ser considerados enquanto produtores. No âmbito deste trabalho, também não os consideramos enquanto produtores de fundos. Todavia, assumimos que o facto de não terem sido aqui considerados, não significa que em contexto próprio e bem definido não os possamos entender como produtores.¹⁰⁴

Acresce mencionar a este propósito, que também a *DGARQ* adoptou as características identificadas por Duchein, conforme se constata no *Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas*, onde são definidas as características do produtor de fundos público, de forma a definir quais os que devem ser considerados, no âmbito do *FNAA*.¹⁰⁵

No que respeita à elaboração dos RAA, definimos e propomos princípios, critérios e metodologia. Estes são agora explicitados e, mais à frente, exemplificados, através dos RAA elaborados. De um modo geral foram seguidas as directrizes e recomendações da *ISAAR(CPF)*, quer para os campos definidos, quer para o modo de preenchimento destes. No entanto, propomos algumas alterações relacionadas com lacunas que entendemos existirem na Norma (algumas das quais já introduzidas no *Subcapítulo III.2*), e que se consubstanciam: 1) na subdivisão de dois campos, 2) na exclusão de um campo e 3) na normalização do vocabulário, cujo significado é o

¹⁰³ Cf. DUCHEIN, M. – Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques In *Études d'archivistique*, p. 9-34.

¹⁰⁴ Propomos, para uma melhor contextualização e maior desenvolvimento: Cf. ROUSSEAU, JEAN –YVES; COUTURE, CAROL, cit. 53, p. 148; e DUFF, WENDY and HARRIS, VERNE – Stories and Names: Archival Description as Narrating Records and Constructing Meanings, p. 263-285.

¹⁰⁵ Ver DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*, cit. 3, p. 8.

mesmo, apesar de surgir na Norma de diferentes modos, 4) na alteração da denominação de um campo.

- 1) Assim, conforme referido no *Subcapítulo III.2*, entendemos que a *ISAAR(CPF)* não está ainda suficientemente apetrechada para o registo de informação relacionada com as mudanças, de ordem vária, que ocorrem nas entidades, ao mesmo tempo que aglutina num único campo – *História* – a descrição de toda a história da entidade, isto é, a informação relacionada com a criação, as mudanças, a situação actual (caso a entidade ainda esteja activa à data de elaboração do *RAA*) e a extinção. Consideramos que tal situação pode provocar a passagem despercebida de uma parte fundamental da história e do percurso da sua existência ou, inclusivamente, a sua perda, para além de dificultar a gestão dos conteúdos informativos e a normalização pretendida no *RAA*. Neste sentido, propomos a subdivisão do campo *História* em quatro partes: *Criação*; *Mudanças*; *Situação Actual*; ou *Extinção*, ou seja, a história da entidade é registada na sua totalidade mas de modo organizado e preciso. Relativamente às denominações propostas para os subcampos, consideramos os termos precisos e concisos, o que permite um fácil entendimento no âmbito do *campo* em que se inserem. De igual modo, propomos a subdivisão do campo *Lugares* em três subcampos: *Última ocupação*, para o registo do endereço onde a entidade desenvolve a sua actividade à data de elaboração do registo, caso ainda esteja activa, ou o último endereço antes da sua extinção; *Anterior (es) ocupação (ões)*, para o registo de outros lugares ocupados pela entidade; e *Jurisdição territorial*, para o registo da informação relacionada com o território no qual existe jurisdição por parte da entidade descrita. A subdivisão proposta permite-nos, mais uma vez, a organização precisa da informação, separando de forma clara e precisa os lugares ocupados.
- 2) Propomos, por outro lado, a exclusão do campo *Funções, ocupações e actividades*, na *Zona de Identificação*. Tal como consideramos que a existência de uma *Zona de Contexto* na *ISAD(G)* justificou-se apenas até ao

momento em que foi elaborada a *ISAAR(CPF)*, consideramos que o campo *Funções, ocupações e actividades*, na *Zona de Identificação*, fez sentido na *ISAAR(CPF)* até à elaboração de uma Norma específica para o registo de funções. Após o lançamento da *ISDF: Norma Internacional para a Descrição de Funções*, propomos a anulação da descrição de funções, ocupações e actividades, por desnecessária, num *RAA* elaborado para a identificação e descrição da entidade produtora. Partimos, pois, do entendimento de que após o lançamento de normas específicas para a descrição de diferentes objectos, justificar-se-ia sempre uma revisão das normas anteriores, que já os contemplavam. Só assim consideramos ser possível uma coexistência de normas em perfeita articulação, tirando-se de todas a máxima utilidade.

- 3) Propomos a normalização do vocabulário, cujo significado é exactamente igual mas que na Norma aparece traduzido por vocábulos diferentes: *entidade* e *pessoa*. Assim, analisámos a utilização de ambos os vocábulos e considerámos que os seus significados são iguais. Optámos, por isso, pela substituição de *pessoa / pessoas* por *entidade / entidades*.
- 4) Considerámos a utilização do termo *Estatuto* (na *Zona de Controlo*) desprovido de autoexplicatividade, na medida em que, sem a leitura das orientações existentes na Norma, não é possível perceber imediatamente o seu sentido. Simultaneamente, parece causar algum ruído quando existe outro campo, na *Zona de Descrição*, denominado *Estatuto legal*. Optámos por renomear o campo em questão, passando este a denominar-se *Estado do registo de autoridade*.

Para demonstrar as alterações supra citadas e para registar os critérios adoptados e princípios seguidos para o preenchimento de cada um dos campos propostos, tivemos necessidade de criar uma matriz que fosse simultaneamente

orientadora e normalizadora para a elaboração dos RAA.¹⁰⁶ Neste instrumento de trabalho consta a informação síntese sobre o preenchimento de cada um dos campos e subcampos, o que facilita o entendimento das opções tomadas na elaboração dos RAA. Entendemos, para além disso, conforme já referido, que os princípios, critérios e metodologia devem ser postos à disposição do utilizador, isto é, o utilizador deve poder ter acesso aos mesmos e confrontá-los com os próprios RAA que consulta.

Quadro 4: Princípios e critérios aplicados na identificação e descrição das entidades colectivas em estudo

<i>Zona da identificação</i>	
<i>Tipo de entidade</i>	Registar o tipo de entidade. No âmbito deste trabalho: <i>entidades colectivas</i> .
<i>Forma (s) autorizada (s) do nome</i>	Registar a (s) forma (s) autorizada (s) do nome, de acordo com o diploma legal.
<i>Formas paralelas do nome</i>	Registar a forma autorizada do nome em outras línguas, distintas da língua em que é elaborado o registo. No âmbito do presente trabalho, elaboramos o RAA em português e, pelo representativo número de falantes nativos e de falantes como língua estrangeira, propomos registar as <i>formas paralelas do nome</i> nas seguintes línguas: 1) Espanhol 2) Inglês
<i>Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras</i>	Registar as formas normalizadas do nome, construídas segundo outras normas que não as utilizadas na elaboração do registo de autoridade. Nota: Campo não preenchido no âmbito deste trabalho.
<i>Outras formas do nome</i>	Registar as outras formas do nome, de acordo com a informação de carácter legal, publicada em Diário da República, sendo o acrónimo a opção mais comum.
<i>Identificadores para</i>	Registar, enquanto identificador da entidade colectiva, o <i>Número de</i>

¹⁰⁶ Ver *Quadro 4*, considerando que a utilização de *texto em itálico* corresponde à denominação de campos transcritos da Norma e a utilização de *texto normal* e *sublinhado* corresponde às alterações e novas introduções que propomos.

<u>entidades colectivas</u>		<p><i>Identificação da Entidade Colectiva</i>, com a indicação de que se trata do N.I.P.C.</p> <p>Nota: No âmbito deste trabalho, não foi possível apurar os N.I.P.C. de todas as entidades descritas.</p>
Zona da descrição		
<i>Datas de Existência</i>		<p>Registar as datas de existência com base nas datas de criação e extinção publicadas em diplomas legais: ano-mês-dia da criação e, caso a entidade já não esteja activa, o ano-mês-dia da extinção. Caso a entidade ainda esteja activa, registar o ano-mês-dia da criação e deixar o restante espaço em branco.</p>
<i>História</i>	<u>Criação</u>	<p>Registar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ a data e o diploma legal da criação; ➤ a natureza jurídica; ➤ a missão à data da criação; ➤ a entidade tutelar ou superintendente à data da criação; ➤ a orgânica à data de criação.
	<u>Mudanças</u>	<p>Registar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ a ocorrência de fusões, reestruturações ou privatizações; ➤ as datas e os diplomas legais que estabeleceram as fusões, reestruturações ou privatizações; ➤ as alterações de missão; ➤ as alterações de entidades tutelar ou superintendente.
	<u>Situação actual</u>	<p>Preencher apenas se a entidade ainda estiver activa.</p> <p>Registar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ a data e o diploma legal em vigor à data da elaboração do RAA; ➤ a entidade tutelar ou superintendente à data de elaboração do RAA; ➤ a missão à data da elaboração do RAA; ➤ a orgânica à data de elaboração do RAA. <p>Nota: O preenchimento deste campo invalida o preenchimento do campo seguinte "Extinção".</p>

	<u>Extinção</u>	<p>Preencher apenas se a entidade já tiver sido extinta.</p> <p>Registrar a data e o diploma legal da extinção.</p> <p>Nota: O preenchimento deste campo invalida o preenchimento do campo anterior “Situação actual”.</p>
<i>Lugares</i>	<u>Última ocupação</u>	<p>Registrar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O endereço do último lugar ocupado pela entidade. <p>Caso a entidade esteja activa, registar a sua localização actual. Caso a entidade já não esteja activa, registar a sua ocupação à data de extinção.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Se se trata da localização da sede ou de delegações, filiais, representações, ou outras.
	<u>Anterior (es) ocupação (ões)</u>	<p>Registrar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ O (s) endereço (s) do (s) anterior (es) lugar (es) ocupado (s) pela entidade. ➤ Se se tratou da localização da sede ou de delegações, filiais, representações, ou outras.
	<u>Jurisdição territorial</u>	Registrar o território no qual existe jurisdição por parte da entidade descrita.
<i>Estatuto legal</i>		Registrar o estatuto legal conforme definido em diploma legal.
<i>Funções, ocupações e actividades</i>		<p>Nota: Campo não preenchido no âmbito deste trabalho.</p> <p>Entendemos que após o lançamento da ISDF, Norma específica para a descrição de funções, este campo deve ser eliminado da ISAAR (CPF).</p>
<i>Mandatos/Fontes de autoridade</i>		<p>Registrar as fontes primárias consultadas para a elaboração de RAA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Arquivos 2) Diplomas legais <p>Registrar a identificação dos Arquivos consultados; registar os diplomas legais e os respectivos âmbitos de aplicação, ordenando-os cronologicamente, do mais antigo para o mais recente.</p>
<i>Estruturas Internas / Genealogia</i>		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Organograma (s) representativo (s) da estrutura orgânico-funcional da entidade à data de criação e/ou à data actual/de extinção. Dependendo do nível de detalhe pretendido, os organogramas podem igualmente ser representativos das

	<p>estruturas orgânico-funcionais da entidade ao longo da sua actividade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Para além do registo da estrutura interna, registar a estrutura externa a que pertence e da qual depende a entidade. ➤ O organograma deve ser elaborado de acordo com critérios pré-estabelecidos e acompanhado de legenda que distinga as relações orgânicas das funcionais e que evidencie a separação entre funções-fim e funções-meio na entidade. <p>Nota: Campo não preenchido no âmbito deste trabalho.</p>																	
<i>Contexto geral</i>	<p>Registar, sumariamente, os factores externos sociais, culturais, políticos, económicos, que influenciaram as circunstâncias em que se dá a criação da entidade, em que esta desempenha funções e, se for o caso, é extinta.</p> <p>O <i>Contexto Geral</i> pode ser de várias ordens, porém, o enfoque deve recair sobre as circunstâncias, episódios e evoluções da história no que respeita, especificamente, à área de actuação directamente relacionada com a entidade descrita.</p> <p>Nota: No âmbito do presente trabalho, o <i>Contexto Geral</i> das entidades OCT, ICCTI e FCT são iguais.</p>																	
<i>Zona das relações</i>																		
<p>Registar as relações da entidade descrita com outras entidades, consoante a pertinência da relação.</p> <p>Considerar como de maior pertinência: as relações de subordinação, sucessão e associação e cooperação identificadas.</p> <p>Apresentação em tabela onde constam os campos:</p> <table border="1"> <tr> <th colspan="3"><u>Relação 1</u></th> </tr> <tr> <td rowspan="2"><i>Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas</i></td><td><i>Forma autorizada do nome</i></td><td></td></tr> <tr> <td><i>Outra forma do nome</i></td><td></td></tr> <tr> <td><i>Tipo de relação</i></td><td colspan="2"></td></tr> <tr> <td><i>Descrição da relação</i></td><td colspan="2"></td></tr> <tr> <td><i>Datas da relação</i></td><td colspan="2"></td></tr> </table> <p>Nota: no âmbito deste trabalho, registar no máximo cinco relações e para a <i>relação de subordinação</i>, identificar apenas a existente à data de criação da entidade descrita.</p>		<u>Relação 1</u>			<i>Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas</i>	<i>Forma autorizada do nome</i>		<i>Outra forma do nome</i>		<i>Tipo de relação</i>			<i>Descrição da relação</i>			<i>Datas da relação</i>		
<u>Relação 1</u>																		
<i>Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas</i>	<i>Forma autorizada do nome</i>																	
	<i>Outra forma do nome</i>																	
<i>Tipo de relação</i>																		
<i>Descrição da relação</i>																		
<i>Datas da relação</i>																		

Zona do controlo	
<i>Identificador do registo de autoridade</i>	<p>Registar a identificação do RAA no contexto da sua utilização.</p> <p>Se considerarmos que o RAA pode ser consultado internacionalmente, o identificador do registo de autoridade deve estar de acordo com os princípios estabelecidos na <i>ISO 3166 – Codes for the representation of names of countries</i>.</p> <p>Nota: Campo não preenchido no âmbito deste trabalho.</p>
<i>Identificadores da instituição</i>	<p>Registar o (s) identificador (es) da (s) entidade (s) responsável (veis) e competente (s) pela produção, pela actualização e difusão do RAA.</p> <p>Nota: Campo não preenchido no âmbito deste trabalho.</p>
<i>Regras e/ou convenções</i>	<p>Registar as regras e/ou convenções utilizadas.</p> <p>No âmbito deste trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): <i>Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias</i>. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IANTT, 2004. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf> ➤ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ISAAR (CPF): <i>international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families</i>. [Em linha]. 2nd ed. Camberra: ICA, 2003. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF)2ed.pdf>
<u>Estado do registo de autoridade</u>	<p>Registar o estado da versão do RAA: <i>preliminar, revisto ou concluído</i>.</p> <p>Nota: No âmbito deste trabalho – <i>preliminar</i>.</p>
<i>Nível de detalhe</i>	<p>Registar o nível de detalhe do RAA: <i>baixo, médio ou alto</i>.</p> <p>Nota: No âmbito deste trabalho – <i>médio</i>.</p>
<i>Datas de criação, revisão ou eliminação</i>	<p>Registar as datas de criação, revisão e eliminação do RAA.</p> <p>Nota: No âmbito deste trabalho, foi registada apenas a data de criação.</p>
<i>Línguas e escritas</i>	<p>Registar a língua utilizada para o registo e o respectivo código, de acordo com a <i>ISO 639 – Codes for the representation of names of languages</i>.</p>
<i>Fontes</i>	<p>Registar, de acordo com a NP 405, as fontes secundárias</p>

	consultadas para a elaboração do RAA, isto é, não devem ser repetidos os diplomas legais e os Arquivos já registados no campo <i>Mandatos/Fontes de autoridade</i> .																			
<i>Notas de manutenção</i>	Nome da pessoa responsável pela criação, revisão ou eliminação do RAA.																			
<p><i>Relações das entidades colectivas, entidades singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos</i></p> <p>Registrar as relações identificadas entre as entidades produtoras e outros recursos, tais como: recursos arquivísticos e funções.</p> <p>Apresentação em tabela onde constam os campos:</p> <table border="1"> <tr> <th colspan="3"><u>Recurso relacionado 1</u></th> </tr> <tr> <td rowspan="2"><i>Identificadores e títulos do recurso relacionado</i></td><td><i>Título</i></td><td></td></tr> <tr> <td><i>Identificador</i></td><td></td></tr> <tr> <td><i>Tipos de recursos relacionados</i></td><td colspan="2"></td></tr> <tr> <td><i>Natureza da relação</i></td><td colspan="2"></td></tr> <tr> <td rowspan="2"><i>Datas do recurso relacionado e/ou da relação</i></td><td><i>Datas do recurso relacionado</i></td><td></td></tr> <tr> <td><i>Datas da relação</i></td><td></td></tr> </table> <p>Nota: No âmbito deste trabalho, registar no máximo cinco relações.</p>		<u>Recurso relacionado 1</u>			<i>Identificadores e títulos do recurso relacionado</i>	<i>Título</i>		<i>Identificador</i>		<i>Tipos de recursos relacionados</i>			<i>Natureza da relação</i>			<i>Datas do recurso relacionado e/ou da relação</i>	<i>Datas do recurso relacionado</i>		<i>Datas da relação</i>	
<u>Recurso relacionado 1</u>																				
<i>Identificadores e títulos do recurso relacionado</i>	<i>Título</i>																			
	<i>Identificador</i>																			
<i>Tipos de recursos relacionados</i>																				
<i>Natureza da relação</i>																				
<i>Datas do recurso relacionado e/ou da relação</i>	<i>Datas do recurso relacionado</i>																			
	<i>Datas da relação</i>																			

Acresce prestar esclarecimentos adicionais em relação a algumas opções apresentadas na matriz acima, os quais consideramos necessários para o entendimento e justificação das escolhas feitas para o preenchimento de alguns campos e subcampos. Assim, no que respeita às fontes consultadas, partimos em busca de fontes que nos possibilitassem recolher dados e informação para a elaboração de RAA, destacando, para tal, as *zonas* da *ISAAR(CPF)* que permite a identificação da entidade de forma unívoca (*Zona de Identificação*); que permite a descrição do contexto da sua criação, existência e âmbito de actuação (*Zona de*

Contexto); e que permite a identificação e estabelecimentos de relações entre a mesma e outras entidades e/ou outros recursos: *Zona das relações* e *Relações das entidades colectivas, entidades singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos*. Assim, ao nível da *Zona de Identificação*, a legislação orgânica e os documentos de arquivo, para as entidades em estudo, constituem as fontes primárias. Porém, o facto de classificarmos a legislação orgânica e os documentos de arquivo como fontes primárias, não impede que as mesmas sejam complementadas com a consulta de fontes secundárias (identificadas já de seguida, para a recolha de dados e informação ao nível da *Zona de Descrição*).

No que respeita à *Zona de Descrição*, é a mais exigente e também a maior contribuição arquivística de todo o registo. Trata-se da *zona* na qual o arquivista produz os textos narrativos ou em tópicos, que registam as informações mais relevantes acerca da entidade. Os diplomas legais continuam a constituir a fonte primária de informação, contudo, as entidades vão para além daquilo que a legislação estabelece. Nessa medida, a documentação produzida e reunida ao longo da sua existência, assim como a tramitação documental a que a mesma foi sujeita, permitem obter informação acrescida acerca das relações hierárquicas e funcionais, do cumprimento das funções estabelecidas e da concretização de outras não estabelecidas em diplomas orgânicos, pelo que constitui, igualmente, uma fonte primária de informação.¹⁰⁷

Enquanto fornecedores de dados e informação acerca das entidades, identificámos como fontes secundárias: os relatórios e planos de actividades da entidade; os relatórios de auditoria externos e internos; a literatura cinzenta relacionada (tendo especial importância a que seja produzida pela entidade, sobre si mesma); as monografias de carácter histórico e os estudos e artigos produzidos sobre a entidade, numa perspectiva de momento, relacionada com um episódio em particular, ou numa perspectiva evolutiva, relacionada com a história da entidade.

Por último, a complexidade inerente à identificação e registo de informação sobre as relações, reflecte-se, como expectável, na identificação das fontes a

¹⁰⁷ Não é nossa pretensão propor a confrontação daquilo que a legislação estabelece, face ao que na realidade se concretiza. É sim, complementar a descrição com duas fontes de carácter probatório, como são os documentos legais e os documentos de arquivo, considerando-os como fontes primárias no âmbito do presente trabalho.

consultar. Assim, para as áreas de relações (entre entidades e entre entidades e outros recursos arquivísticos), arriscamos dizer que todas as fontes já identificadas constituem fontes primárias e que, para além destas, existem outras viáveis.¹⁰⁸

Importa sublinhar que todas as fontes consultadas devem ficar registadas no RAA, nos campos *Mandatos e Fontes de Autoridade* e *Fontes*. O primeiro campo, de acordo com a nossa proposta, entendemos dever ser preenchido somente com a informação relativa a diplomas legais e ao (s) arquivo (s) consultados. O segundo campo, apenas com as fontes secundárias já referidas, evitando-se a repetição de informação. Optámos, pois, pelas razões explicitadas, por classificar as fontes em dois níveis: fontes primárias e fontes secundárias (conforme identificado na matriz acima).

No que respeita às relações estabelecidas, quer na *Zona das relações*, quer nas *Relações das entidades colectivas, entidades singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos*, cientes de que estas podem ser inúmeras e que os critérios de identificação e estabelecimento podem ser muito subjectivos, optámos por identificar o número máximo de cinco para cada entidade. Entendemos que nada se ganha ou valoriza por existir uma teia de relações gigantesca. Devem ser estabelecidas com base em critérios bem definidos e previamente estabelecidos, para que se justifique perante o utilizador a opção de registar uma e não outra relação. Considerámos igualmente importante, a apresentação das relações em separado, demarcando-as umas de outras. Quanto aos critérios adoptados para o estabelecimento de relações nos RAA elaborados no âmbito do presente trabalho, foram os identificados no *Quadro 4*, estabelecidos a partir da tabela *Tipos de relações entre entidades* (*Anexo 1*), cedida pelo arquivista e co-orientador do presente trabalho, João Vieira.¹⁰⁹

De realçar que, no que concerne aos campos de maior contributo arquivístico, onde se realiza a descrição da entidade e da sua história, optou-se por apresentar a informação sob a forma de textos narrativos e não por tópicos. Consideramos que a introdução de tópicos pode, eventualmente, permitir o registo da informação de forma mais objectiva e sintetizada, porém, menos estruturada e encadeada.

¹⁰⁸ Acreditamos que não existem limites de fontes consultáveis para a identificação das relações. Na proposta de RAA elaborados identificamos quais as consultadas no âmbito deste trabalho.

¹⁰⁹ Ver Anexo 1: VILAS, Ana Paula Bonifácio; NOGUEIRA, Marta Maria Gonçalves Bilreiro Fialho - ***Tipos de relações entre entidades***.

Preocupação constante foi, igualmente, a terminologia usada. Especialmente por se tratar de entidades cuja missão e atribuições são similares, importa recorrer a vocabulário controlado, de forma a não atribuir diferentes conceitos quando os conceitos se reportam ao mesmo significado. Importa ainda utilizar palavras com significados precisos e unívocos, de maneira a evitar entendimentos errados e dúbios.

IV.2. O exemplo das entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal

Apesar da justificação da escolha ter sido apresentada, desde logo, no capítulo introdutório – *Subcapítulo 1.1* – reservámos o último subcapítulo para mais algumas considerações relacionadas com o exemplo escolhido no âmbito do presente trabalho.

Desde que nos propusemos elaborar e apresentar um estudo relacionado com a importância da criação de RAA para as entidades produtoras de arquivos, concretamente as entidades colectivas públicas, entendemos ser necessária a escolha de um leque de produtores que permitisse exemplificar os princípios, critérios e metodologia propostos para a elaboração dos RAA. Concomitantemente, procurámos escolher um grupo de entidades colectivas públicas que nos permitisse o estudo dos seus arquivos, isto é, foi para nós determinante a condição de ter ou não acesso aos acervos documentais das entidades que iríamos descrever, na medida em que entendemos e defendemos que estes são “peças-chave” para o estudo e correcto entendimento das entidades suas produtoras.

Além disso, conforme é referido por Fernanda Rollo [et al.] no artigo “*História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia*”: «a história das instituições e das políticas científicas, da organização da ciência pelo poder central, entenda-se, é uma aproximação “político-institucional” à história da ciência que tem carecido de atenção historiográfica». ¹¹⁰

¹¹⁰ Cf. ROLLO, Maria Fernanda [et al.], cit. 9, p. 236.

Cientes desta carência e da necessidade urgente de salvaguardar, preservar, estudar, tratar e difundir o legado documental produzido pelas entidades colectivas públicas incumbidas de coordenar, gerir, executar e acompanhar as políticas científicas nacionais, identificámos as entidades a estudar.

Assim, as entidades identificadas foram as seguintes: Instituto de Alta Cultura (1952 – 1976); Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967 - 1997); Instituto Nacional de Investigação Científica (1976 - 1992); Observatório das Ciências e das Tecnologias (1997 - 2002); Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (1997 - 2002); Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (1997 -).

Para a identificação das entidades enumeradas, seguimos escrupulosamente a proposta apresentada no *Plano de projecto de dissertação*, isto é, estão abrangidas as entidades que, cumulativamente, reúnam as seguintes características: 1) sejam entidades colectivas públicas; 2) criadas na segunda metade do século XX, activas ou extintas à data da realização do presente trabalho; 3) produtoras de arquivos relacionados com a gestão e execução da política científica nacional.

Acresce, por último, justificar a escolha da balizagem temporal definida – 1950-2000: 1) pretendíamos, em primeiro lugar, estudar e propor critérios e princípios para a elaboração de RAA para entidades contemporâneas e, 2) defendemos que os principais impulsos para a História da Política Científica, registaram-se, em Portugal, a partir dos anos 50.¹¹¹ No seguimento da intenção e da convicção supra citadas, encontrámos a justificação para a definição da balizagem temporal.

¹¹¹ Cf. ROLLO, Maria Fernanda [et al.], cit. 9, p. 238 - 240.

Conclusão

Os arquivos são testemunhos da história, pelo que nos importou sublinhar a necessidade de se trabalhar continuamente para promover o seu correcto entendimento (numa abordagem *micro*, relacionada com o entendimento dos arquivos) e garantir a sua salvaguarda (numa abordagem *macro*, relacionada com a responsabilidade social de proteger e preservar a história e a memória patrimoniais e institucionais).

Assumimos o arquivo e a entidade sua produtora como indissociáveis, devendo existir uma ligação lógica e intelectual resistente a quaisquer mudanças impostas por questões de ordem política, económica, social, cultural. Entendemos, pois, que a concretização das abordagens *micro* e *macro* supra citadas e o estabelecimento da ligação lógica e intelectual defendida dependem, largamente: 1) da correcta identificação da proveniência do arquivo; 2) do estudo e entendimento do seu contexto de produção; 3) do registo da informação através da elaboração de registos de descrição autónomos (entenda-se registos de descrição em separado, dependendo do objecto descrito: arquivo, entidade, função, ou outros); 4) da criação de ferramentas, nomeadamente tecnológicas, que permitam a ligação, difusão, consulta e recuperação da informação.

Reflectimos acerca da importância da criação do RAA, em particular para as entidades produtoras colectivas públicas, dada a sua vulnerabilidade no que concerne a mudanças tais como, reestruturações, fusões, privatizações, extinções ou, no que respeita aos seus arquivos, alteração da localização física, mudança de entidade detentora e/ou desmembramentos, através da partição do arquivo em duas ou mais partes.

Assim, a entidade é entendida neste trabalho como “a produtora de arquivos”, todavia defendemos que a mesma é, *per si*, causa, consequência e testemunha da história. Nessa medida, a elaboração de RAA pode ajudar a perpetuar a história e memória da entidade, relacionando-a com outras entidades e outros recursos, e serve, não somente e isoladamente a Arquivística, como também outras áreas do saber. Procurámos, igualmente, demonstrar a importância da descrição de entidades

produtoras colectivas públicas, cumprindo princípios, critérios e metodologia pré-estabelecidos e acessíveis ao cidadão, que explicitem o modo como os *RAA* foram produzidos. Nesse sentido, cumpriu-se o objectivo específico de apresentar um contributo visível, através da elaboração de seis *RAA*.

A nossa proposta *de RAA* visa conhecer e descrever entidades produtoras de arquivos de política científica em Portugal, criadas na segunda metade do século XX. A este propósito acresce dizer que procurámos realizar este trabalho tendo em conta as duplas vertentes e utilidades atingidas, representativas da transversalidade da Arquivística e do papel do arquivista na sociedade. Os *RAA* elaborados identificam e descrevem as entidades, pelo que consideramos serem um contributo para o correcto entendimento e transparente descrição dos arquivos que produziram (assim como estes contribuíram para o estudo e entendimento das entidades em causa) e para o estudo das políticas de gestão, coordenação, internacionalização científicas desenvolvidas em Portugal.

Neste âmbito, analisámos o actual modelo de criação e gestão do *FNAA*. Da análise realizada, que incide sobre o momento presente e lança algumas questões para o futuro, destacamos as três principais conclusões: 1) as entidades produtoras de arquivos (para as entidades produtoras ainda activas) e as entidades detentoras de arquivos (para as entidades produtoras já extintas) devem ser formalmente responsabilizadas para a criação e actualização do (s) seu (s) *RAA*; 2) a actualização dos registos é tão importante quanto a elaboração, validação e disponibilização para consulta e, nesse sentido, deve ser assumido um compromisso, perante o cidadão, de verificação e actualização dos *RAA*; 3) o modelo de gestão do *FNAA* deve ser centralizado do ponto de vista da infra-estrutura tecnológica mas colaborativo no que respeita aos seus conteúdos.

De forma a evitar-se a redundância da informação em *descrição arquivística* entre registos de descrição documental e registos de descrição para entidades produtoras – *RAA*, é sublinhada a necessidade de criar e gerir registos de descrição autónomos. Não compreendemos, por exemplo, a permanência de uma *Zona de Contexto*, prevista na Norma Internacional *ISAD(G)*, já que os campos aí inseridos (e outros mais) se encontram previstos na *ISAAR(CPF)*. Concluímos, pois, que não existe a

necessidade de continuar a aglutinar-se informação respeitante a objectos distintos, quando estes podem estar ligados e ser acedidos a partir de *pontos de acesso*.

Procurámos, igualmente, entender o *porquê* de não existir ainda uma prática de descrição de entidades através da elaboração de *RAA*. Avançámos com algumas possíveis justificações: 1) a matéria é recente (os maiores “impulsos” datam de finais da década de 90); 2) o suporte teórico existente é parco e ainda frágil; 3) a divulgação transmitida pela entidade competente pela coordenação de políticas arquivísticas nacionais, só recentemente começou a mostrar trabalho na área; 4) e, como principal obstáculo, entendemos existir um permanente foco de atenção, por parte do arquivista, a recair sobre o estudo e a compreensão das unidades arquivísticas, sem que sejam estudadas e compreendidas as circunstâncias e as entidades responsáveis pela sua produção.

Apesar das dificuldades e limitações assumidas na elaboração do presente trabalho, cumprindo os objectivos gerais estabelecidos, procurámos contribuir para a afirmação da importância da criação e gestão independentes de *RAA* para as entidades produtoras; e, enquanto objectivo específico, para o estabelecimento e aplicação de princípios, critérios e metodologia para a elaboração de *RAA*, que exemplificamos com a proposta de *RAA* para o conjunto de entidades produtoras escolhidas.

Bibliografia

1. Dicionários, normas e orientações arquivísticas

ALVES, Ivone [et al.] - *Dicionário de terminologia arquivística*. 1ª ed. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. ISBN 972-565-146-4.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): *Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IANTT, 2004. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>](http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf).

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD (G): *Norma internacional de descrição arquivística: adoptada pelo Comité das Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*. trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf>](http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf).

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISDF: *Norma Internacional para descrição de funções*. [Em linha]. 1ª ed. Dresden: ICA, 2007. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em [WWW:<URL:www.ica.org/download.php?id=1152>](http://www.ica.org/download.php?id=1152).

CONSELHO SUPERIOR DE ARQUIVOS – *Para a Concepção e Planeamento da Rede Nacional de Arquivos. CSA/Doc.03/1999*. [Em linha]. Lisboa: CSA, 1999. [Consult. Mai. 2012]. Disponível em [www.<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/csa_03.pdf>](http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/csa_03.pdf).

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS org. - *Apresentação do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*. [Em linha]. Lisboa: DGARQ, 2012. Disponível em: [www.<URL:http://prezi.com/uj8vtdadqbum/ficheiro-nacional-de-autoridades-arquivisticas-apresentacao-publica/>](http://prezi.com/uj8vtdadqbum/ficheiro-nacional-de-autoridades-arquivisticas-apresentacao-publica/).

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - *Macroestrutura funcional (MEF)*. [Em linha]. 1ª v. Lisboa: DGARQ, 2012. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2012/06/2012-05-31_MEF-v1_0.pdf>](http://www.dgarq.gov.pt/files/2012/06/2012-05-31_MEF-v1_0.pdf).

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Modelo para um Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)*. [Em linha]. 1ª v. Lisboa: DGARQ, 2008. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em [www: <URL: http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/fnaa.pdf>](http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/fnaa.pdf).

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 3ª v. Lisboa: DGARQ, 2011. ISBN 978-972-8107-91-8.

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a Descrição Arquivística*. [Em linha]. 2ª versão. Lisboa: DGARQ, 2007. Disponível em [WWW:<URL: http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>](http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf).

DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - *Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 1: Modelo conceptual*. [Em linha]. Lisboa: DGARQ, 2008. [Consult. em 28 Mar. 2012]. Disponível em [www.<URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_mc.pdf>](http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_mc.pdf).

DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - *Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 2: Modelo Lógico*. [Em linha]. Lisboa: DGARQ, 2008. [Consult. em 28 Mar. 2012]. Disponível em [www.<URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_ml.pdf>](http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/rpa_ml.pdf).

EAC WORKING GROUP – *EAC: Encoded Archival Context*. [Em linha]. [s.l.], rev. 2004. [Consult. 29 Jun. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://iath.virginia.edu/eac/>](http://iath.virginia.edu/eac/).

EAD WORKING GROUP MEMBERS – *EAD: Encoded Archival Description*. [Em linha]. [s.l.], 2002. [Consult. 29 de Jun. 2012] Disponível em [www:<URL:http://www.loc.gov/ead>](http://www.loc.gov/ead).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - *Declaração universal sobre os arquivos*. [Em linha]. Oslo: ICA, 2010 [Consult. 10 Jun. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://www.ica.org/6573/reference-documents/universal-declaration-on-archives.html>](http://www.ica.org/6573/reference-documents/universal-declaration-on-archives.html).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - *ISAAR (CPF): international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families*. [Em linha]. 2nd ed. Camberra: ICA, 2003. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em [WWW:<URL:http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR\(CPF\)2ed.pdf>](http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF)2ed.pdf).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - *ISAD(G): General international standard archival description*. [Em linha]. 1ª ed. Estocolmo: ICA, 1993. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em [WWW: <URL: http://web.mclink.it/MD1431/sito/isaargrp/isad%28g%29e.html>](http://web.mclink.it/MD1431/sito/isaargrp/isad%28g%29e.html).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - *ISAD(G): General international standard archival description*. [Em linha]. 2ª ed. Stockholm: ICA, 1999. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em [WWW: <URL: http://www.icacds.org.uk/eng/ISAD\(G\).pdf>](http://www.icacds.org.uk/eng/ISAD(G).pdf).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – *ISDF : International Standard for Describing Functions*. [Em linha]. 1st ed. Dresden: ICA, 2007. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em [www:<URL: http://www.wien2004.ica.org/sites/default/files/ISDF%20ENG.pdf>](http://www.wien2004.ica.org/sites/default/files/ISDF%20ENG.pdf).

NP 4041. 2005, Informação e documentação - *Terminologia Arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ.

NP 405-1. 1994, Informação e documentação - *Referências bibliográficas. Documentos impressos*. Lisboa: IPQ.

NP 405-4. 2002, Informação e documentação - *Referências bibliográficas. Documentos electrónicos*. Lisboa: IPQ.

REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS - Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas. [Em linha]. [Consult. Mar. 2012]. Disponível em: <http://autoridades.arquivos.pt/simpleSearch.do>.

1. Enquadramento teórico, no âmbito da Arquivística

BARATA, J. S. – Investigação em arquivo – tendências dos anos 90. *Páginas a&b*. Lisboa: Edições Colibri. ISSN 0873-5670-0205. 1 (1997) p. 9 - 42.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. [Em linha]. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002. (PROJETO COMO FAZER, 8). ISBN 85-86726-46-X. [Consult. 20 Jun. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_17_Como%20fazer%20anali%20diplomatica%20e%20analise%20tipologica.pdf>](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_17_Como%20fazer%20anali%20diplomatica%20e%20analise%20tipologica.pdf) p. 23.

BONAL ZAZO, J. L. – *La descripción archivística normalizada, origen, fundamentos, principios y técnicas*. Gijón: Ed. Trea, 2001. ISBN 84-9704-010-4.

BRUYNE, P. de – *Dynamique de la recherche en sciences sociales*. Paris: PUF, 1974. ISBN. 2130334504.

CAMPOS, Maria Fernanda - *Controlo de autoridades: novos contextos e soluções*. [Em linha]. [Lisboa]: Biblioteca Nacional, [s.d.]. [Consult. 10 Jun. 2012]. Disponível em: [www.<URL:http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CGYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fpurl.pt%2F331%2F1%2Fdocs%2Fcomunicacao%2F12manha%2Fcontrolodeautoridade.doc&ei=QswSUNe9Jsy8iAeJwoGYAQ&usg=AFQjCNF9nlj2RRKekequBNalpr7co5RYmQ&sig2=GUj7jb0-JzOqTdJLU056Wg>](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CGYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fpurl.pt%2F331%2F1%2Fdocs%2Fcomunicacao%2F12manha%2Fcontrolodeautoridade.doc&ei=QswSUNe9Jsy8iAeJwoGYAQ&usg=AFQjCNF9nlj2RRKekequBNalpr7co5RYmQ&sig2=GUj7jb0-JzOqTdJLU056Wg).

CASTELO, Cláudia - Investigação em Ciências Sociais e acesso aos documentos da Administração Pública In *APBAD*. [Em linha]. [Consult. Mar. 2012]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso8.htm>>.

CASTELO, Cláudia - Os arquivos como instrumento de controlo democrático In *APBAD*. [Em linha]. [Consult. Mar. 2012]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso9.htm#Tema2>>.

COOK, Michael; PROCTER, Margaret - *Manual of Archival Description*, 2nd ed., Aldershot: Gower, cop. 1989. ISBN 0566036347.

CRUZ MUNDET, José Ramón – *Manual de archivística*. Ed. corregida y actualizada. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2005. ISBN. 788489384316. P. 255.

DUCHEIN, M. – Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques In *Études d'archivistique: 1957 – 1992*. Paris: Association des archivistes français, 1992, p. 9-34.

DUFF, Wendy and HARRIS, Verne – Stories and Names: Archival Description as Narrating Records and Constructing Meanings. *Archival Science* 2. Holanda: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 263-285.

DURANCE, C. – Authority control: beyond a bowl of alphabet soup. *Archivaria*. [Em linha]. Vol.35 (1993) p. 38 - 46. [Consult. Abr.]. Disponível em [www:<URL:](http://www.ica.org)

<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/search/authors/view?firstName=Cynthia&middleName=J.&lastName=Durance&affiliation=&country=>>. ISSN: 1923-6409.

FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena; ANTÓNIO, Rafael - ARQBASE - Tratamento Automatizado de Documentação Histórica In ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS - 2ª Encontro Nacional de Arquivos Municipais : Actas. Lisboa: APBAD, 1992.

FRANQUEIRA, Ana – Chegaram as ISAD(G). *Cadernos BAD*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. ISSN 0007-9421. n.º 2 (1994), p. 47-52.

GAGNON-ARGUIN, Louise – *Une Introduction au contrôle d'autorité pour le traitement des noms propres en Archivistique*. [Ottawa]: Bureau Canadien des Archivistes, 1989. ISBN 0-9690797-2-9.

GALVÃO, Rosa Maria – *UNIMARC Autoridades: novos desenvolvimentos* [Em linha]. [Consult. 12 Jun. 2012]. Disponível em [www:<URL:<http://purl.pt/331/docs/comunicacao/12manha/unimarcautoridades.doc>](http://purl.pt/331/docs/comunicacao/12manha/unimarcautoridades.doc).

HEREDIA HERRERA, Antonia – *Archivística general: teoría y práctica*. Sevilla: Diputación Provincial, 1988.

LEAL, Maria José da Silva; PEREIRA, Miriam Halpern - Por uma articulação entre a política arquivística e a investigação histórica In LEAL, Maria José da Silva; PEREIRA, Miriam Halpern, coord. - *Arquivo e Historiografia: colóquio sobre as fontes de história contemporânea portuguesa*. Lisboa Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. p. 35 – 43.

LÉSSARD-HÉBERT, M. – *Investigação qualitativa. Fundamentos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

PENTEADO, Pedro – *A normalização em arquivos. Panorâmica nacional e internacional*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. [Consult. 28 Mar. 2012] Disponível em [www:<URL:http://www.culturadigital.pt/docs/dgarq_ppenteado.pdf>](http://www.culturadigital.pt/docs/dgarq_ppenteado.pdf).

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van - *Manual de investigação em ciências sociais*. 4ª ed. Lisboa: Gradiva, 2005. ISBN 972-662-275-1.

REAL, M. L. – A Rede Nacional de Arquivos: um desafio no século XXI. *Cadernos BAD*. Lisboa: APBAD. ISSN 0007-9421, n.º 1 (2004), p. 36-59.

RIBEIRO, Fernanda – *Indexação e controlo de autoridades em arquivos*. [Em linha]. Porto: Câmara Municipal, 1996. [Consult. 21 Abr. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721?mode=full>](http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721?mode=full). ISBN:972-605-041-3.

_____. - *Novos caminhos da avaliação da informação*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. [Consult. 10 Jun. 2012]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9821.PDF>.

_____ – *O acesso à informação nos arquivos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Dissertação de doutoramento em arquivística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

_____ – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 2 vol. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas – Fundação Calouste Gulbenkian). ISBN 972-31-1017-2.

_____ – Subject indexing and authority control in archives : the need for subject indexing in archives and for an indexing policy using controlled language. *Journal of the Society of Archivists*. Abingdon. Vol.17, n.º1 . April. (1996) p.27-54. ISSN 0037-9816.

RODRIGUES, Georgete M. ; LOPES, Iliza L. orgs. - *Organização e Representação do Conhecimento*. [Em linha]. [s.l]: [s.n.], [s.d.]. [Consult. Jun. 2012]. Introd. - A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspetiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. Disponível em [www.<URL:http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1442/1/CAPITULO_RepresentacaoInformacaoArquivistica.pdf>](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1442/1/CAPITULO_RepresentacaoInformacaoArquivistica.pdf).

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol, coord. – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. rev. científ. Pedro Penteadó. Lisboa: D. Quixote, 1998. Tradução portuguesa de: Les fondements de la discipline archivistique. Quebeque: PUQ, 1994. ISBN. 9789722014281.

RUNA, Lucília - Comité das Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos : De Comité a Secção, em Período de Mudança. *Arquivos Nacionais Boletim*. [Em linha]. n.º 9 (2004). [Consult. 11 Jun 2012]. Disponível em [www.<URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/boltt_09.pdf>](http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/boltt_09.pdf). ISSN 1645–5460.

RUNA, Lucília – *Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar*. [Em linha]. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2007. [Consult. 20 Mar. 2012]. Disponível em: [www: <URL:http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM98.pdf>](http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM98.pdf).

RUNA, Lucília; SOUSA, Joana Braga - Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar. *Cadernos BAD*. Lisboa: APBAD. ISSN 0007-9421, n.º 2 (2003), p. 80-108.

RUNA, Lucília; PENTEADO, P. – Surfando de sigla em sigla. A DGARQ e a normalização da descrição em Portugal. CONGRESO DE ARCHIVOS DE CASTILLA Y LEÓN – ACAL. V, León, 2008 - *Estándares para lá gestión, descripción y acceso a los recursos archivísticos*, p. 87-88.

SILVA, Armando B. Malheiro da - A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico [Em linha]. [s.d.]. p. 1-31. [Consult. 15 Jul. 2012]. Disponível em [www.<URL:http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf>](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf).

SILVA, Armando B. Malheiro da – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. ISBN 972-36-0483-3. p. 217-226.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís – *Arquivística. Teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999. ISBN 9789723604832.

SILVÉRIO, Carla Alexandra Serapicos de Brito – *Contributo para a construção do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- Universidade Nova de Lisboa, 2008. Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Arquivística.

THIBODEAU, Sharon - Archival Context as Archival Authority Record: The ISAAR(CPF). *Archivaria* [Em linha]. Vol. 32. (1991) p. 162-163 [Consult. Abr]. Disponível em [www:<URL:http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/search/authors/view?firstName=Sharon&middleName=&lastName=Thibodeau&affiliation=&country=>](http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/search/authors/view?firstName=Sharon&middleName=&lastName=Thibodeau&affiliation=&country=).

VIEIRA, João Manuel Santos – *Noções fundamentais sobre arquivos*. 1 v. Lisboa: [s.n.], 2001.

VILAS, Ana Paula Bonifácio; NOGUEIRA, Marta Maria Gonçalves Bilreiro Fialho – *Tipos de relações entre entidades*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000-2006. Trabalho elaborado no âmbito um projecto de investigação intitulado “Estudo de Autoridades Arquivísticas e de Práticas Administrativas: entidades e agentes documentais singulares e famílias e entidades e agentes documentais colectivos”, com a orientação científica de João Manuel dos Santos Vieira, enquadrado no “Projecto Fontes Documentais II”, participado pelo POSI, medida 2.2 – “Conteúdos” do Eixo Prioritário n.º 2 “Portugal Digital”, 2002 – 2006.

2. Enquadramento histórico, no âmbito da História da Ciência

ALVES, Lúcia Vinheiras - FCT inaugura Arquivo de Ciência e Tecnologia. *TV Ciência on-line*. [Em linha], n.º 29 (2012). [Consult. 1 Jun 2012]. Disponível em [www:<URL:http://www.tvciencia.pt/tvccul/pagcul/tvccul03.asp?codcul=60050>](http://www.tvciencia.pt/tvccul/pagcul/tvccul03.asp?codcul=60050).

CALADO, Jorge C. G. (2007) - «Ciência» in *Fundação Calouste Gulbenkian. Cinquenta Anos (1956-2006)* - Vol. II, coord. de António Barreto; Fundação Calouste Gulbenkian.: Lisboa, 2007.

CARAÇA, João – Ciência e investigação em Portugal no século XX In PERES, Fernando, coord. - *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*. Porto: Edições Afrontamento & Fundação Serralves, 2002. Vol. 1 - *As Ciências e as Problemáticas Sociais*.

DUARTE, Andreia - Arquivo conta história da ciência em Portugal. *Diário Económico* [Em linha].(2012). [Consult. 1 Jun 2012]. Disponível em [www:<URL:http://economico.sapo.pt/noticias/nprint/134976.html>](http://economico.sapo.pt/noticias/nprint/134976.html).

FIOLHAIS, Carlos – *A ciência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Carlos Fiolhais, 2011. ISBN 978-989-8424-14-3.

FIRMINO, Teresa - Arquivo conta a história da ciência dos últimos 40 anos. *Público*. (16 Dez. 2011), p.16.

GAGO, José Mariano, coord. – *O estado das ciências em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Nova Enciclopédia). ISBN 972-20-1014.

_____. – *Ciência em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. (Sínteses da cultura portuguesa. Europália 91). ISBN 9722704397.

LAGE, Susana - FCT abre arquivo de 3,5 quilómetros ao público : Milhares pastas contam a história da Ciência em Portugal. *CiênciaHoje*. [Em linha]. (2011). [Consult. 1 Jun. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=52229&op=all>](http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=52229&op=all).

NOVAIS, Céu coord. - Trabalhar para que a Ciência em Portugal seja cada vez melhor – Nuno Crato. *FCT Newsletter*. [Em linha]. Lisboa: FCT, 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://newsletter.fct.pt/h/n0/inauguracao-ahct>](http://newsletter.fct.pt/h/n0/inauguracao-ahct).

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência - *Arquivo Histórico da Fundação para a Ciência e Tecnologia*. [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://www.fct.pt/arquivo/>](http://www.fct.pt/arquivo/).

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência - *FCT : Fundação para a Ciência e Tecnologia*. [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em [www:<URL:http://www.fct.pt/>](http://www.fct.pt/).

ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* [Em linha], Vol. XXV (2012) p. 233-261. [Consult. 16 Jul. 2012]. Disponível em [www:<URL: http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478>](http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478).

3. Documentos normativos: legislação e regulamentação¹¹²

DECRETO-LEI n.º 42/96. *D.R. I-A Série*. 106 (1996-05-07) p. 1049-1055.

DECRETO-LEI n.º 45/2012. *D.R. I Série*. 39 (2012-02-23) 23 DE FEVEREIRO.

DECRETO-LEI n.º 93/2007. *D.R. I Série*. 63 (2007-03-29) p. 1913 - 1916.

DECRETO-LEI n.º 103/2012. *D.R. I Série*. 95 (2012-05-16) p.- 2535 - 2537.

DECRETO-LEI n.º 106-G/92. *D.R. I-A Série*. Suplemento (1992-06-01) p. 2648-(39) - 2648-(45).

DECRETO-LEI n.º 152/88. *D.R. I Série*. 99 (1988-04-29) p. 1710-1717.

DECRETO-LEI n.º 200/2006. *D.R. I Série*. 206 (2006-12-25) p. 7389-7393.

LEI n.º 46/2007. *D.R. I série*. 163 (2007-08-24) p. 5680 - 5687.

LEI n.º 65/1993. *D.R. I-A Série*. 200 (1993-08-26) p. 4524 - 4527.

¹¹² Apenas para as referências consultadas e citadas no âmbito do corpo de tese. Não inclui a legislação consultada para a elaboração dos RAA, que se encontra em Apêndice ao presente trabalho.

PORTARIA n.º 372/2007. *D.R. I Série*. 64 (2007-03-30) p. 2011-2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS - *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Paris: ONU, 1948.

4. Outras fontes:

Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Lista de Quadros

Quadro 1: Entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de gestão e execução de políticas científicas em Portugal

Quadro 2: A actividade de descrição arquivística orientada e normalizada em Portugal

Quadro 3: Relação entre arquivos, entidades produtoras e actividades

Quadro 4: Princípios e critérios aplicados na identificação e descrição das entidades colectivas em estudo

Apêndice: Proposta de ficheiro de autoridades arquivísticas para entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de gestão e execução da política científica em Portugal

Apêndice A: Instituto de Alta Cultura

Zona da identificação		
<i>Tipo de entidade</i>		Entidade colectiva
<i>Forma (s) autorizada (s) do nome</i>		Instituto de Alta Cultura
<i>Formas paralelas do nome</i>		1) Instituto de la Alta Cultura 2) Institute of High Culture
<i>Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras</i>		-
<i>Outras formas do nome</i>		IAC
<i>Identificadores para entidades colectivas</i>		-
Zona da descrição		
<i>Datas de existência</i>		1952 – 1976
<i>História</i>	<u>Criação</u>	<p>O Instituto de Alta Cultura (IAC) surgiu no seguimento de uma reestruturação orgânica do Instituto para a Alta Cultura, ocorrida em 1952, e que levou à mudança de denominação da entidade (Decreto-Lei n.º 38 680, de 17 de Março de 1952; e Decreto-Lei n.º 38 824, de 12 de Julho de 1952).</p> <p>O IAC autonomizou-se da Junta Nacional de Educação (JNE), porém, manteve o escopo de actuação no Ministério da Educação Nacional.</p> <p>Foi criado enquanto pessoa colectiva de direito público e o seu âmbito de actuação esteve ligado ao desenvolvimento de instrumentos e mecanismos que permitissem a prossecução da investigação científica, e à superintendência das relações culturais que o país mantinha com o estrangeiro. Outra das suas atribuições estava assente na difusão da língua e cultura portuguesas.</p>

		Aquando da sua criação, a sua estrutura orgânica foi composta por cinco órgãos: a Direcção; as Comissões Permanentes; o Conselho de Investigação Científica; o Conselho de Expansão Cultural; e a Secretaria.
	<u>Mudanças</u>	<p>Mantendo-se integrado no Ministério da Educação Nacional, em 1964 o IAC sofreu uma reorganização orgânica, justificada em diploma legal com a intensificação do trabalho desenvolvido pelo Instituto e também pela necessidade de este poder responder cada vez mais e melhor, potenciando o crescimento e desenvolvimento da ciência no país. À mesma data, o IAC tinha por missão contribuir <i>«para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura superior e da cultura artística, da investigação científica e das relações culturais com o estrangeiro e difusão da língua portuguesa»</i>. (Decreto-Lei n.º 46038, de 16 de Novembro de 1964).</p> <p>Em 1964, o IAC viu ser aumentada a sua estrutura interna e, também, os seus meios de acção.</p> <p>Quase dez anos depois, em 1973, a aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional (Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro), reflectiu-se nas estruturas do IAC, as quais foram revistas. O IAC passou, então, a ter <i>«competência para promover e apoiar toda a actuação do Ministério da Educação Nacional relativa à investigação científica no âmbito do ensino superior, em estreita colaboração com os outros órgãos do Ministério e de acordo com a política científica nacional»</i>. (Decreto-lei n.º 613/73, de 15 de Novembro).</p>
	<u>Situação actual</u>	-

	<u>Extinção</u>	Em 1976, o IAC sofreu mais uma reestruturação e uma parte das suas competências transitaram para o Instituto Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (INIC), criado através do mesmo diploma (Decreto n.º 538/76, de 9 de Julho). Assim, ao IAC foram retiradas as competências ligadas à investigação científica. Manteve, porém, as competências ligadas à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro. Porém, a partição de competências levou, também, à renomeação da entidade, passando esta a denominar-se Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP) (Decreto-Lei n.º 541/76, de 9 de Julho).
<i>Lugares</i>	<u>Última ocupação</u>	Praça do Príncipe Real, n.º 14 – 2º Piso – Lisboa
	<u>Anterior (es) ocupação (ões)</u>	-
	<u>Jurisdição territorial</u>	Tem jurisdição sobre o território nacional.
<i>Estatuto legal</i>		<i>Entidade colectiva de direito público</i>
<i>Funções, ocupações e actividades</i>		
<i>Mandatos / Fontes de autoridade</i>		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Decreto-Lei n.º 38 680, de 17 de Março de 1952 – Reestruturação do IAC. ➤ Decreto-Lei n.º 38 824, de 12 de Julho de 1952 – Correção à Reestruturação do IAC. ➤ Decreto-Lei n.º 46 038, de 16 de Novembro de 1964 – Reestruturação orgânica do IAC - Revogação do Decreto-Lei n.º 38680. ➤ Decreto-lei n.º 613/73, de 15 de Novembro – Reorganização do Instituto de Alta Cultura. ➤ Decreto n.º 538/76, de 9 de Julho – Reestruturação do IAC e criação do INIC. ➤ Decreto-Lei n.º 541/76, de 9 de Julho – Alteração de denominação do Instituto de Alta Cultura para Instituto de

	Cultura Portuguesa.
<i>Estruturas internas / Genealogia</i>	-
<i>Contexto geral</i>	<p>Após o primeiro conflito bélico mundial – Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico foram actividades reconhecidas enquanto serviço público, sendo desenvolvidas por instituições criadas com competências específicas nesse domínio. Décadas depois, no pós Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e Guerra Fria, a Ciência teve o impulso decisivo para a sua evolução. Prova disso foi o relatório <i>Science, The Endless Frontier</i>, por Vannevar Bush, que estabeleceu «<i>como princípio básico para a acção do poder central, a responsabilidade do governo federal na área da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico</i>».</p> <p>Em 1950 os Estados Unidos viram ser criada uma National Science Foundation. No mesmo ano, Portugal debateu, na Assembleia Nacional, o estado da investigação científica no país, até então levada a cabo pela Junta de Educação Nacional – JEN (1929 – 1936), pela Junta Nacional de Educação – JNE (1936 – 1952) e pelo Instituto para a Alta Cultura – enquanto secção da JNE.</p> <p>Na década de 60, a importância dada à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico ganhou maior dimensão, assinalando-se o seu papel para o crescimento económico e, também, para a melhoria das condições sociais, nomeadamente para o bem-estar social. No entanto, os anos 60 trouxeram, igualmente, algumas questões relacionadas com a investigação científica, nomeadamente, com os moldes da acção estatal no que respeita à Ciência.</p> <p>Vem do exterior, nomeadamente da OCDE e da OTAN, a ideia de organizar cada vez mais e melhor a investigação científica nacional. Foi nesse sentido que Portugal criou, fundiu,</p>

	reestruturou e extinguiu entidades cuja missão era exactamente a de financiar e apoiar a prossecução da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico.	
	O país foi, pois, marcado por uma posição que revelou preocupação em definir uma política científica para o país.	
Zona das relações		
Relação 1		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Ministro da Educação Nacional
	Outra forma do nome	-
Tipo de relação	Subordinação	
Descrição da relação	Entidade tutelar	
Datas da relação	1952 – 1976	
Relação 2		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Instituto para a Alta Cultura
	Outra forma do nome	IAC
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade antecessora	
Datas da relação	1952	
Relação 3		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Instituto Nacional de Investigação Científica
	Outra forma do nome	INIC
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade sucessora	
Datas da relação	1976	
Relação 4		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Instituto de Cultura Portuguesa
	Outra forma do nome	ICAP
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade Sucessora	
Datas da relação	1976	
Relação 5		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da	Forma autorizada do nome	Junta de Investigações Científicas do Ultramar

<u>entidade singular ou da família relacionadas</u>	Outra forma do nome	JICU
Tipo de relação	Associação e cooperação	
Descrição da relação	Entidade cooperante	
Datas da relação	1963 – 1976	
Zona do controlo		
Identificador do registo de autoridade	-	
Identificadores da instituição	-	
Regras e/ou convenções	<ul style="list-style-type: none">➤ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): <i>Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias</i>. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IANTT, 2004. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>.➤ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ISAAR (CPF): <i>international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families</i>. [Em linha]. 2nd ed. Canberra: ICA, 2003. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF)2ed.pdf>.	
<u>Estado do registo de autoridade</u>	Versão preliminar	
Nível de detalhe	Médio	
Datas de criação, revisão ou eliminação	2012-07-20 – Criação	
Língua e escritas	Português: PT	
Fontes	<ul style="list-style-type: none">➤ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência - FCT: <i>Fundação para a Ciência e a Tecnologia</i> [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.fct.pt/>.➤ PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros - IC: <i>Instituto Camões</i> [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em www:<URL: http://www.instituto-camoes.pt/historia-do-ic>.➤ CARAÇA, João – <i>Ciência e investigação em Portugal no</i>	

	<p>século XX In PERES, Fernando, coord. - <i>Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX</i>. Porto: Edições Afrontamento & Fundação Serralves, 2002. Vol. 1 - <i>As Ciências e as Problemáticas Sociais</i>.</p> <p>➤ FIOLEAIS, Carlos – <i>A ciência em Portugal</i>. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Carlos Fiolhais, Janeiro de 2011.</p> <p>➤ GAGO, José Mariano, coord. – <i>O estado das ciências em Portugal</i>. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Nova Enciclopédia). ISBN 972-20-1014.</p> <p>➤ _____ – <i>Ciência em Portugal</i>. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. (Sínteses da cultura portuguesa. Europália 91). ISBN 9722704397.</p> <p>➤ ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <i>Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra</i> [Em linha], Vol. XXV (2012) p. 233-261. [Consult. 16 Jul. 2012]. Disponível em www:<URL: http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478>.</p>	
Notas de manutenção	Autor: Cátia João Matias Trindade	
<p><i>Relações das entidades colectivas, entidades singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos</i></p>		
<p align="center"><u>Recurso relacionado 1</u></p>		
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título	Fundo do Instituto de Alta Cultura
	Identificador	PT/IC/IAC
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental	
Natureza da relação	Produtor	
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	Datas do recurso relacionado	1952 – 1976
	Datas da relação	-

Apêndice B: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

Zona da identificação		
<i>Tipo de entidade</i>		Entidade colectiva
<i>Forma (s) autorizada (s) do nome</i>		Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
<i>Formas paralelas do nome</i>		1) Consejo Nacional de Investigación Científica y Tecnológica 2) National Board for Scientific and Technological Research
<i>Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras</i>		-
<i>Outras formas do nome</i>		JNICT
<i>Identificadores para entidades colectivas</i>		N.I.P.C. 600 016 439
Zona da descrição		
<i>Datas de existência</i>		1967-07-11 - 1997-07-28
<i>História</i>	<u>Criação</u>	A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) foi criada em 1967 (Decreto-Lei n.º 47 791, de 11 de Julho), na Presidência do Conselho, com o objectivo de funcionar e servir como órgão de consulta do Governo nos assuntos relacionados com a política científica nacional. Do mesmo modo, a JNICT teve a missão de administrar os meios colocados à disposição, quer pelo Estado, quer por organismos nacionais ou internacionais, e propor as medidas consideradas necessárias para a coordenação e o desenvolvimento da investigação nacional. Foi criada enquanto entidade com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira e à data da sua criação, a estrutura orgânica foi composta por quatro órgãos: o Presidente; o Conselho Geral; a Comissão Executiva; o Conselho Administrativo.

	<p><u>Mudanças</u></p> <p>À medida que o âmbito de actuação da JNICT crescia, foram sendo criadas várias comissões: a Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior, que visava apoiar e acompanhar a execução de programas nacionais, relacionados com o espaço exterior, estimulando a expansão de actividades, a nível do aproveitamento e exploração do espaço; a Comissão Permanente INVOTAN, que coordenava a investigação científica realizada no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a Comissão Nacional do Ambiente, que coordenava as actividades relacionadas com a preservação e a melhoria do meio-ambiente, conservação da Natureza e protecção dos recursos naturais, colaborando, igualmente na definição de uma política nacional do ambiente; a Comissão Permanente para a Cooperação Científica e Técnica com as Comunidades Europeias e com a OCDE – COCEDE, que coordenava e promovia as actividades necessárias à participação de Portugal nos empreendimentos promovidos pelas comunidades europeias, ao nível da cooperação científica e tecnológica.</p> <p>Em 1973, foi conferida à JNICT a responsabilidade de inventariar e difundir os recursos nacionais, para a execução das actividades foram criados os Serviços de Planeamento e Projectos, de Inventário e Análise de Recursos e de Informação Científica e Técnica,</p> <p>Após a revolução de 25 de Abril de 1974, outras comissões foram criadas: a Comissão para a Investigação Urbana e Regional e a Comissão Permanente de Oceanologia. Anos mais tarde, em 1979, foi criado o Conselho Consultivo de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.</p> <p>No decorrer dos anos 80, no quadro da integração europeia, os mecanismos de política científica foram reforçados e a JNICT introduziu o primeiro Plano Integrado de Desenvolvimento</p>
--	--

		<p>Científico e Tecnológico (PIDCT). Este Programa previa medidas claras e específicas para o desenvolvimento e aplicação de políticas científicas destinadas à investigação. A JNICT preconizava, assim, um reforço dos mecanismos de política científica, através do crescimento dos instrumentos de financiamento, ao mesmo tempo que aumentava as iniciativas e trabalho conjunto com parceiros externos.</p> <p>Em 1986, com a integração na JNICT do Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento / Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial (IACEP/GEBEI), foi criado o Serviço de Estudos e Planeamento. A JNICT passava então a desempenhar também actividades no âmbito do estudo e elaboração de documentos de planeamento e de apoio à elaboração de programas de financiamento do Sistema de C&T Nacional.</p> <p>Em 1988 (Decreto-Lei n.º 374/88, de 21 de Outubro), a JNICT sofreu uma reestruturação, através da qual foi consolidado o seu papel de instituição financiadora de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.</p> <p>Em 1992, com a extinção do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), as principais atribuições desta entidade foram transferidas para a JNICT (Decreto-Lei n.º 188/92, de 27 de Agosto).</p> <p>Em 1993 foi criada a Delegação da JNICT no Norte (Despacho 5/SECT/93, de 24 de Fevereiro), com o objectivo de se potenciar uma melhor gestão e acompanhamento dos programas científicos e tecnológicos que eram da responsabilidade da JNICT, na região Norte do país. Um ano depois, em 1994, ocorreu a última reestruturação da JNICT (Decreto-Lei n.º 201/94, de 22 de Julho), com a qual funcionou até à data da sua extinção.</p>
	<u>Situação actual</u>	-

	<u>Extinção</u>	A extinção da JNICT foi fixada em 1996 (Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de Agosto), tendo a mesma deixado de estar em actividade no ano seguinte, após a entrada em vigor dos diplomas orgânicos das entidades que lhe sucederam e pelas quais foram repartidas as suas atribuições: a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT), o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI) e o Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT).
<i>Lugares</i>	<u>Última ocupação</u>	Portugal, Avenida D. Carlos I, n.º 126, 1249-074 Lisboa: Sede .
	<u>Anterior(es) ocupação(ões)</u>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Portugal, Avenida 5 de Outubro, n.º 85 – 7º Piso – Lisboa: Serviços da JNICT ➤ Portugal, Rua Barata Salgueiro, n.º 28 – 2º Piso – Lisboa: Sede e, mais tarde, apenas alguns Serviços da JNICT. ➤ Portugal, Avenida D. Carlos I, n.º 126 – 1249-074 Lisboa: Sede; Portugal, Rua Rainha Dona Estefânia, n.º 251 – 4100 Porto: Delegação da JNICT no Norte.
	<u>Jurisdição territorial</u>	Tem jurisdição sobre o território nacional.
<i>Estatuto legal</i>		<i>Organismo com personalidade jurídica</i>
<i>Funções, ocupações e actividades</i>		
<i>Mandatos / Fontes de autoridade</i>		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Decreto-Lei n.º 47 791, de 11 de Julho de 1967 – Criação da JNICT. ➤ Decreto-Lei n.º 48 204, de 16 de Janeiro de 1968 – Alteração às disposições do diploma de criação da JNICT. ➤ Decreto-Lei n.º 601/70, de 5 de Dezembro – Alterações estruturais na orgânica da JNICT. ➤ Portaria n.º 312/81, de 2 de Abril – Regulamentação das competências e funcionamento do Conselho Geral e

	<p>Comissão Executiva da JNICT.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Decreto-Lei n.º 374/88, de 21 de Outubro – Reestruturação orgânica da JNICT. ➤ Decreto-Lei n.º 188/92, de 27 de Agosto – Extinção do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e definição das funções que transitam para a JNICT. ➤ Despacho 5/SECT/93, de 24 de Fevereiro – Criação da Delegação da JNICT no Norte. ➤ Decreto-Lei n.º 201/94, de 22 de Julho – Reestruturação orgânica da JNICT. ➤ Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de Agosto – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e da Tecnologia. ➤ Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
<i>Estruturas internas / Genealogia</i>	-
<i>Contexto geral</i>	<p>O fenómeno mundial do pós Primeira Guerra Mundial, reforçado pela Segunda Guerra Mundial e pelo contexto de tensão da Guerra Fria, que reconheceu a pesquisa e investigação científica e o desenvolvimento tecnológico enquanto serviço público, que se desenvolvia através de actividades levadas a cabo por instituições criadas com competências específicas nesse domínio, afirmava-se em Portugal, ainda nesse contexto de expansão da ciência e da tecnologia, décadas depois, aquando da criação da JNICT.</p> <p>Assim, em termos gerais, os conflitos bélicos acabaram por representar um impulso decisivo na ciência, que passou a ser vista como valor subsidiário da economia, através da sua industrialização, e como um crescente valor político e estratégico. A JNICT foi responsável pela coordenação e execução das políticas científicas nacionais e foi, igualmente, marcada por uma intervenção nas relações internacionais de Portugal com outros</p>

	países e organizações, no plano da investigação científica e desenvolvimento tecnológico. Na política, pretendendo-se definir uma política científica nacional, assumindo a sua extrema importância no e para o país, a JNICT foi criada na Presidência do Conselho.	
Zona das relações		
<u>Relação 1</u>		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Presidente do Conselho
	Outra forma do nome	-
Tipo de relação	Subordinação	
Descrição da relação	Entidade tutelar	
Datas da relação	1967 – 1974	
<u>Relação 2</u>		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Instituto Nacional de Investigação Científica
	Outra forma do nome	INIC
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade antecessora	
Datas da relação	1992	
<u>Relação 3</u>		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Observatório das Ciências e das Tecnologias
	Outra forma do nome	OCT
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade sucessora	
Datas da relação	1997	
<u>Relação 4</u>		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional
	Outra forma do nome	ICCTI
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade sucessora	
Datas da relação	1997	
<u>Relação 5</u>		

Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
	Outra forma do nome	FCT
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade Sucessora	
Datas da relação	1997	
Zona do controlo		
Identificador do registo de autoridade	-	
Identificadores da instituição	-	
Regras e/ou convenções	<ul style="list-style-type: none">➤ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): <i>Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias</i>. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IANTT, 2004. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>.➤ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ISAAR (CPF): <i>international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families</i>. [Em linha]. 2nd ed. Canberra: ICA, 2003. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF)2ed.pdf>.	
Estado do registo de autoridade	Versão preliminar	
Nível de detalhe	Médio	
Datas de criação, revisão ou eliminação	2012-05-20 – Criação	
Língua e escritas	Português: PT	
Fontes	<ul style="list-style-type: none">➤ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência - FCT : <i>Fundação para a Ciência e a Tecnologia</i> [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.fct.pt/>.➤ CARAÇA, João – Ciência e investigação em Portugal no século XX In PERES, Fernando, coord. - <i>Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX</i>. Porto: Edições Afrontamento & Fundação Serralves, 2002. Vol. 1 - <i>As Ciências e as</i>	

	<i>Problemáticas Sociais.</i> ➤ FIOalhaIS, Carlos – <i>A ciência em Portugal</i> . Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Carlos Fiolhais, Janeiro de 2011. ➤ GAGO, José Mariano, coord. – <i>O estado das ciências em Portugal</i> . Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Nova Enciclopédia). ISBN 972-20-1014. ➤ _____ – <i>Ciência em Portugal</i> . Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. (Sínteses da cultura portuguesa. Europália 91). ISBN 9722704397. ➤ ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <i>Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra</i> [Em linha], Vol. XXV (2012) p. 233-261. [Consult. 16 Jul. 2012]. Disponível em www:<URL: http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478> .	
Notas de manutenção	Autor: Cátia João Matias Trindade	
Relações das entidades colectivas, entidades singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos		
<u>Recurso relacionado 1</u>		
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título	Fundo da Junta Nacional de Investigação de Investigação Científica e Tecnológica
	Identificador	PT/FCT/JNICT
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental	
Natureza da relação	Produtor	
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	Datas do recurso relacionado	1967 – 1997
	Datas da relação	-
<u>Recurso relacionado 2</u>		
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título	http://arquivo.fct.mctes.pt/
	Identificador	-
Tipo de recurso relacionado	Sítio Web	
Natureza da relação	O fundo da JNICT é custodiado pela Fundação para a Ciência e a	

	Tecnologia, I.P. (FCT). Nesse âmbito, a descrição e difusão do arquivo produzido pela JNICT é da responsabilidade da FCT.	
<i>Datas do recurso relacionado e/ou da relação</i>	<i>Datas do recurso relacionado</i>	2011 –
	<i>Datas da relação</i>	-

Apêndice C: Instituto Nacional de Investigação Científica

Zona da identificação		
<i>Tipo de entidade</i>		Entidade colectiva
<i>Forma (s) autorizada (s) do nome</i>		Instituto Nacional de Investigação Científica
<i>Formas paralelas do nome</i>		1) Instituto Nacional de Investigación Científica 2) National Science Research Institute
<i>Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras</i>		-
<i>Outras formas do nome</i>		INIC
<i>Identificadores para entidades colectivas</i>		N.I.P.C. 501 456 422
Zona da descrição		
<i>Datas de existência</i>		1976-07-09 – 1992-08-27
<i>História</i>	<u>Criação</u>	<p>A partição das funções do Instituto de Alta Cultura (IAC) levou à criação do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), cabendo a este a prossecução das competências e atribuições relacionadas com a investigação científica, assim como a criação de centros de investigação ou organismos de natureza conexas e o apoio necessário ao seu funcionamento. O INIC herdou também o Centro de Documentação Científica do IAC, o qual foi convertido em Centro de Documentação Científica e Técnica do INIC.</p> <p>Fez parte dos serviços centrais do Ministério da Educação e Investigação Científica, cabendo-lhe, genericamente, contribuir para a formulação, coordenação e realização da política científica nacional, nomeadamente através da coordenação da investigação científica universitária. (Decreto-Lei n.º 538/76, de</p>

		<p>9 de Julho).</p> <p>No que respeita à sua estrutura orgânica, o INIC compreendia quatro órgãos e quatro serviços à data de criação. Os órgãos eram: o Presidente; o Conselho Geral; os conselhos consultivos; o Conselho Administrativo. Os serviços eram: a Divisão de Planeamento e Intercâmbio; a Divisão de Programas; a Divisão de Expediente e Secretariado; a Divisão de Finanças e Património.</p>
	<u>Mudanças</u>	<p>Em 1977, os centros e agrupamentos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU) foram integrados nos diversos serviços em centros do INIC (Decreto-Lei n.º 291/77, de 19 de Julho).</p> <p>Em 1980, o INIC fazia parte do Ministério da Educação e Ciência. Como consequência dos progressos e avanços notórios registados no domínio da investigação científica nas universidades, a entidade sofreu uma reestruturação (Decreto-Lei n.º 414/80, de 27 de Setembro). Passou a ter autonomia financeira e na sua estrutura interna surgiu um novo órgão: a Comissão Executiva – órgão colegial com poder de decisão para as questões de âmbito científico. A reestruturação em causa visou dar ao INIC um poder de acção e de intervenção mais rápido do que o até então dado.</p>
	<u>Situação actual</u>	-
	<u>Extinção</u>	<p>A Lei Orgânica do XII Governo Constitucional, em 1991, determinou a transferência do INIC para o Ministério do Planeamento e da Administração, ao qual caberia a extinção da entidade</p> <p>No seguimento da decisão tomada, o INIC foi formalmente</p>

		extinto em 1992, tendo sido as suas principais competências e atribuições transferidas para a Junta Nacional de Investigação Científica (Decreto-Lei n.º 188/92, de 27 de Agosto).
<i>Lugares</i>	<u>Última ocupação</u>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Portugal, Avenida 5 de Outubro, n.º 85 – 7º Piso, Lisboa: Serviços do INIC (período de integração do INIC na JNICT). ➤ Portugal, Avenida D. Carlos I, n.º 126, 1249-074 Lisboa: Serviços do INIC (período de integração do INIC na JNICT). ➤ Portugal, Avenida Professor Gama Pinto, n.º 2, 1699 Lisboa: Centro de Documentação Científica e Técnica (CDCT) do INIC.
	<u>Anterior (es) ocupação (ões)</u>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Portugal, Avenida Elias Garcia, n.º 137 – 4º Piso, 1000 Lisboa: Sede.
	<u>Jurisdição territorial</u>	Tem jurisdição sobre o território nacional.
<i>Estatuto legal</i>		<i>Entidade colectiva de direito público</i>
<i>Funções, ocupações e actividades</i>		
<i>Mandatos / Fontes de autoridade</i>		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Decreto n.º 538/76, de 9 de Julho – Reestruturação do IAC e criação do INIC. ➤ Decreto-Lei n.º 291/77, de 19 de Julho – Integração dos centros e agrupamentos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU) nos diversos serviços em centros do INIC ➤ Decreto-Lei n.º 414/80, de 27 de Setembro – Reestruturação do INIC. ➤ Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de Dezembro – Aprovação da Lei Orgânica do XII Governo Constitucional. ➤ Decreto-Lei n.º 188/92, de 27 de Agosto – Extinção do INIC.
<i>Estruturas internas /</i>		-

Genealogia		
Contexto geral	<p>Na década de 60, a importância dada à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico ganhou maior dimensão, assinalando-se o seu papel para o crescimento económico e para a melhoria das condições sociais, nomeadamente para o bem-estar social. Porém, os anos 60 trouxeram, igualmente algumas questões relacionadas com a investigação científica e com os moldes da acção estatal no que respeita à Ciência.</p> <p>Vem do exterior, nomeadamente da OCDE e da OTAN, a ideia de organizar cada vez mais e melhor a investigação científica nacional. Foi nesse contexto que Portugal criou, fundiu, reestruturou e extinguiu entidades, cuja missão era exactamente a de financiar e apoiar a prossecução da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico.</p> <p>O país foi, pois, marcado por uma posição e preocupação em reconhecer a importância de definir uma política científica.</p>	
Zona das relações		
Relação 1		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Ministro da Educação e Investigação Científica
	Outra forma do nome	-
Tipo de relação	Subordinação	
Descrição da relação	Entidade tutelar	
Datas da relação	1976 – 1978	
Relação 2		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Instituto de Alta Cultura
	Outra forma do nome	IAC
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade antecessora	
Datas da relação	1976	
Relação 3		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da	Forma autorizada do nome	Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

<u>entidade singular ou da família relacionadas</u>	Outra forma do nome	JNICT
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade sucessora	
Datas da relação	1992	
Zona do controlo		
Identificador do registo de autoridade	-	
Identificadores da instituição	-	
Regras e/ou convenções	<ul style="list-style-type: none">➤ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): <i>Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias</i>. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IANTT, 2004. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>.➤ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ISAAR (CPF): <i>international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families</i>. [Em linha]. 2nd ed. Cambera: ICA, 2003. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF)2ed.pdf>.	
<u>Estado do registo de autoridade</u>	Versão preliminar	
Nível de detalhe	Médio	
Datas de criação, revisão ou eliminação	2012-06-10 – Criação	
Língua e escritas	Português: PT	
Fontes	<ul style="list-style-type: none">➤ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência - FCT : <i>Fundação para a Ciência e a Tecnologia</i> [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.fct.pt/>.➤ CARAÇA, João – Ciência e investigação em Portugal no século XX In PERES, Fernando, coord. - <i>Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX</i>. Porto: Edições Afrontamento & Fundação Serralves, 2002. Vol. 1 - <i>As Ciências e as Problemáticas Sociais</i>.➤ FIOLEAIS, Carlos – <i>A ciência em Portugal</i>. Lisboa: Fundação	

	<p>Francisco Manuel dos Santos e Carlos Fiolhais, Janeiro de 2011.</p> <p>➤ GAGO, José Mariano, coord. – <i>O estado das ciências em Portugal</i>. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Nova Enciclopédia). ISBN 972-20-1014.</p> <p>➤ _____ – <i>Ciência em Portugal</i>. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. (Sínteses da cultura portuguesa. Europália 91). ISBN 9722704397.</p> <p>➤ ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <i>Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra</i> [Em linha], Vol. XXV (2012) p. 233-261. [Consult. 16 Jul. 2012]. Disponível em www:<URL: http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478>.</p>	
Notas de manutenção	Autor: Cátia João Matias Trindade	
<p>Relações das <u>entidades colectivas</u>, <u>entidades singulares</u> e <u>famílias</u> com a documentação de arquivo e outros recursos</p>		
<p><u>Recurso relacionado 1</u></p>		
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título	Fundo do Instituto Nacional de Investigação Científica
	Identificador	PT/FCT/INIC
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental	
Natureza da relação	Produtor	
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	Datas do recurso relacionado	1976 – 1992
	Datas da relação	-
<p><u>Recurso relacionado 2</u></p>		
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título	http://arquivo.fct.mctes.pt/
	Identificador	-
Tipo de recurso relacionado	Sítio Web	
Natureza da relação	O fundo do INIC é custodiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT. Nesse âmbito, a descrição e difusão do arquivo produzido pelo INIC é da responsabilidade da FCT.	
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	Datas do recurso relacionado	2011 –
	Datas da relação	-

Apêndice D: Observatório das Ciências e das Tecnologias

Zona da identificação		
<i>Tipo de entidade</i>		Entidade colectiva
<i>Forma (s) autorizada (s) do nome</i>		Observatório das Ciências e das Tecnologias
<i>Formas paralelas do nome</i>		1) Observatorio de Ciencia y Tecnología 2) Observatory of Science and Technology
<i>Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras</i>		-
<i>Outras formas do nome</i>		OCT
<i>Identificadores para entidades colectivas</i>		-
Zona da descrição		
<i>Datas de existência</i>		1997-07-28 – 2002-10-07
<i>História</i>	<u>Criação</u>	<p>Anunciada em 1996, com a aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e Tecnologia (Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de Agosto), como uma das entidades sucessoras da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), o Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT) foi criado e sujeito à tutela e superintendência do Ministro da Ciência e Tecnologia, tendo sido a sua Lei Orgânica aprovada através do Decreto-Lei n.º 186/97, de 28 de Julho.</p> <p>No que respeita à natureza jurídica, missão e atribuições, o OCT foi criado enquanto pessoa colectiva de direito público, com atribuições nos domínios da recolha, tratamento e difusão de informação relacionada com o sistema científico e tecnológico nacional e de planeamento do orçamento de ciência e tecnologia.</p>

		No que concerne à estrutura orgânica fixada à data de criação, foi composta por dois órgãos e cinco serviços. Os órgãos eram: o Presidente e a Comissão de Fiscalização. Os serviços eram: a Direcção de Serviços de Estatística e Bases de Dados; a Direcção de Serviços de Prospectiva e Planeamento; o Núcleo de Apoio Informático; a Divisão de Gestão e Administração; e a Divisão de Publicações e Difusão.
	<u>Mudanças</u>	-
	<u>Situação actual</u>	-
	<u>Extinção</u>	O OCT foi formalmente extinto em 2002 (Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro), e as suas atribuições e competências foram assumidas pelo Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES), com excepção das tarefas que respeitavam ao apoio à preparação do orçamento da ciência e da tecnologia, que transitaram para o Gabinete de Gestão Financeira da Ciência e do Ensino Superior.
<i>Lugares</i>	<u>Última ocupação</u>	Avenida 5 Outubro, n.º 85 – 7º Piso, Lisboa.
	<u>Anterior (es) ocupação (ões)</u>	-
	<u>Jurisdição territorial</u>	Tem jurisdição sobre o território nacional.
<i>Estatuto legal</i>		Instituto Público
<i>Funções, ocupações e actividades</i>		
<i>Mandatos / Fontes de autoridade</i>		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de Dezembro – Aprovação da Lei Orgânica do XII Governo Constitucional. ➤ Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de Agosto – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e da Tecnologia (e criação do OCT). ➤ Decreto-Lei n.º 186/97, de 28 de Julho – Aprovação da

	<p>Lei Orgânica do OCT.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e Ensino Superior (e extinção do OCT). ➤ Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
<i>Estruturas internas / Genealogia</i>	-
<i>Contexto geral</i>	<p>No final dos anos 80, com a plena integração de Portugal na Europa, os mecanismos de política científica foram reforçados e as fontes de financiamento alargadas. Também o trabalho em rede com parceiros externos foi fortalecido. Nesse contexto, em 1988, a Assembleia da República aprovou uma lei que propunha um modelo de C&T, a intitulada “Lei sobre a Investigação Científica e do Desenvolvimento Tecnológico”.</p> <p>Com a aprovação de uma nova Lei Orgânica para o Governo, em 1991 (Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de Dezembro), o financiamento e apoio da investigação científica em Portugal são competências transferidas para o Ministério do Planeamento e da Administração do Território.</p> <p>Assim, entre 1991 e 1995 a coordenação e gestão de políticas científicas em Portugal decorreram enquanto competências do Ministério do Planeamento e da Administração do Território.</p> <p>Anos depois, no seguimento da contínua afirmação e crescimento da actividade de investigação científica em Portugal e tendo em conta as recomendações feitas pela OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development), é criado em Portugal o Ministério para a Ciência e Tecnologia – MCT, em 1995.</p> <p>Em 1997, com a extinção da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), são criadas três entidades que</p>

	dão prossecução às actividades até então desenvolvidas pela JNICT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT), Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI), e Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT). Portugal é apoiado, nesse período, pelo Quadro Comunitário de Apoio II.	
Zona das relações		
<u>Relação 1</u>		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Ministro da Ciência e Tecnologia
	Outra forma do nome	-
Tipo de relação	Subordinação	
Descrição da relação	Superintendente	
Datas da relação	1997 – 2002	
<u>Relação 2</u>		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
	Outra forma do nome	JNICT
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade antecessora	
Datas da relação	1997	
<u>Relação 3</u>		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Observatório da Ciência e do Ensino Superior
	Outra forma do nome	OCES
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade sucessora	
Datas da relação	2002	
<u>Relação 4</u>		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Gabinete de Gestão Financeira da Ciência e do Ensino Superior
	Outra forma do nome	GEFCES
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade sucessora	
Datas da relação	2002	

Relação 5		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Instituto Nacional de Estatística
	Outra forma do nome	INE
Tipo de relação	Associação e cooperação	
Descrição da relação	Entidade cooperante	
Datas da relação	2003 – 2007	
Zona do controlo		
Identificador do registo de autoridade	-	
Identificadores da instituição	-	
Regras e/ou convenções	<ul style="list-style-type: none">➤ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): <i>Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias</i>. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IANTT, 2004. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>.➤ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ISAAR (CPF): <i>international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families</i>. [Em linha]. 2nd ed. Camberra: ICA, 2003. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF)2ed.pdf>.	
Estado do registo de autoridade	Versão preliminar	
Nível de detalhe	Médio	
Datas de criação, revisão ou eliminação	2012-08-20 – Criação	
Língua e escritas	Português: PT	
Fontes	<ul style="list-style-type: none">➤ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência - FCT: <i>Fundação para a Ciência e a Tecnologia</i> [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.fct.pt/>.➤ CARAÇA, João – <i>Ciência e investigação em Portugal no século XX</i> In PERES, Fernando, coord. - <i>Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX</i>. Porto: Edições Afrontamento &	

	<p>Fundação Serralves, 2002. Vol. 1 - <i>As Ciências e as Problemáticas Sociais</i>.</p> <p>➤ FIOHAIS, Carlos – <i>A ciência em Portugal</i>. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Carlos Fiolhais, Janeiro de 2011.</p> <p>➤ GAGO, José Mariano, coord. – <i>O estado das ciências em Portugal</i>. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Nova Enciclopédia). ISBN 972-20-1014.</p> <p>➤ _____ – <i>Ciência em Portugal</i>. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. (Sínteses da cultura portuguesa. Europália 91). ISBN 9722704397.</p> <p>➤ ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <i>Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra</i> [Em linha], Vol. XXV (2012) p. 233-261. [Consult. 16 Jul. 2012]. Disponível em www:<URL: http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478>.</p>	
Notas de manutenção	Autor: Cátia João Matias Trindade	
Relações das entidades colectivas, entidades singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos		
Recurso relacionado 1		
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título	Fundo do Observatório das Ciências e das Tecnologias
	Identificador	-
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental	
Natureza da relação	Produtor	
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	Datas do recurso relacionado	1997 – 2002
	Datas da relação	-

Apêndice E: Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional

Zona da identificação		
<i>Tipo de entidade</i>		Entidade colectiva
<i>Forma (s) autorizada (s) do nome</i>		Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional
<i>Formas paralelas do nome</i>		<p>1) Instituto Internacional para la Ciencia y la Cooperación Tecnológica</p> <p>2) Institute for International Scientific and Technological Cooperation</p>
<i>Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras</i>		-
<i>Outras formas do nome</i>		ICCTI
<i>Identificadores para entidades colectivas</i>		N.I.P.C. 503 904 066
Zona da descrição		
<i>Datas de existência</i>		1997-07-28 – 2002-10-07
<i>História</i>	<u>Criação</u>	<p>Anunciada em 1996, com a aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e Tecnologia (Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de Agosto), como uma das entidades sucessoras da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI) foi criado e sujeito à tutela e superintendência do Ministro da Ciência e Tecnologia, tendo sido a sua Lei Orgânica aprovada através do Decreto-Lei n.º 187/97, de 28 de Julho.</p> <p>O Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional foi a entidade encarregada de «<i>dirigir, orientar e coordenar as acções de cooperação internacional no domínio da ciência e da</i></p>

		<p><i>tecnologia, sem prejuízo das competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros» (Decreto-Lei n.º 187/97, de 28 de Julho).</i></p> <p>O cumprimento das suas competências e atribuições desenvolveu-se de modo articulado com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT).</p> <p>No que concerne à estrutura orgânica fixada à data de criação, foi composta por três órgãos e seis serviços. Os órgãos eram: o Presidente; a Comissão de Fiscalização; o Conselho Coordenador. Os serviços eram: a Direcção de Serviços das Relações Bilaterais e Multilaterais; a Direcção de Serviços das Relações Europeias; a Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica com os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e os Países em Vias de Desenvolvimento; a Divisão de Gestão e Administração; a Divisão de Apoio Jurídico; a Divisão de Apoio Informático.</p>
	<u>Mudanças</u>	-
	<u>Situação actual</u>	-
	<u>Extinção</u>	O ICCTI foi formalmente extinto em 2002 (Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro) e as suas atribuições e competências foram assumidas pelo Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES), entidade sua sucessora.
<i>Lugares</i>	<u>Última ocupação</u>	➤ Portugal, Rua Castilho, n.º 5 – 4º Piso, 1250-066 Lisboa: Sede.
	<u>Anterior (es) ocupação</u>	➤ Portugal, Avenida D. Carlos I, n.º 126 – 6º Piso, 1249-074

	<u>(ões)</u>	Lisboa: Sede.
	<u>Jurisdição territorial</u>	Tem jurisdição sobre o território nacional.
<i>Estatuto legal</i>		<i>Entidade colectiva dotada de direito público</i>
<i>Funções, ocupações e actividades</i>		
<i>Mandatos / Fontes de autoridade</i>		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de Dezembro – Aprovação da Lei Orgânica do XII Governo Constitucional. ➤ Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de Agosto – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e da Tecnologia (e criação do ICCTI). ➤ Decreto-Lei n.º 187/97, de 28 de Julho – Aprovação da Lei Orgânica do ICCTI. ➤ Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e Ensino Superior (e extinção do ICCTI). ➤ Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
<i>Estruturas internas / Genealogia</i>		-
<i>Contexto geral</i>		<p>No final dos anos 80, com a plena integração de Portugal na Europa, os mecanismos de política científica foram reforçados e as fontes de financiamento alargadas. Também o trabalho em rede com parceiros externos foi fortalecido. Nesse contexto, em 1988, a Assembleia da República aprovou uma lei que propunha um modelo de C&T, a intitulada “Lei sobre a Investigação Científica e do Desenvolvimento Tecnológico”.</p> <p>Com a aprovação de uma nova Lei Orgânica para o Governo, em 1991 (Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de Dezembro), o financiamento e apoio da investigação científica em Portugal são competências transferidas para o Ministério do Planeamento e da Administração do Território.</p>

	<p>Assim, entre 1991 e 1995 a coordenação e gestão de políticas científicas em Portugal decorreram enquanto competências do Ministério do Planeamento e da Administração do Território.</p> <p>Anos depois, no seguimento da contínua afirmação e crescimento da actividade de investigação científica em Portugal e tendo em conta as recomendações feitas pela OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development), é criado em Portugal o Ministério para a Ciência e Tecnologia – MCT, em 1995.</p> <p>Em 1997, com a extinção da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), são criadas três entidades que dão prossecução às actividades até então desenvolvidas pela JNICT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT), Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI), e Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT). Portugal é apoiado, nesse período, pelo Quadro Comunitário de Apoio II.</p>
--	---

Zona das relações

Relação 1

<i>Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas</i>	<i>Forma autorizada do nome</i>	Ministro da Ciência e Tecnologia
	<i>Outra forma do nome</i>	-
<i>Tipo de relação</i>	Subordinação	
<i>Descrição da relação</i>	Tutelar e superintendente	
<i>Datas da relação</i>	1997 – 2002	

Relação 2

<i>Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas</i>	<i>Forma autorizada do nome</i>	Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
	<i>Outra forma do nome</i>	JNICT
<i>Tipo de relação</i>	Sucessão	
<i>Descrição da relação</i>	Entidade antecessora	
<i>Datas da relação</i>	1997	

Relação 3

Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
	Outra forma do nome	FCT
Tipo de relação	Associação e cooperação	
Descrição da relação	Entidade cooperante	
Datas da relação	1997 – 2002	
Relação 4		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior
	Outra forma do nome	GRICES
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade sucessora	
Datas da relação	2002	
Zona do controlo		
Identificador do registo de autoridade	-	
Identificadores da instituição	-	
Regras e/ou convenções	<ul style="list-style-type: none">➤ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IANTT, 2004. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>.➤ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ISAAR (CPF): international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families. [Em linha]. 2nd ed. Canberra: ICA, 2003. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF)2ed.pdf>.	
Estado do registo de autoridade	Versão preliminar	
Nível de detalhe	Médio	
Datas de criação, revisão ou eliminação	2012-08-10 – Criação	
Língua e escritas	Português: PT	

Fontes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência - FCT: <i>Fundação para a Ciência e a Tecnologia</i> [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.fct.pt/>. ➤ CARAÇA, João – Ciência e investigação em Portugal no século XX In PERES, Fernando, coord. - <i>Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX</i>. Porto: Edições Afrontamento & Fundação Serralves, 2002. Vol. 1 - <i>As Ciências e as Problemáticas Sociais</i>. ➤ FIOLEAIS, Carlos – <i>A ciência em Portugal</i>. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Carlos Fiolhais, Janeiro de 2011. ➤ GAGO, José Mariano, coord. – <i>O estado das ciências em Portugal</i>. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Nova Enciclopédia). ISBN 972-20-1014. ➤ _____ – <i>Ciência em Portugal</i>. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. (Sínteses da cultura portuguesa. Europália 91). ISBN 9722704397. ➤ ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <i>Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra</i> [Em linha], Vol. XXV (2012) p. 233-261. [Consult. 16 Jul. 2012]. Disponível em www:<URL: http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478>.
Notas de manutenção	Autor: Cátia João Matias Trindade
<p>Relações das <u>entidades colectivas</u>, <u>entidades singulares</u> e <u>famílias</u> com a documentação de arquivo e outros recursos</p>	
<u>Recurso relacionado 1</u>	
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título
	Fundo do Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional
	Identificador
	PT/FCT/ICCTI
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental
Natureza da relação	Produtor

<i>Datas do recurso relacionado e/ou da relação</i>	<i>Datas do recurso relacionado</i>	1997 – 2002
	<i>Datas da relação</i>	-
<u>Recurso relacionado 2</u>		
<i>Identificadores e títulos do recurso relacionado</i>	<i>Título</i>	http://arquivo.fct.mctes.pt/
	<i>Identificador</i>	-
<i>Tipo de recurso relacionado</i>	Sítio Web	
<i>Natureza da relação</i>	O fundo do ICCTI é custodiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT). Nesse âmbito, a descrição e difusão do arquivo produzido pelo ICCTI é da responsabilidade da FCT.	
<i>Datas do recurso relacionado e/ou da relação</i>	<i>Datas do recurso relacionado</i>	2011 –
	<i>Datas da relação</i>	-

Apêndice F: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Zona da identificação		
<i>Tipo de entidade</i>		Entidade colectiva
<i>Forma (s) autorizada (s) do nome</i>		Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
<i>Formas paralelas do nome</i>		1) Fundación para la Ciencia y la Tecnologia 2) Foundation for Science and Technology
<i>Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras</i>		-
<i>Outras formas do nome</i>		FCT
<i>Identificadores para entidades colectivas</i>		N.I.P.C. 503 904 040
Zona da descrição		
<i>Datas de existência</i>		1997-07-28 -
<i>História</i>	<u>Criação</u>	<p>Anunciada em 1996, com a aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e Tecnologia (Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de Agosto), como uma das entidades sucessoras da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT) foi criada na tutela e superintendência do Ministro da Ciência e Tecnologia, tendo sido a sua Lei Orgânica aprovada através do Decreto-Lei n.º 188/97, de 28 de Julho.</p> <p>No que respeita à natureza jurídica, missão e atribuições, a FCT foi criada enquanto instituto público com atribuições no domínio da promoção, financiamento, acompanhamento e avaliação de instituições, programas e projectos de ciência e tecnologia, bem como da formação e qualificação de recursos humanos.</p>

		<p>No que concerne à estrutura orgânica fixada à data de criação, foi composta por quatro órgãos e por seis direcções de serviços. Os órgãos eram: o Conselho Directivo; os conselhos científicos; o Conselho Coordenador; a Comissão de Fiscalização. As direcções de serviços eram: a Direcção de Serviços de Programas e Projectos; a Direcção de Serviços de Apoio às Instituições Científicas e Tecnológicas; a Direcção de Serviços de Difusão da Cultura Científica e Tecnológica; a Direcção de Serviços de Gestão e Administração; a Direcção de Serviços de Informação e Documentação; e a Direcção de Serviços de Formação dos Recursos Humanos. Foi ainda composta por duas divisões, orgânica e funcionalmente dependentes do Conselho Directivo: a Divisão de Apoio Jurídico e a Divisão de Apoio Informático e por duas repartições de serviço, ambas a funcionar dentro da Direcção de Serviços de Gestão e Administração: Repartição de Gestão Financeira e Patrimonial e Repartição de Pessoal e Expediente.</p>
	<u>Mudanças</u>	<p>Em 2002, com a Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e Ensino Superior (Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro), a FCT passou para a tutela e superintendência do Ministro da Ciência e Ensino Superior.</p> <p>Em 2007, já sob a tutela e superintendência do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), a FCT sofreu uma reestruturação orgânica (Decreto-Lei n.º 152/2007, de 27 de Abril). Foi também em 2007 que a FCT sucedeu nas atribuições do Gabinete de Relações Internacionais da Ciência, Inovação e Ensino Superior (GRICES), no que respeita à cooperação científica e tecnológica internacional. Junto da FCT passou também a funcionar a Comissão INVOTAN, presidida pelo</p>

		<p>Director para a cooperação internacional em Ciência e Tecnologia.</p> <p>O mesmo Decreto-Lei que fixou a nova orgânica da entidade, afirmou ser missão da FCT o <i>«desenvolvimento, financiamento e avaliação de instituições, redes, infra-estruturas, equipamento científicos, programas, projectos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, assim como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional»</i>.</p> <p>Extinto o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), e a criação do Ministério da Educação e Ciência (Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Julho), a FCT passou para a tutela do Ministro da Educação e Ciência.</p> <p>Com a reestruturação de 2012 (Decreto-Lei 45/2012, de 23 de Fevereiro), ocorreram alterações no enquadramento da missão, nas atribuições e na estrutura orgânica da entidade. Transitaram para a FCT, a missão e parte das atribuições da Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P. (UMIC), genericamente, no domínio da coordenação das políticas públicas para a sociedade da informação e do conhecimento; algumas atribuições do Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), no domínio das relações internacionais e da cooperação bilateral e multilateral nas áreas de ciência e tecnologia; e as atribuições da Comissão de Planeamento de Emergência do Ciberespaço.</p>
	<u>Situação actual</u>	<p>À data de elaboração do presente registo, a FCT é definida por diploma-legal como <i>«instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio»</i>.</p>

		<p>Organicamente, embora reestruturada em 2012 (Portaria n.º 149/2012, de 16 de Maio), mantém na sua estrutura os mesmos quatro órgãos já existentes em 2007. Junto da FCT mantém-se em funcionamento a Comissão INVOTAN, presidida pelo Presidente do Conselho Directivo da FCT.</p> <p>São, no entanto, redefinidas e criadas unidades orgânicas e flexíveis, sendo a sua estrutura interna a seguinte: enquanto unidades orgânicas – Departamento de Programas e Projectos; Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas; Departamento de Formação dos Recursos Humanos; Departamento de Relações Internacionais; Departamento Sociedade da Informação; e Departamento de Gestão e Administração; enquanto unidades flexíveis – Divisão de Gestão dos Recursos Humanos e Organizacionais e Divisão de Apoio Técnico e Gestão Documental.</p> <p>É mantida a missão definida em 2007, a qual é acrescida com a missão de desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional e, ainda a coordenação das políticas públicas de ciência e tecnologia.</p>
	<u>Extinção</u>	-
<i>Lugares</i>	<u>Última ocupação</u>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Portugal, Avenida D. Carlos I, n.º 126, 1249-074 Lisboa: Sede. ➤ Portugal, Avenida D. Carlos I, n.º 124 J, 1249-074 Lisboa: Loja do Cientista.
	<u>Anterior (es) ocupação (ões)</u>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Portugal, Avenida da Boavista 1311 – 6º Piso, 4150 Porto: Delegação da FCT no Norte. ➤ Portugal, Avenida Infante D. Henrique, n.º 55 – 5º B, 9500-150 Ponta Delgada: Delegação da FCT nos Açores.

	<u>Jurisdição territorial</u>	Tem jurisdição sobre todo o território nacional (Decreto-Lei n.º 152/2007, de 27 de Abril); e no caso da comunidade científica, também sobre o território internacional.
<i>Estatuto legal</i>		Instituto Público
<i>Funções, ocupações e actividades</i>		
<i>Mandatos / Fontes de autoridade</i>		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de Dezembro – Aprovação da Lei Orgânica do XII Governo Constitucional. ➤ Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de Agosto – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e da Tecnologia (e criação da FCT). ➤ Decreto-Lei n.º 188/97, de 28 de Julho – Aprovação da Lei Orgânica da FCT. ➤ Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e Ensino Superior. ➤ Decreto-Lei n.º 152/2007, de 27 de Abril – Reestruturação orgânica da FCT. ➤ Portaria n.º 550/2007, de 30 de Abril – Aprovação dos Estatutos da FCT. ➤ Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Julho – Aprovação da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional. ➤ Decreto-Lei n.º 125/2011, de 24 de Outubro – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência. ➤ Decreto-Lei n.º 45/2012, de 23 de Fevereiro – Reestruturação orgânica da FCT. ➤ Portaria n.º 149/2012, de 16 de Maio – Aprovação dos Estatutos da FCT. ➤ Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
<i>Estruturas internas / Genealogia</i>		-

<p><i>Contexto geral</i></p>	<p>No final dos anos 80, com a plena integração de Portugal na Europa, os mecanismos de política científica foram reforçados e as fontes de financiamento alargadas. Também o trabalho em rede com parceiros externos foi fortalecido. Nesse contexto, em 1988, a Assembleia da República aprovou uma lei que propunha um modelo de C&T, a intitulada “Lei sobre a Investigação Científica e do Desenvolvimento Tecnológico”.</p> <p>Com a aprovação de uma nova Lei Orgânica para o Governo, em 1991 (Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de Dezembro), o financiamento e apoio da investigação científica em Portugal são competências transferidas para o Ministério do Planeamento e da Administração do Território.</p> <p>Assim, entre 1991 e 1995 a coordenação e gestão de políticas científicas em Portugal decorreram enquanto competências do Ministério do Planeamento e da Administração do Território.</p> <p>Anos depois, no seguimento da contínua afirmação e crescimento da actividade de investigação científica em Portugal e tendo em conta as recomendações feitas pela OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development), é criado em Portugal o Ministério para a Ciência e Tecnologia – MCT, em 1995.</p> <p>Em 1997, com a extinção da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), são criadas três entidades que dão prossecução às actividades até então desenvolvidas pela JNICT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT), Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI), e Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT).</p> <p>Portugal é apoiado, nesse período, pelo Quadro Comunitário de Apoio II.</p>
<p><i>Zona das relações</i></p>	

Relação 1		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Ministro da Ciência e Tecnologia
	Outra forma do nome	-
Tipo de relação	Subordinação	
Descrição da relação	Tutelar e superintendente	
Datas da relação	1997 – 2002	
Relação 2		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
	Outra forma do nome	JNICT
Tipo de relação	Sucessão	
Descrição da relação	Entidade antecessora	
Datas da relação	1997	
Relação 3		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica
	Outra forma do nome	ICCTI
Tipo de relação	Associação e cooperação	
Descrição da relação	Entidade cooperante	
Datas da relação	1997 – 2002	
Relação 4		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Conselho Superior de Ciência e Tecnologia
	Outra forma do nome	CSCT
Tipo de relação	Apoio	
Descrição da relação	Entidade consultiva	
Datas da relação	1997 – 2003	
Relação 5		
Nome/Identificador da entidade colectiva, da entidade singular ou da família relacionadas	Forma autorizada do nome	Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES)
	Outra forma do nome	GRICES
Tipo de relação	Associação e cooperação	
Descrição da relação	Entidade cooperante	
Datas da relação	2003 – 2007	
Zona do controlo		
Identificador do registo de	-	

<i>autoridade</i>	
<i>Identificadores da instituição</i>	-
<i>Regras e/ou convenções</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IANTT, 2004. [Consult. 10 Mai. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>. ➤ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ISAAR (CPF): international standard archival authority record for corporate bodies, persons and families. [Em linha]. 2nd ed. Canberra: ICA, 2003. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF)2ed.pdf>.
<u>Estado do registo de autoridade</u>	Versão preliminar
<i>Nível de detalhe</i>	Médio
<i>Datas de criação, revisão ou eliminação</i>	2012-07-20 – Criação
<i>Língua e escritas</i>	Português: PT
<i>Fontes</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência - FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em www:<URL:http://www.fct.pt/>. ➤ CARAÇA, João – Ciência e investigação em Portugal no século XX In PERES, Fernando, coord. - <i>Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX</i>. Porto: Edições Afrontamento & Fundação Serralves, 2002. Vol. 1 - <i>As Ciências e as Problemáticas Sociais</i>. ➤ FIOLHAIS, Carlos – <i>A ciência em Portugal</i>. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Carlos Fiolhais, Janeiro de 2011. ➤ GAGO, José Mariano, coord. – <i>O estado das ciências em Portugal</i>. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Nova Enciclopédia). ISBN 972-20-1014. ➤ _____ – <i>Ciência em Portugal</i>. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. (Sínteses da

	cultura portuguesa. Europália 91). ISBN 9722704397.	
	<p>➤ ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <i>Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra</i> [Em linha], Vol. XXV (2012) p. 233-261. [Consult. 16 Jul. 2012]. Disponível em www:<URL: http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478>.</p>	
Notas de manutenção	Autor: Cátia João Matias Trindade	
Relações das entidades colectivas, entidades singulares e famílias com a documentação de arquivo e outros recursos		
<u>Recurso relacionado 1</u>		
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título	Fundo da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
	Identificador	PT/FCT/JNICT
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental	
Natureza da relação	Custodiado	
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	Datas do recurso relacionado	1967 – 1997
	Datas da relação	1997 –
<u>Recurso relacionado 2</u>		
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título	Fundo do Instituto Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (INIC)
	Identificador	PT/FCT/INIC
Tipo de recurso relacionado	Fundo documental	
Natureza da relação	Custodiado	
Datas do recurso relacionado e/ou da relação	Datas do recurso relacionado	1976 – 1992
	Datas da relação	1997 –
<u>Recurso relacionado 3</u>		
Identificadores e títulos do recurso relacionado	Título	Fundo do Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI
	Identificador	PT/FCT/GGPP
Tipo de recurso	Fundo documental	

<i>relacionado</i>		
<i>Natureza da relação</i>	Custodiado	
<i>Datas do recurso relacionado e/ou da relação</i>	<i>Datas do recurso relacionado</i>	1994 – 1999
	<i>Datas da relação</i>	1999 –
<u>Recurso relacionado 4</u>		
<i>Identificadores e títulos do recurso relacionado</i>	<i>Título</i>	Fundo da Junta de Energia Nuclear
	<i>Identificador</i>	PT/IST/JEN
<i>Tipo de recurso relacionado</i>	Fundo documental	
<i>Natureza da relação</i>	Gerido	
<i>Datas do recurso relacionado e/ou da relação</i>	<i>Datas do recurso relacionado</i>	1954 – 1979
	<i>Datas da relação</i>	2011 –
<u>Recurso relacionado 5</u>		
<i>Identificadores e títulos do recurso relacionado</i>	<i>Título</i>	Fundo da Agência para a Sociedade do Conhecimento
	<i>Identificador</i>	PT/FCT/UMIC
<i>Tipo de recurso relacionado</i>	Fundo documental	
<i>Natureza da relação</i>	Custodiado	
<i>Datas do recurso relacionado e/ou da relação</i>	<i>Datas do recurso relacionado</i>	2007 – 2011
	<i>Datas da relação</i>	2012 -

Anexos:

Anexo 1: *“Tipos de relações entre entidades”*.

Tipo de relação	Descritores		Entidade colectiva	Entidade colectiva - serviço	Entidade colectiva - órgão	colectiva - órgão	colectiva - órgão	Entidade colectiva eventual	Pessoa	Família
Relação de subordinação	Entidade superior hierárquica		•	•	•	•	•			
		Entidade dependente hierárquica	•	•	•	•	•			
	Entidade superintendente		•	•	•	•	•			
		Entidade superintendida	•	•	•	•	•			
	Entidade supervisionante		•	•	•	•	•			
		Entidade supervisionada	•	•	•	•	•			
	Entidade tutelar		•	•	•	•	•			
		Entidade tutelada	•	•	•	•	•			
	Entidade superior funcional		•	•	•	•	•			
		Entidade dependente funcional	•	•	•	•	•			

Tipo de relação	Descritores		Entidade colectiva	Entidade colectiva - serviço	Entidade colectiva - órgão	colectiva - órgão	colectiva - órgão	Entidade colectiva eventual	Pessoa	Família
Relação de direcção, coordenação e gestão	Entidade administradora		•	•	•	•	•			
		Entidade administrada	•	•	•	•	•			
	Entidade dirigente		•	•	•	•	•			
		Entidade dirigida	•	•	•	•	•			
	Entidade titular								•	
		Entidade titulada				•				
	Entidade coordenadora		•	•	•	•	•		•	
		Entidade coordenada	•	•	•	•	•	•		
	Entidade gestora		•	•	•	•	•		•	
		Entidade gerida	•	•				•		
	Entidade liquidatária		•	•	•		•			
		Entidade liquidada	•	•	•		•			
	Entidade organizadora		•	•	•		•		•	
		Entidade organizada						•		

Tipo de relação	Descritores		Entidade colectiva	Entidade colectiva - serviço	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Pessoa	Família
Relação de controlo	Entidade inspectora		●	●	●	●	●	●	●		
		Entidade inspeccionada	●	●	●	●	●	●	●	●	
Relação de associação e cooperação	Entidade associada		●	●							
	Entidade coligada		●	●							
	Entidade cooperante		●	●	●		●	●	●		
	Entidade filiada		●	●	●	●	●	●	●	●	

Tipo de relação	Descritores		Entidade colectiva	Entidade colectiva - serviço	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Pessoa	Família
Relação de apoio	Entidade patrocinadora		●	●	●		●		●	
		Entidade patrocinada						●	●	
	Entidade subsidiária		●	●						
		Entidade subsidiada	●					●	●	
	Entidade sustentante		●							
		Entidade sustentada	●							
	Entidade beneficente/beneficiadora		●	●				●	●	
		Entidade beneficiária/beneficiada	●					●	●	
	Entidade consultante		●	●	●	●	●		●	
		Entidade consultiva	●	●	●	●	●		●	
	Entidade co-adjuvante ou assessora		●	●	●	●	●		●	
		Entidade co-adjuvada ou assessorada	●	●	●	●	●		●	

Tipo de relação	Descritores		Entidade colectiva	Entidade colectiva - serviço	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Pessoa	Família
Relação de sucessão	Entidade antecessora		●	●	●	●	●	●		
		Entidade sucessora	●	●	●	●	●	●		
Relação de representação	Entidade tutora		●						●	
		Entidade tutorada							●	
	Entidade concedente		●	●						
		Entidade concessionária	●							
	Entidade delegante		●	●	●	●	●			
		Entidade delegada	●	●	●	●	●			
	Entidade representante		●	●	●	●	●		●	
		Entidade representada	●	●	●	●	●		●	

Tipo de relação	Descritores		Entidade colectiva	Entidade colectiva - serviço	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Pessoa	Família
Relação patrimonial	Entidade legatária	Entidade legada	●									●	
			●										
	Entidade doadora	Entidade doada	●									●	
			●										
	Entidade proprietária	Entidade propriedade de	●									●	
			●										
	Entidade herdeira	Entidade herdada	●									●	
			●										
Relação laboral	Entidade empregadora	Entidade empregada	●	●	●			●				●	
												●	
Relação cliente-fornecedor	Entidade cliente	Entidade fornecedora	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
			●	●								●	

Tipo de relação	Descritores		Entidade colectiva	Entidade colectiva - serviço	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Pessoa	Família
Relação de ensino/aprendizagem	Entidade formadora	Entidade formanda	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
			●	●	●	●	●	●	●	●	●	
	Mestre	Discípulo									●	
	Professor	Aluno									●	

Tipo de relação	Descritores		Entidade colectiva	Entidade colectiva - serviço	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Entidade colectiva - órgão	Pessoa	Família
Relação de geração	Entidade fundadora	Entidade fundada	●	●	●		●			●	
			●								